**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

DIEGO MONTEIRO GOMES DE CAMPOS

**POTENCIALIDADES PARA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE
INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM (TICP) JACÚ-PÊSSEGO
NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**São Paulo
2017**

DIEGO MONTEIRO GOMES DE CAMPOS

POTENCIALIDADES PARA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERESSE DA
CULTURA E DA PAISAGEM (TICP) JACÚ-PÊSSEGO NA ZONA LESTE DA CIDADE
DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Professor Dr. Euler Sandeville Junior

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

São Paulo
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Campos, Diego Monteiro Gomes de.

Potencialidades para criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jacú Pêssego, zona leste da cidade de São Paulo/ Diego Monteiro Gomes de Campos ; orientador :Euler Sandeville Junior. – São Paulo, 2017.

f.162 : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Território. 2. Cultura . 3. Paisagem. I. Título.

Nome: CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de

Título: Potencialidades para criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jacú-Pêssego na zona leste da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Defendido e Aprovado em: 09 de março de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Raul Isidoro Pereira

Instituição: Externo

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Instituição: EACH / USP

Prof. Dr. Silvia Helena Zanirato

Instituição: EACH / PROCAM / USP

Prof. Dr. Euler Sandeville Junior
Presidente

Instituição: FAU / USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos e por ter permitido concluir este trabalho.

A minha mãe (Eliana) e a minha irmã (Babi), pessoas muito importantes na minha vida que sempre me apoiaram e incentivaram com amor e dedicação.

Ao meu orientador, Euler, não somente pela orientação, mas pela amizade e pela compreensão em momentos de angústia e indecisão.

Ao Filipe Ferreira, por toda parceria, afeto e ajudas dentro e fora do mestrado. Seu apoio em todos os momentos bons e ruins foi crucial para o término desta pesquisa.

A Eliane Guedes por todo apoio e crescimento que me possibilitou, sendo sempre um exemplo de atuação profissional e de pessoa. A Marta Guedes, pela amizade e pelos passeios divertidos.

As “migas” Patrícia Lima e Gabriela Amorozo, que me ajudaram nessa trajetória acadêmica e se tornaram grandes amigas. A Viviane Santana por me apresentar a região de São Mateus, ao Adriano Martins pela revisão e apoio para a defesa, a Thelma Martins por valiosas discussões e ao James Pereira pela ajuda nas primeiras visitas de campo.

“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes” (Isaac Newton). Um agradecimento a gigantes do conhecimento, no qual pude apoiar nos ombros: Carmen Marcati (UNESP), Magali Ribeiro (UNESP) e Silvinha Lopes (UNISANTANA).

Aos meus entrevistados sobre a região Alan, Cesar, Diego, Heloísa, Marcelo, Michela, Silvania e Thiago, por permitirem o entendimento da região.

Aos entrevistados para entendimento do TICP: Daniele, Gabriel, Gabriela, Larissa, Miriam, Mario, Regina, Soró, Paulo e Eliane (MBA).

A Lígia e Marcia da JW, pelas discussões sobre projetos na região.

As diversas pessoas que cruzaram meu caminho e colaboraram na pesquisa: Marcelo (Casa Raul Seixas e A.L.M.A.), Michele (C.O.R.A.G.E.M.), Júlio (Reação Arte e Cultura), Aluizio (São Mateus em Movimento), Janaína (ex-funcionária da SMDU), Larissa (residente FAU), Kátia (Tide Setubal), Vinicius (Quebrada Sustentável), Gustavo (Periferia Invisível). Mari Oliveira, Manulo e Ironides (Casa de Cultura de São Miguel). Aos amigos do Grupo Roda Cidade: Idati, Sheila, Fernanda, Adolfo, Alexandre, Heitor, Fab e Adriana.

Ao Humaitá, que me acolheu durante a pesquisa e aos amigos que fiz lá: Amália, Ingrid, Tininha, Soraya, Abner, Ana Paula, Flaubert, Camila Antonelli, Camila Penha, Juliana, Leo, Renato, Iago, Nelson e Vania. Um agradecimento especial para Jefferson que possibilitou muitos contatos e muitas atuações na região, a Fabiana pela revisão e ao Iesus e Serena pela diversão.

Ao Danilo Morcelli e ao Lucas Florêncio pelas discussões e entendimento da região e pela contribuição para protocolo dos TICPs na SMDU.

Sem todos vocês esse trabalho não seria finalizado

RESUMO

CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de. Título: Potencialidades para criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jacú-Pêssego na zona leste da cidade de São Paulo, 2017, 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós – Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Em 2014, foi inserido no Plano Diretor Estratégico - PDE da cidade de São Paulo, um instrumento potencialmente inovador na forma de gestão urbana, o TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Esse instrumento considera aspectos de memória, afetivos, culturais e de paisagem na gestão da cidade. O PDE estabeleceu dois TICPs, porém deixa claro que outros, podem ser criados e delimitados. Com base nessa possibilidade de criação de novos TICPs, este trabalho visa verificar os potenciais para criação de um TICP na zona leste de São Paulo, especificamente na região próxima a avenida Jacú-Pêssego. Para isso buscou-se entender como foi a criação desse instrumento, e fez-se uma imersão na região da Jacú-Pêssego com participação em oficinas, eventos, visitas, entrevistas entre outros, além de levantamentos documentais e bibliográficos. A região estudada apresentou grande complexidade, devido a diversidade cultural e natural presente nos distritos. Com isto verificou-se que um TICP que abrangesse toda a região não seria adequado, mas sim a criação de mais de um TICP de dimensões menores. Toda essa construção foi realizada de forma coletiva, pois essa também é uma das bases do TICP.

Palavras-chave: Território, Cultura, Paisagem

ABSTRACT

CAMPOS, Diego Monteiro Gomes de. Título: Potentialities for the creation of the Jacú-Pêssego Territory of Interest for Culture and Landscape (TICP) in the east of the São Paulo city, 2016, 162 f. Dissertation (Master in Environmental Science) - Graduate Program in Environmental Science - Institute of Energy and Environment Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

In 2014, a potentially innovative instrument in the form of urban management, TICP - Territory of Culture and Landscape Interest, was inserted in the Strategic Master Plan - PDE of the city of São Paulo. This instrument considers aspects of memory, affective, cultural and landscape in the management of the city. The EDP has established two TICPs, but makes clear that others can be created and delimited. Based on this possibility of creating new TICPs, this work aims to verify the potential for the creation of a TICP in the eastern zone of São Paulo, specifically in the region near Jacú-Pêssego avenue. For this, he sought to understand how the instrument was created and immersed in the Jacú-Pêssego region with participation in workshops, events, visits, interviews among others, as well as documentary and bibliographical surveys. The studied region presented a very great complexity, due to the cultural and natural diversity present in the districts. With this it was verified that a TICP covering the whole region would not be adequate, but rather the creation of more than one TICP minor. All this construction was carried out collectively, as this is also one of the bases of TICP.

Key-Words: Territory, Culture, Landscape

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Capela de São Miguel Paulista antes do restauro. (Fonte: Blog Capela de São Miguel Arcanjo).

Figura 1.2 – Foto atual da Capela de São Miguel Arcanjo. (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

Figura 1.3 – Cariátide próxima ao altar (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2015)

Figura 1.4 – Vista do Jardim Pantanal (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 1.5 - Vista da COHAB 2 (Foto: Débora Sanches em Iwakami, 2012, *et al*, p. 10).

Figura 2.1 - Articulação dos grupos formadores do TICP (Elaborado pelo autor)

Figura 2.2 – Representação dos eixos propositivos da Espiral (fonte: ESPIRAL)

Figura 2.3 – Logo da Quilombaque (fonte: Quilombaque)

Figura 2.4 – Manifestação na Fábrica (fonte: Movimento Fábrica de Perus)

Figura 2.5 - Áreas de Especial Interesse da Paisagem e Cultura, segundo Sandeville Jr.

Figura 2.6 - Reabertura do Cine Belas Artes (Fonte: Movimento Cine Belas Artes)

Figura 2.7 – Folder dos diálogos sobre corredores culturais. (Acervo: Eliane Manfré)

Figura 3.1 – Indicação da saída 24, para Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.2 – Entrada para a Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.3 – Readequação da entrada para a Jacú-Pêssego (foto: Google Street View, 2016).

Figura 3.4 – Viaduto de acesso a Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores, pela rodovia (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.5 – Parque Jacuí (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.6 – Córrego do Jacú (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016)

Figura 3.7 – ETE São Miguel Paulista (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.8 – Favela do Pantanal (Foto – Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.9 – Má sinalização da avenida (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.10 – Córrego do Jacú (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.11 – Tráfego intenso de caminhões (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.12 – Congestionamento intenso na avenida (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.13 - Rua Lagoa Salgada, Radial Leste e a Avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (fonte: Google Street View, 2013).

Figura 3.14 – Vista do Parque do Carmo da avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhador (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.15 – Festa das Cerejeiras (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2015).

Figura 3.16 – Ocupações irregulares na avenida Jacú Pessego – Nova Trabalhador (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.17 – Ocupações irregulares próximas a APA do Carmo (Foto: Fabiana Azevedo, 2017).

Figura 3.18 – Samba na linha (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.19 – Samba na linha (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.20 – Festa do Folclore – no Humaitá (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.21 – Festa do Folclore – Cortejo pelo bairro (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.22 – Ruínas pichadas do Sítio Mirim (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

Figura 3.23 – Oficina realizada em escola (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

Figura 3.24 – Mapa colaborativo da oficina realizada em escola (Fonte: Google maps, adaptado, 2016).

Figura 3.25 – Festa de Cosme, Damião e Doum (acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.26 – Cartaz da Misturada Cultural (acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.27 – Misturada Cultural (acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.28 - Comprovante de protocolo do TICP Itaquera – José Bonifácio, junto à SMDU.

Figura 3.29 - Comprovante de protocolo do C.O.R.A.G.E.M., junto à SMDU.

Figura 3.30 - Comprovante de protocolo do Humaitá, junto à SMDU.

Figura 3.31 - Comprovante de protocolo do TICP Penha – São Miguel, junto à SMDU.

Figura 3.32 - Comprovante de protocolo do TICP Penha – São Miguel, junto à SMDU.

Figura 3.33 – TICPs e pontos de interesse disponíveis no site da SMDU.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Área de Estudo

Mapa 3.1 – Pontos de Atividades de Campo

Mapa 3.2 – Praças e Canteiros

Mapa 3.3 – Imagem de Satélite - 1985

Mapa 3.4 – Mapeamento das Áreas Verdes - 1985

Mapa 3.5 – Imagem de Satélite - 1995

Mapa 3.6 – Mapeamento das Áreas Verdes - 1995

Mapa 3.7 – Imagem de Satélite - 2005

Mapa 3.8 – Mapeamento das Áreas Verdes - 2005

Mapa 3.9 – Imagem de Satélite - 2016)

Mapa 3.10 – Mapeamento das Áreas Verdes - 2016

Mapa 3.11 – Coletivos e Espaços de Cultura na Área de Estudo

Mapa 3.12 – Coletivos e Espaços de Cultura em Itaquera

Mapa 3-13 – Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Protocolados na SMDU

LISTA DE SIGLAS

AEIPC – Área de Especial Interesse da Paisagem e Cultura

ALMA – Aliança Libertária de Meio Ambiente

APA – Área de Preservação Ambiental

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CGE – Centro de Gerenciamento de Emergências

COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico

CONPRES - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

GAU – Grupo de Agricultura Urbana

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MBA – Movimento Cine Belas Artes

NEP – Núcleo de Estudos da Paisagem

OMS – Organização Mundial de Saúde

OUC - Operação Urbana Consorciada

OUCRVJP – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacú-Pêssego

PANC - Produtos Alimentícios Não Convencionais

PDE – Plano Diretor Estratégico

PET - Programa de Educação Tutorial

REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

ULC – Universidade Livre e Colaborativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA.....	17
1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO	22
1.1. A região dentro dos planos diretores 2002 e 2014.....	33
2. TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM (TICP)	36
2.1. A Criação do TICP	40
2.1.1. NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem).....	43
2.1.2. Movimentos Sociais de Perus.....	46
2.1.3. ULC – Universidade Livre e Colaborativa.....	49
2.1.4. Diálogos dos corredores culturais.....	53
2.1.5. O TICP.....	56
3. POTENCIALIDADES PARA CRIAÇÃO DO TICP JACÚ – PÊSSEGO.....	62
3.1. Potenciais culturais, educativos e naturais.....	62
3.2. Propostas encaminhadas à SMDU	108
3.2.1. TICP Itaquera – José Bonifácio.....	111
3.2.2. TICP Penha – São Miguel	119
3.2.3. Objetivos das Propostas enviadas a SMDU	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
BIBLIOGRAFIA	130
ANEXOS.....	138
ANEXO A – Entrevistas realizadas com a população na área de estudo.....	139
ANEXO B – Entrevistas realizadas com envolvidos no histórico do TICP.....	144

INTRODUÇÃO

Paixão, esta é uma característica marcante de grande parte da população habitante da zona leste de São Paulo. Paixão pela região que nasceu, paixão pela região que cresceu, paixão pelo que a zona leste representa. Uma região que possui aproximadamente 30 distritos, altas taxas de crescimento populacional, muitas ocupações irregulares, diversos coletivos culturais, problemas urbanos, assim como alguns centros formais de cultura e muitos anos de história.

Considerando a história mais recente, uma parte dessa região foi cortada por uma grande avenida, a Jacú-Pêssego, uma obra que causou diversos transtornos e polêmicas. A obra foi uma ampliação e ligação de viários já existentes, é um importante meio de ligação entre os distritos ao sul da avenida e o ABC paulista à rodovia Ayrton Senna e, segundo alguns moradores, promoveu desenvolvimento econômico para a região.

A avenida sendo um eixo de transporte rodoviário importante, cortando de norte a sul a zona leste de São Paulo, trouxe também muitos problemas, pois as transformações na paisagem da região não agradaram a todos. Nas muitas etapas da sua construção ocorreram desapropriações não aprovadas por uma parcela dos moradores. Apesar da melhoria do trânsito muitos moradores relatam que a avenida gerou quebra de pequenos comércios, é rota de fuga de bandidos e “rachas”, não teve preocupação estética, urbanística e ambiental, contribuiu para o aumento da poluição na região, do número de atropelamentos e dos acidentes (devido ao incremento no número de veículos, principalmente caminhões). Também aumentou o número de ocupações irregulares e extinguiu, quase na totalidade, a produção agrícola da região (principalmente de japoneses), segregou regiões, destruiu áreas verdes, aumentou o número de roubos e homicídios.

A região próxima da Avenida Jacú-Pêssego/Nova Trabalhadores¹ ou somente Jacú-Pêssego, como é conhecida é, segundo Mapa Digital da Cidade (2012), formada pelos seguintes distritos da cidade de São Paulo: Vila Jacuí, São Miguel, Itaquera, Parque do Carmo, José Bonifácio, Iguatemi e São Rafael.

Cabe destaque em alguns distritos próximos à avenida que não são atravessados diretamente por ela como: São Mateus, Cidade Tiradentes, Cidade Lider, Guaianases, Artur Alvim, Lajeado, Ponte Rasa, Ermelino Matarazzo, Jardim Helena e Vila Curuça.

¹ O nome Avenida Jacú-Pêssego/Nova Trabalhadores foi denominado pelo decreto Nº 35.536, de 29 de Setembro de 1995.

A Jacú-Pêssego foi inaugurada em 1996, na gestão do prefeito Paulo Maluf, conectando a Avenida Dr. Assis Ribeiro com a Ragueb Chohfi (distrito do Iguatemi). Em 2008 foi inaugurada a ligação da Jacú – Pêssego a Rodovia Ayrton Senna, pelo Governo do Estado de São Paulo, na gestão do governador José Serra. A ligação entre a Rodovia e a Jacú-Pêssego possui cerca de 2 km e a avenida até a Ragueb Chohfi possui 16 km, aproximadamente.

Segundo reportagem do jornalista Manoel Schlindwein para o site do Governo do Estado de São Paulo, em 2008, a Jacu Pêssego beneficiaria mais de um milhão de motoristas, trafegando com 25 mil veículos por dia em trânsito da população local e 80 mil com tráfego de viagem, com ganhos ambientais para a população com a criação do parque Jacuí (SCHLINDWEIN, 2008). Tem-se desta forma uma contradição sobre os ganhos ambientais e os benefícios para a população com relação ao trânsito, haja vista que muitos moradores da região discordam.

A cargo da Dersa, em convênio com a prefeitura de São Paulo, a obra tem como objetivos proporcionar a mobilidade no transporte de passageiros e cargas, através da consolidação do corredor de tráfego Rodoanel Trecho Sul, Município de Mauá, Av. Jacu-Pêssego, Rodovia Ayrton Senna, Município de Guarulhos e Aeroporto Internacional de Guarulhos; fazer conexão com a Zona de Desenvolvimento Industrial de Itaquera; melhorar o tráfego local e garantir a acessibilidade; atender a demanda da população com acesso a áreas urbanisticamente tratadas, contendo benfeitorias e melhoramentos; revitalizar o tráfego local, permitindo um sistema integrado de transportes de entorno e a criação do Parque Jacu, através de transformação das áreas remanescentes do viário (CRUZ, 2008²).

O complexo viário Jacu Pêssego é formado, além da Avenida Jacú-Pêssego, por diversas vias, pontes, viadutos que se unem. É um projeto que visa trazer melhorias socioeconômicas para a Zona Leste da cidade de São Paulo e conectar a região do ABC Paulista ao aeroporto de Guarulhos. O trecho formado pela Avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores e pela Avenida Papa João XXIII possui mais de 25 km.

O trecho norte do complexo que interligará a região metropolitana das Rodovias Ayrton Senna, Dutra e aeroporto de Cumbica, está sob a responsabilidade da prefeitura de Guarulhos e terá cerca de 5 km (Schlindwein, 2008). A construção deste trecho não possui previsão de início, pois uma liminar judicial cassou a licença ambiental fornecida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB para a prefeitura de Guarulhos.

O objetivo principal deste trabalho é verificar as potencialidades para criação de um

² Disponível em: < <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=96261>>. Acesso em 07 de março de 2014.

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) na região correspondente aos distritos próximos a Jacú-Pêssego. No **Mapa 1.1** está representada a avenida Jacú-Pêssego, os distritos próximos compõem a área de estudos, os distritos adjacentes e sua localização na cidade de São Paulo.

O TICP é um instrumento, definido pelo Plano Diretor de 2014, e contempla regiões com potencial cultural, educativo e natural. O TICP visa o desenvolvimento local e a geração de renda, com o entendimento dos processos ambientais, sociais, culturais e urbanos valorizando o patrimônio material, imaterial, natural ou artificial presentes na região. Permite o planejamento da cidade de forma mais humanizada, valoriza a história local, a educação não formal e a ocupação dos espaços.

Dentre as inovações que o TICP representa pode-se salientar a tentativa de humanização no pensamento urbanístico da cidade, ao considerar questões de afetividade e memória em seu planejamento. Tratando-se de uma região com grandes afetos e desafetos, em que os moradores se veem como pertencentes a região, analisar as potencialidades da criação de um território que valorize a história local, a educação não formal e a ocupação dos espaços é fundamental para um planejamento mais humano da cidade.

Além disso, a região apresenta uma quantidade significativa de áreas verdes para a cidade de São Paulo, que está constantemente sendo degradada. A criação de um TICP poderia ser uma forma de garantir a melhoria natural da região, conservando áreas verdes existentes e fomentando seu aumento.

- Legenda**
- Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - Área de estudo
 - Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012

Área de Estudo

MAPA: 1.1
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

METODOLOGIA

Para este trabalho foram utilizados diferentes métodos científicos, tanto quantitativos como qualitativos, de acordo com a seção.

A pesquisa foi em grande parte qualitativa, que segundo Ullrich et al (2012) está relacionada a abordagens sociais ou antropológicas, sendo o foco o entendimento e a análise dos processos sociais por meio de uma dinâmica social e histórica, e não a mensuração em termos de quantificação. A pesquisa quantitativa relaciona-se ao exame rigoroso ou de mensuração em termos de quantificação, valoração ou sequência.

A confiabilidade de pesquisas qualitativas muitas vezes é questionada, pois não há critérios objetivos de mensuração e análise de dados. Porém alguns autores destacam aspectos que devem ser considerados nas pesquisas qualitativas de forma a lhes garantir a confiabilidade e a cientificidade.

Goulart & Carvalho (2005) afirmam que a confiabilidade de uma pesquisa qualitativa depende de dois fatores: a consciência na utilização da metodologia e a correta documentação da pesquisa.

Ullrich et al (2012), após analisar uma série de critérios de confiabilidade de diferentes autores resumiu que em uma pesquisa qualitativa a confiabilidade reside nos seguintes critérios: descrição detalhada, tempo de permanência no campo, saturação teórica, triangulação dos dados, reprodução e avaliação das análises, transparência, limitação da pesquisa, coerência, exploração dos significados e reflexividade.

Para garantir a confiabilidade deste trabalho, detalhou-se ao máximo o seu desenvolvimento e os métodos utilizados, sempre buscando diferentes formas de coleta de dados (dados de campo, levantamentos bibliográficos e estatísticos etc).

Foram realizadas diversas formas de interação durante as atividades de campo, como: oficinas, debates, entrevistas, visitas, entre outros. Todos esses métodos foram utilizados para um maior entendimento sobre a área pesquisada.

Ao longo do trabalho foram utilizados diferentes procedimentos:

- Levantamentos bibliográficos;
- Levantamentos documentais;
- Oficinas, disciplinas e outras atividades para definição do TICP Perus – Jaraguá;
- Entrevistas;
- Observações de campo;

- Realização de oficinas e participações em eventos; e
- Mapeamentos.

Gil (1991) diferencia pesquisa bibliográfica de pesquisa documental pelo fato da primeira ser baseada em material já elaborado, principalmente em livros e artigos, e a documental como aquela que busca informações em materiais que não receberam um tratamento analítico, tais como: ofícios, boletins, relatórios de empresas, cartas pessoais, diários, registros de igrejas, fotografias, entre outros.

Foi realizado um levantamento bibliográfico em artigos, teses, dissertações, livros, publicações em congressos, entre outros. Também foi realizado um levantamento em fontes documentais, pois a construção do Complexo Viário Jacú-Pêssego apresentou diversos problemas ambientais noticiados pela mídia e demonstrados em: sites, blogs, relatórios de ONGs, notícias de jornais, revistas, dados estatísticos entre outras. Contudo, a pesquisa documental não se limitou à avenida, pois muitas informações sobre os coletivos, ocupação e histórico da zona leste foram documentais. Portanto, segundo a classificação de Gil (1991), este estudo possuiu tanto uma pesquisa bibliográfica quanto documental.

Para o levantamento da percepção da Jacú-Pêssego e região pela população, foram realizadas entrevistas. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória desde que possuíssem relação com a região. Estes foram questionados sobre o que achavam da avenida, qual a relação com ela e se foram consultados durante a execução da obra. Foram realizadas 8 entrevistas abertas, feitas pessoalmente, por telefone ou via Skype.

Apesar de serem feitas algumas perguntas norteadoras, o entrevistado tinha total liberdade na resposta, algumas vezes indo além da pergunta. Após a entrevista foi elaborado um texto e enviado para validação do entrevistado, sendo orientado que o texto poderia ser alterado livremente. Salienta-se que todos os entrevistados autorizaram a publicação de seus nomes. Esses textos finais, validados pelos entrevistados, constam no **Anexo A**.

Para elaboração do TICP e posterior delineamento do TICP Jaraguá – Perus foram cursadas oficinas e disciplinas oferecidas pelo NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem), dentro do projeto da ULC (Universidade Livre e Colaborativa) cujo enfoque era discutir a ideia, a importância, o delineamento e como seria o TICP. Também foram realizadas entrevistas para levantamentos sobre o histórico do TICP. Para essas entrevistas foram selecionadas pessoas que tiveram envolvimento na concepção do TICP para o plano diretor e/ou participavam da Universidade Livre e Colaborativa. As entrevistas foram realizadas via skype ou

pessoalmente e os entrevistados, assim como sua ligação com o TICP, foram descritos na **subseção 2.1**.

Após as entrevistas foi elaborado um texto e enviado aos respectivos entrevistados, para que esses validassem o texto. Estes foram orientados que poderiam alterar o texto da maneira que quisessem, para que o texto refletisse exatamente as ideias e opiniões dos entrevistados. Os textos já validados foram utilizados neste trabalho e constam no **Anexo B**.

A observação de campo consistiu primeiramente em um reconhecimento prévio da Jacú-Pêssego e regiões próximas, sendo registrado por fotografia. Esse levantamento foi realizado em dois dias e não teve grande aprofundamento, servindo apenas de base para o conhecimento e análise prévia. Após isso foram realizadas diversas visitas em locais importantes para a região ou que de alguma forma se relacionavam com ela, ambas detalhadas na **subseção 3.1**. Foram realizadas também oficinas e participações em eventos, como parte dos métodos. Essas oficinas estão descritas na **subseção 3.1**. Essa etapa do projeto foi de extrema importância para o entendimento da região, das dinâmicas populacionais presentes e da articulação das pessoas com a paisagem local. As atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- 03/03/2014: Levantamento fotográfico da avenida Jacú-Pêssego desde a rodovia Ayrton Senna até Itaquera;
- 05/03/2014: Levantamento fotográfico da avenida desde Itaquera, até o município de Mauá;
- 23/09/2014 e 14/02/2015: Visita ao museu de Imigração Japonesa;
- 26/06/2015: Reunião no escritório da JW Consultores associados sobre a OUCRVJP (Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacú-Pêssego);
- 01/08/2015: Visita ao parque do Carmo durante a festa das Sakuras (37ª Festa da Cerejeira);
- 18/06/2016: Festa Junina do Núcleo Sociocultural Humaitá;
- 05/07/2016: Reunião no Humaitá sobre o TICP
- 10/07/2016: Festa Junina no Galpão de Cultura e Cidadania da Fundação Tide Setubal;
- 13/07/2016: Oficina sobre o território, realizada no Humaitá;
- 19/07/2016: Primeira reunião na SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano).
- 10/08/2016: Segunda reunião na SMDU

- 10/08/2016, 07/09/2016 e 05/10/2016: Samba na estação de Trem Dom Bosco com o Cordão Folclórico de Itaquera Sucatas Ambulantes;
- 12/08/2016 Reunião com os Pontos de Cultura da Zona leste de São Paulo no Humaitá;
- 20/08/2016 - 7ª Festa do Folclore no Humaitá;
- 27/08/2016 – Visita Monitorada em Itaquera, realizada pelo Grupo Ururay;
- 20/09/2016 e 04/10/2016: Oficina na Escola Estadual Reverendo Urbano de Oliveira Pinto;
- 23/09/2016: Reunião com os Pontos de Cultura da Zona Leste de São Paulo no Viveiro Escola União de Vila Nova;
- 23/09/2016: Início das oficinas sobre patrimônio na Casa de Cultura de São Miguel;
- 25/09/2016 - Festa de Cosme, Damião e Doum, padroeiros do Cordão Sucatas Ambulantes, no Parque Raul Seixas e COHAB 2;
- 01/10/2016, 08/10/2016 e 15/10/2016 Cine Turminha no Humaitá;
- 08/10/2016: Visita aos Patrimônios da Subprefeitura de São Miguel, com o Grupo Ururay;
- 09/10/2016: Visita aos Patrimônios da Subprefeitura de Itaquera, com o Grupo Ururay;
- 12/10/2016: 4ª Misturada Cultural: Infância, Cultura e Arte organizada pelo Humaitá;
- e
- Outubro e novembro de 2016 – Oficinas de comunicação, gestão e cultura.

Outro aspecto fundamental deste trabalho foi a espacialização de aspectos culturais, patrimoniais, de áreas verdes na região entre outros, como forma de verificar as potencialidades para implementação do TICP Jacú-Pêssego. Com exceção do primeiro mapa, que mostra a área de estudos, todos se encontram na **Seção 3**, onde estão descritos como esses mapas foram elaborados.

Para verificar as potencialidades da criação do TICP, este trabalho foi dividido em três seções no seu desenvolvimento:

1. Formação Histórica da Região: Nessa seção é descrita de forma sussinta a história da região apontando alguns fatos importantes e algumas características

socioculturais. Neste capítulo também é mostrado como a região foi pensada nos planos diretores de 2002 e 2014;

2. TICP: Descreve o que é o TICP, seu histórico e as articulações realizadas para sua criação; e
3. Potencialidades para Criação do TICP Jacú-Pêssego: Nessa última seção são apontadas, sintetizadas e discutidas as informações teóricas, de campo e mapeamentos sobre a região da Jacú-Pêssego. Também é apresentado o protocolo junto a SMDU de dois TICPs, fruto dessas discussões.

Por fim, a última seção apresenta as considerações finais analisando os potenciais para criação do TICP Jacú- Pêssego.

1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO

A capital de São Paulo teve grande influência das bandeiras e dos indígenas em sua formação. Lemos & França (1999) discorrem sobre a importância dos bandeirantes em São Paulo, antes do século XVIII como desbravadores e após isso como comerciantes estabelecendo, ainda que preliminarmente, um comércio na região. Blaj (2002) apud Zanirato (2011) falam que a intensificação da navegação no rio Tietê contribuiu para a ampliação do comércio e para fornecimento de produtos para as minas de ouro em Cuiabá e Minas Gerais.

Antes da expansão urbana a região já era povoada por inúmeros aldeamentos indígenas. Lemos (1980), destaca que a região de Itaquera produzia, juntamente com a Penha, produtos agrícolas de origem cabocla até início do século XX. Zanirato (2011) destaca que no século XVI se estabeleceram na região de São Miguel, Guarulhos, Itaquaquecetuba e Mogi acampamentos indígenas, principalmente, devido a abundância de água, peixes e a possibilidade de utilização do rio Tietê como meio de transporte.

Esses indígenas muitas vezes se desapegavam de grande parte dos seus laços culturais e criavam uma cultura própria, uma mistura de costumes católicos e indígenas. Matsumoto (1966), afirma que as terras na região pertenciam a tribos, especificamente aos tupi-guaranis, e que as primeiras influências portuguesas na região começaram a cerca de 450 anos, com o português João Ramalho. João Ramalho casou-se com a filha do cacique da tribo dos Guaianazes e teve um filho, chamado Tibiriçá, que mais tarde se tornaria cacique da tribo.

O nome Itaquera é de origem indígena Tupi. Segundo Matsumoto (1966) Itaquera significa “pedra plana”, para Lenz (2013), é a junção de duas palavras “Ita” e “quera” e significa pedra extinta ou pedreira antiga. Para Ponciano (2002) significa “pedra para dormir”.

São Miguel Paulista foi criado do aldeamento jesuítico de São Miguel na aldeia indígena de Ururaí. Nessa aldeia foi construída a Capela de São Miguel Arcanjo, pelos jesuítas e indígenas (STELLA, 1997).

Segundo Stella (2005), o bairro de São Miguel foi fundado pelo padre José de Anchieta, em 1560. Na região encontravam-se os índios Guaianaz, chefiados por Piquerobi, irmão de Tibiriçá. A vila chamou-se então São Miguel de Ururaí, nome dado ao Tietê, naquele trecho. Foi fundado com o intuito de catequizar os índios, para tal, foi construída a capela de São Miguel, arcanjo de devoção de Anchieta. Posteriormente a igreja foi destruída e reconstruída em 1622. Em 1938 foi tombada pelo Patrimônio Histórico. São Miguel ficava

em um ponto estratégico de defesa de São Paulo de Piratininga, pois fazia frente aos Índios Tamoios do vale do Paraíba.

Em visita realizada em 08 de outubro de 2016, com o grupo Ururay Patrimônio Cultural e Movimento Cultural da Penha, Danilo da Costa Morcelli, monitor da visita informou que a primeira capela não foi destruída e sim alteada. Nas paredes é possível ver marcas desse alteamento.

Na **Figura 1.1**, é possível observar a capela de São Miguel Arcanjo antes do restauro em 1938. Não é possível obter uma informação precisa sobre o ano da fotografia, as informações constantes apenas mostram que é anterior ao restauro. É possível verificar que os principais traços da capela foram mantidos por meio da **Figura 1.2**. A importância da Capela é reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico). Algumas mudanças perceptíveis incluem os gradeamentos laterais e a rampa de acesso na frente.

Figura 1.1 – Capela de São Miguel Paulista antes do restauro. (Fonte: Blog Capela de São Miguel Arcanjo³).

³ Blog da Capela de São Miguel Arcanjo. **Histórico**. Disponível em: <capeladesaomiguelarcanjo.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

Figura 1.2 – Foto atual da Capela de São Miguel Arcanjo. (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

A construção da Capela demonstra uma junção de elementos de diversas culturas. Segundo material de divulgação da própria capela, a construção de 1622 foi feita com taipa de pilão, uma técnica árabe “em que a terra úmida é socada entre duas tábuas de madeira removíveis”. Quem comandou a obra foi o sertanista espanhol Fernão de Munhoz e o Jesuíta João Álvares. O elemento híbrido está presente em diversas partes da capela, como por exemplo, na **Figura 1.3**, que mostra uma Cariátide próxima ao altar da igreja, que une elementos do homem branco europeu e da cultura indígena.

Figura 1.3 – Cariátide próxima ao altar (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2015)

O aldeamento de São Miguel possuía então função de proteção, expansão do catolicismo e também de povoamento da região próxima a São Paulo de Piratininga.

A posição geográfica ainda propiciava reunir em um grande núcleo vários índios espalhados pela região, facilitando o trabalho dos poucos missionários que saíam do “Pátio do Colégio” para atender aos índios nas distantes aldeias. Também não havia fortalezas no planalto para promover a defesa, e a igreja transformava-se em uma espécie de fortificação diante de ataques inimigos (STELLA, 2005⁴).

No caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, as margens do rio Tietê, formou-se um ponto de parada dos bandeirantes. Atualmente um desses pontos são as ruínas da casa do Sítio Mirim, localizado no distrito de São Miguel Paulista. Apesar da estrutura não ter mais valor arquitetônico, é um importante sítio Arqueológico, cujo tombamento é o processo 22053/82, pelo CONDEPHAAT e tombado pelo IPHAN em 06/03/1973 (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2008).

A formação da zona leste de São Paulo é um processo histórico resultante da expansão da cidade. Segundo Lemos & França (1999), a cidade de São Paulo envolve a periferia, transformando pacatos subúrbios em partes integradas ao centro, através de loteamentos, legais ou não e aumento de população oriunda do nordeste, de Minas Gerais e demais regiões do país. Uma das principais causas desta expansão é a industrialização. Isto ocorreu na periferia de São Paulo incluindo a Zona Leste.

Com as plantações de café, a região passou a ficar mais povoada, sendo criado na região um núcleo misto agrícola e residencial. Com a instalação de indústrias, principalmente de cerâmica, o bairro de São Miguel Paulista foi aumentando em número de habitantes. (PONCIANO, 2002).

Um dos povoamentos mais importantes na região foi o de imigrantes japoneses. Azevedo (1945), afirma que os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao bairro de Itaquera em 1922, sendo os primeiros lotes adquiridos por eles em 1924, com áreas aproximadas de 1 ou 2 alqueires (que equivale de 24,2 a 48,4 mil m²).

Segundo informação disponibilizada no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil em visita realizada em 14/02/2015, as atividades hortifrutigranjeiras desenvolvidas por imigrantes japoneses iniciaram-se na cidade de São Paulo, aos poucos foram ampliando seu

⁴ STELLA, R.S. **História e restauro da igreja mais antiga de São Paulo**. 21 de setembro de 2005. Disponível em <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_miguel_paulista/noticias/?p=2377>. Acesso em setembro de 2014

domínio a outras áreas metropolitanas. Iniciaram com produção de batatinhas, tomates e outras hortaliças, depois floricultura, fruticultura e avicultura. Para incentivar e ampliar essas atividades os imigrantes formaram cooperativas.

Em meados do século XX, quando a periferia de São Paulo começa efetivamente a ser ocupada, Itaquera era conhecida por sua dupla função, onde o rural é mais significativo que o urbano. De um lado é a terra do pêssego, em que o imigrante nipônico, destaca-se na cultura de frutas, hortaliças e pequena criação. De outro, é o embrião da cidade em volta da estação ferroviária, a “cidade dormitório” (LEMOIS & FRANÇA, 1999 p.13).

Matsumoto (1966) explica que o processo de colonização da região de Itaquera pelos japoneses, teve início com Companhia Comercial Agrícola e Pastoril. A Companhia adquiriu terras pertencentes a Igreja, para produção pecuária, porém a terra mostrava imprópria para tal. Em 1923 Tsuneshiro Ishibashi, veterinário do Ministério de Agricultura, cogitou o loteamento das terras para agricultura. Devido a necessidade da implantação de um cinturão verde no limite urbano da cidade de São Paulo, a região foi loteada sob a denominação de Colônia Nipônica de Itaquera e posteriormente conhecida como Colônia Japonesa de Itaquera.

Segundo a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992), até o final do século XVIII o Brasil possuía uma diversidade baixa de cultivos agrícolas, situação que foi alterada devido a atuação dos imigrantes estrangeiros, principalmente italianos e japoneses, não somente diversificando a produção como também melhorando as técnicas agrícolas existentes. O pêssego (*Prunus persica*) originou-se na China, apesar do nome científico dar indícios de uma origem Persa, e foi trazido por portugueses, mas foi o fruticultor japonês que começou o cultivo comercial de pêssego no país, sendo que atualmente as principais variedades cultivadas são oriundas do desenvolvimento de seleção de espécies na região de Itaquera, pelos irmãos Yoshioka. Na cultura do pêssego, os japoneses contribuíram com técnicas de cultivo e na melhoria da sua qualidade.

Oda [199-]⁵ afirma que em 1925 instalaram-se 32 famílias de japoneses na colônia de Itaquera. A fertilidade da terra era baixa e foram tentadas diversas culturas como abóboras, tomates, morangos e verduras. Além das dificuldades de produção, também tiveram problemas no escoamento desses produtos, devido a distância até o mercado municipal. Porém uma das culturas que mais prosperou foi a do pêssego, transformando a colônia na Terra do Pêssego. Com o tempo os produtores diversificaram a produção, plantando goiaba,

⁵ O documento é uma publicação do Nikkei Itaquera Clube sem data de publicação. Pelas fontes foi possível deduzir que a publicação foi na década de 90. ODA, S.O. 70 anos da colônia de Itaquera. In: **Colônia de Itaquera. 70 anos de história**. Nikkei Itaquera Clube [199-]. Publicação Interna do Clube.

nêspira, caqui, flores e criando carpas, galinhas e codornas. O autor ainda afirma que o contato com o povo brasileiro, provocou inúmeras mudanças no comportamento do imigrante japonês, que já não pensava em enriquecer e voltar para o Japão e sim criar filhos aqui e ajudar no desenvolvimento do país.

O cultivo de pêssego começou a se desenvolver gradualmente a partir de 1929. A partir de 1933 os produtores começaram a realizar pesquisas para obter aprimoramento das espécies, por meio de cruzamentos e hibridação. Com a elevada produtividade foi idealizada a Festa do Pêssego, oficializada em 1949, consagrando a Colônia de Itaquera como “Terra do Pêssego”, até o ano de 1969 quando foi realizada a última Festa do Pêssego. O ano de 1957 foi marcado pelo início das obras na Estrada do Pêssego e pela realização da 8ª Festa do Pêssego. A estrada foi construída para facilitar o escoamento da produção agrícola da região, sendo que seu asfaltamento terminou somente em 1961, (NIKKEI ITAQUERA CLUBE, 199-⁵).

Porém a região não contou somente com imigrantes japoneses. A **Tabela 1.1** mostra a composição dos moradores da região, em 1934, de acordo com a nacionalidade. Pela tabela é possível perceber que mais de 8% da população habitante na região era composta por estrangeiros.

Além de receber migrantes internos, São Miguel Paulista tornou-se local de moradia para imigrantes, com destaque para as comunidades árabe, japonesa e portuguesa. Todas elas têm contribuído para o desenvolvimento local. Cada uma a seu modo vivencia sua tradição e cultura, que podem ser vistas nos trajes, nas danças, na culinária, nos relacionamentos sociais e na forma de lidar com a espiritualidade. É nesse universo multicultural que São Miguel desafia os limites de convivência com o diferente e a busca incessante por dias melhores. (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2008, p. 21).

Tabela 1.1: Porcentagem de estrangeiros na região de Itaquera, 1934.

Nacionalidade	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Sírios	Japoneses
%	0,61	0,33	0,26	0,11	4,36
Nacionalidade	Russos	Alemães	Australianos	Não Especificados	
%	0,53	1,08	0,71	0,20	

(Fonte: Recenseamento Demográfico *apud* Araújo, 1941, adaptado)

Devido a sua produção agrícola e áreas preservadas, o bairro fez parte do cinturão verde da Cidade de São Paulo, até início do século XX, quando começam a ocorrer mudanças na paisagem. Zanirato (2011) destaca que as primeiras ferrovias foram instaladas na várzea do rio Tietê para transporte de mercadorias, entre 1867 e 1900. A região começa a ser ocupada

por indústrias de tecido, de móveis, de vidros e pequenos negócios como carpintarias, sapatarias, pensões e restaurantes.

A diminuição da imigração e o aumento da necessidade de mão de obra pelas indústrias instaladas na região metropolitana de São Paulo fez com que ocorresse um grande aumento no número de migrantes na região da Zona Leste de São Paulo, principalmente nordestinos, fazendo com que os bairros da região se tornassem bairros operários. Segundo Ponciano (2002) no final dos anos 20, existia um contingente enorme de migrantes nordestinos morando na região de São Miguel e trabalhando em indústrias na região de São Miguel.

Muitos nordestinos vieram para São Paulo, com a expectativa de melhor qualidade de vida, trabalhando principalmente, em construções e indústrias que se fortaleciam em São Paulo.

“Na década de 1920 teve início a construção da Estrada São Paulo-Rio (atual Marechal Tito) e o bairro passou a receber grande número de migrantes nordestinos” (Fundação Tide Setubal, 2008).

Outro fator importante no processo de formação da paisagem da região foi a instalação da Companhia Nitro Química Brasileira. Segundo o site da empresa, foi fundada em 1935 e já em 1937 contava com mais de 2,6 mil funcionários. Isso colaborou ainda mais para o aumento do número de migrantes nordestinos para região.

A Nitro Química atraiu muitas pessoas que buscavam emprego, gerando no entorno da companhia uma ocupação nitro-operária. Grande parte dessas pessoas era de origem nordestina que fugiam da seca. (PONCIANO, 2002).

A companhia possuía um clube, no qual moradores da região se associavam. O Clube da Nitro Química, como era conhecido, era um dos principais centros de lazer na região, existindo até a década de 90. Além do Clube, a região oferecia outras opções de lazer, as fanfarras e festas populares, como quermesses, um bar que produzia uma das cachaças que comercializava chamado Castelucho, outros clubes mais elitizados como o Rotary Clube e bares mais elitizados como Chapahall, Piazzes e Estudantil.

Devido ao crescimento da cidade as matas na região de São Miguel e Mogi das Cruzes eram devastadas, para utilização de sua madeira para construções e como lenha. Além disso, da região ciliar ao rio Tietê eram retiradas argila, areia e pedregulho para construções e indústrias. (BOMTEMPI, 1970).

Com o aumento da industrialização, principalmente após a década de 70, começou a ocorrer uma grande expansão da mancha urbana na cidade de São Paulo. Lemos e França

(1999) destacam que após 1970 a Zona Leste de São Paulo vai ser alvo de grande expansão urbana, sofrendo especulação imobiliária.

Essa especulação agrava o problema de moradia na região, gerando na década de 80, o surgimento da comunidade do Jardim Pantanal. No site do HABISP (Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo) a ocupação ocorreu em 1987 no distrito de Vila Jacuí, as margens da Avenida Jacuí-Pêssego, sendo o nome oficial Pantanal II.

O Jardim Pantanal, ironicamente, tem esse belo nome devido as cheias de verão e pela falta de infra-estrutura e saneamento básico, o que causa a seus moradores – verdadeiros sobreviventes – toda a sorte de doenças, além de um permanente mau cheiro que impregna tudo e todos. Sem esquecer as grandes ratazanas que, felizes, percorrem os esgotos a céu aberto entre mais de 50 mil habitantes (PONCIANO, 2002, p. 121).

O Jardim Pantanal segundo Licco & Seo (2013), vive em constante estado de calamidade pública. A região fica abaixo do nível da várzea do rio Tietê, e com isso sofre com as inundações. Para evitar tal situação foi construído um sistema de pôlders, próximos ao rio Tietê, em 2012. O Sistema consiste em um dique, uma rede de microdrenagem e um tanque de acumulação. Para essa construção foram removidas quase 400 famílias. Essa construção foi paliativa, pois amenizou a situação das inundações, mas não resolveu o problema devido ao não atendimento a toda área ocupada pelo Jardim Pantanal.

Nas visitas no Jardim Pantanal, não foi possível perceber esse estado de calamidade pública relatado pelos autores (PONCIANO, 2002 e LICCO & SEO, 2013). A comunidade é de certa forma estruturada e organizada, com casas de alvenaria (grande parte) e associações comunitárias que lutam por melhorias. No entanto, muitas das situações de calamidade descritas ocorrem durante as chuvas e em nenhuma das visitas ocorreram grandes tempestades.

A região do Jardim Pantanal possui condições socioeconômicas bem variáveis. Nos últimos anos muitas pessoas foram desalojadas para a construção do parque Jacuí, sistema de pôlders entre outros. Outras partes receberam a construção de equipamentos públicos, calçamento e asfaltamento de ruas entre outros. Na **Figura 1.4** é possível ver o Jardim Pantanal da Avenida Jacuí-Pêssego.

Figura 1.4 – Vista do Jardim Pantanal (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

A região próxima à avenida Jacú-Pêssego, apresenta ao norte o Jardim Pantanal, uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, e na região mais ao sul (próximos aos distritos de São Rafael e Iguatemi) diversas ocupações e favelas. Porém nos últimos 30 anos, ocorreu um aumento elevado do número de habitações populares, CDHU e COHAB, respectivamente conforme os **Quadros 1-1** e **1-2**. Nas tabelas são apresentadas as UH (unidades habitacionais), podendo-se afirmar que em grande parte destas, o número de UHs correspondem ao número de famílias. As tabelas originais apresentavam diversos conjuntos da cidade de São Paulo, sendo filtrados aqueles presentes na área de estudo.

Quadro 1-1: Empreendimentos COHAB

Obra / Empreendimento	UH	Subprefeitura	Data de Entrega
Programa de Urbanização de Favelas			
Jardim São Francisco	132	São Mateus	abr/13
Jardim São Francisco	220	São Mateus	abr/15
Vitotoma Mastrozoza	40	São Mateus	out/14
Programa Minha Casa Minha Vida			
Santa Adélia	118	Itaquera	fev/14
Iguape A	300	Itaquera	jan/13
Caçapava	50	Itaquera	fev/14
Caraguatatuba A	140	Itaquera	dez/14
São Sebastião	156	Itaquera	abr/15
Caraguatatuba B, C, D, E	800	Itaquera	início em set 2010 sem previsão

(fonte: HABITASAMPA)

Quadro 1-2: Empreendimentos CDHU

Empreendimento	UH	Previsão /Entrega
Jose Bonifacio C	280	30/09/2016*
Itaquera C05 (Hosp. Itaquera/Metro)	120	20/3/2011
Iguatemi E - Parque Boa Esperanca - Cohab	160	19/12/2013
Sao Miguel Paulista E03.Ii (Encosta Norte E3.Ii)	64	25/1/1996
Sao Miguel Paulista D02 (Fazenda Itaim)	30	10/1/1995
Sao Miguel Paulista D02 (Fazenda Itaim)	32	31/1/1995
Sao Miguel Paulista D02 (Fazenda Itaim)	1	31/7/1995
Sao Miguel Paulista D02 (Fazenda Itaim)	191	25/1/1996
Itaquera B06	448	30/8/1998
Sao Miguel Paulista E06	224	1/10/1998
Sao Miguel Paulista E06	144	20/12/1998
Vila Progresso I	**	17/8/1994
Sao Miguel Paulista G1 (Limoeiro)	**	19/6/1994
Vila Progresso I	**	17/4/1994

(Fonte: CDHU, 2016)

*96% concluído segundo dados da CDHU

** Segundo informações da CDHU foi entregue apenas 1 UH

A COHAB não disponibilizou de forma online dados anteriores aos últimos cinco anos. Apesar que, em conversas e verificações de campo, existem muitas COHABs anteriores, como COHAB 2, nome como é conhecido o Conjunto Habitacional José Bonifácio.

Segundo Iwakami (2012, *et al*), a COHAB 2, implantada em 1980, possui mais de 110 mil moradores, sendo que foi marca da paisagem urbana na zona leste a política de construção, em bairros dormitórios, grandes conjuntos habitacionais com 4 ou 5 pavimentos. A região apresentava precariedade de locomoção, pois existia somente uma linha de trem que a ligava até a estação da Luz. Isso nos últimos anos com a inauguração da Jacú-Pêssego (em 1995), a linha de trem Itaquera Guaianases (em 2000) e a Nova Radial Leste (2004). No projeto original foram previstas áreas públicas, que deveriam ser equipadas. Isto não ocorreu e essas áreas se transformaram em terrenos baldios.

Cabe salientar que em 1988 foram inauguradas as estações de metrô Artur Alvim e Itaquera, aumentando bastante a opção de transporte, pois a região passou a ter, próximas a ela, duas opções de transporte sob trilhos para o centro.

O conjunto habitacional José Bonifácio situa-se a uma distância significativa da área central - cerca de 17 km e, sendo que há articulação com a rede de transportes de metrô, ferrovia e radial leste, marcada também pela proximidade do grande polo que se configura na centralidade da Estação Itaquera – dotada de Poupa Tempo, shopping Itaquera e o estádio Itaquerão em construção e em conjunto, formando um complexo junto ao estádio, Fatec, Fórum judicial e Centro de Eventos (IWAKAMI, 2012, et al, p. 7).

A COHAB 2 representa um local de grande importância na paisagem da região. Apresenta no seu interior 3 bibliotecas públicas, muitos coletivos e uma rede de comércio, principalmente informal, formado pelos chamados comércios de garagem. Na construção do conjunto foram planejados alguns estabelecimentos comerciais, porém com o passar do tempo, os moradores que possuíam garagem, abriram pequenos comércios informais e por isso livre de impostos. Os altos impostos praticados na cidade ocasionaram o fechamento de grande parte do comércio formal. O complexo pode ser visto na **Figura 1.5**. Ele marca a região enquanto bairro operário e dormitório, fornecendo mão de obra para o polo industrial presente na região e demarcado pela SMDU.

Figura 1.5 - Vista da COHAB 2 (Foto: Débora Sanches em Iwakami, 2012, *et al*, p. 10).

Essa junção de diferentes elementos formou um aspecto cultural único na região próxima a Jacú-Pêssego. Existe uma diversidade grande de povos, culturas e influências, que fazem da região uma das mais populosas e mais heterogêneas da cidade, a começar pelo grande híbrido do nome Jacú-Pêssego, que se formou a partir junção de dois nomes

historicamente importantes para a região. O transporte do pêssego cultivado, pela estrada do pêssego pela comunidade japonesa durante o início do século XX, as margens do córrego do Jacú, cujo nome é de origem indígena e representa um pássaro que era comum na região.

Influências nordestinas, indígenas, japonesas, entre outras, marcam a peculiaridade da região, e por que não dizer a beleza e até certa exotividade, pois não é possível falar de uma cultura pura na região. A presença dessas culturas no mesmo espaço geográfico fez com que se mesclassem formando uma nova cultura, uma espécie de quimera, diferente das iniciais, mas com características das formadoras.

Porém todo esse panorama trouxe além da diversidade uma grande gama de problemas. A região é marcada por desigualdades sociais e ocupações irregulares. As disparidades sociais geram altos índices de criminalidades, baixos IDHs, sistemas públicos deficitários (como saúde e educação), entre diversos outros. Os distritos pertencentes a Jacú-Pêssego estão a margem de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

1.1. A região dentro dos planos diretores 2002 e 2014

O Plano Diretor visa garantir um uso democrático e sustentável dos recursos disponíveis e melhorar a qualidade de vida dos moradores e usuários ordenando melhor o crescimento da cidade. O Plano Diretor fornece orientação ao Poder Público e a iniciativa privada na construção dos espaços urbanos e rurais e na oferta dos serviços públicos essenciais, permitindo um planejamento territorial. O Plano Diretor estabelece “a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, levando em conta a infraestrutura e demanda para a utilização do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado” (JURISWAY⁶).

Foi desenvolvido no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 2002⁷, um instrumento urbanístico denominado Operação Urbana Consorciada (OUC).

Art. 225 – As Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental,

⁶ JURISAWAY. O que é Plano Diretor. Disponível em: <www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=2608>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

⁷ Lei nº 13.430, de 2002.

notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o transporte coletivo, implantando programas habitacionais de interesse social e de melhorias de infraestrutura e sistema viário, num determinado perímetro (SÃO PAULO, 2002, p. 168).

Segundo a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura da Cidade de São Paulo, a Operação Urbana Consorciada (OUC) é uma intervenção, realizada sob a coordenação do Poder Público envolvendo também a iniciativa privada, empresas, prestadores de serviços públicos, moradores e usuários do local que elaboram um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como: implantação de infraestrutura, nova distribuição de usos, densidades permitidas e padrões de acessibilidade. O objetivo de uma operação urbana consorciada é alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

Um processo importante foi a criação da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú, em 2004, durante o governo da prefeita Marta Suplicy, pela lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004.

A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu (OUCRVJ) visa promover transformações urbanísticas, sociais e ambientais e melhorias na área de influência da atual Avenida Jacu-Pêssego e está ligada a um conjunto de propostas para o Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste (SÃO PAULO, 2004).

Art. 2º A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu tem como diretrizes gerais:

- I – criar as condições para a atração de investimentos geradores de emprego e renda;
- II – incentivar a instalação de atividades industriais e de serviços na região e estabelecer condições para a sua ocupação racional e produtiva;
- III – melhorar as condições de circulação de pessoas e de distribuição de bens e serviços;
- IV – elaborar projetos de melhoria das condições ambientais e urbanísticas da região do extremo leste da cidade;
- V – direcionar a aplicação dos recursos públicos na região;
- VI – apoiar a implementação dos planos urbanos e de desenvolvimento da região;
- VII – promover a integração inter e intra-regional através da complementação do sistema viário;
- VIII – promover a diversificação do uso do solo. (SÃO PAULO, 2004, p. 1).

Na legislação também constam algumas diretrizes específicas. Dentre elas estão inclusas o incremento das atividades industriais, comerciais e de serviços, de áreas verdes e melhores condições de habitação (SÃO PAULO, 2004).

O projeto urbanístico da OUCRVJP foi elaborado, porém não implantada, sendo incorporado alguns pontos no Plano Diretor de 2014.

No ano de 2014, foi decretado o novo plano diretor da cidade de São Paulo. A lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, foi sancionada pelo prefeito Fernando Haddad sobre a

Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo com o objetivo de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes” (SÃO PAULO, 2014).

Apesar do Plano Diretor de 2014 regulamentar alguns aspectos das OUCs, a região da Jacú-Pêssego não aparece como OUC. No plano atual está dentro da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, dentro da Macroárea de Estruturação Metropolitana Arco Jacú-Pêssego. No Arco Jacú Pêssego é permitido o maior adensamento para usos não residências com isenção de outorga onerosa. A Jacú-Pêssego está inserido dentro dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico. Esses perímetros são definidos como:

São áreas localizadas em regiões com predominância de uso residencial, servidas por importantes eixos viários e de transporte coletivo, nas quais aplicam-se incentivos urbanísticos e fiscais para estimular a instalação de usos não residenciais, como comércio, serviços e equipamentos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

Esses adensamentos e isenções fazem parte de uma política de incentivos para atrair empregos e oportunidades para a região, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico. Dentre os incentivos, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) estão as “isenções de impostos como IPTU, o ITBI e a alíquota do ISS que ficaria situada no mínimo possível, de 2%”.

Existe uma grande importância na urbanização de uma região periférica com intenso processo de renovação e até de reestruturação regional. A história da zona leste apresenta uma importância cultural, pois é uma história rica, indo além de uma grande extensão de casas com áreas de enclave. Portanto o que se percebe com o histórico retratado?

Percebe-se a importância da urbanização na zona leste e a questão até mesmo estratégica da região para a cidade como um polo econômico, com grande importância cultural, com problemas de infraestrutura e de circulação. O modo de produção da cidade gera problemas ambientais, como falta de planejamento das áreas verdes e falta de conectividade, ao ponto que na região estudada sobraram apenas poucas áreas verdes, concentradas principalmente na APA do Tiête, Parque do Carmo e nas proximidades do Morro do Cruzeiro, estando estas também em risco. Desta forma pergunta-se de que forma o TICP pode beneficiar a região?

2. TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM (TICP)

O TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem é um instrumento urbanístico, desenvolvido no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 (SÃO PAULO, 2014). Nele as questões culturais, de produção cultural e antropológica, se unem as de território e a paisagem, enquanto espaço socialmente produzido e vivenciado, tal como preconizadas nas concepções e estudos do NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem).

As concepções de território foram se modificando com o tempo. O termo variava de acordo com a ciência que o utiliza, com a época e com as influências do autor. (HAESBAERT, 2009; CRESPO, 2010). A concepção coloquial é a do dicionário: “1. Extensão considerável de terra. 2. A área de um país, província. [...] 4. Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos, etc.) sobre o qual ele exerce soberania” (FERREIRA, 2002, p. 670).

Essa concepção entretanto não abrange todo o campo teórico, ocorrendo maiores implicações desse conceito. De acordo com Santos (1978, p. 171) “A utilização do território pelo povo cria o espaço”. De acordo com essa definição o território é um conceito preliminar ao de espaço que segundo o autor “é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 1978, p. 171). As relações estabelecidas pelo homem com a natureza e com o próprio homem no território geram o espaço.

Raffestin (1993), ao contrário parte do princípio que o território se forma do espaço. Para o autor as relações de poder, seja este poder econômico, cultural ou político, no espaço gera o território. O território é o espaço onde se projetou trabalho, com relações marcadas pelo poder. Percebe-se uma contradição entre os autores. Para Milton Santos o território forma o espaço e para Raffestin o espaço gera o território. Porém, convém salientar que, segundo Crespo (2010), a complexidade do conceito fez com que Milton Santos alterasse sua concepção durante sua trajetória intelectual, se aproximando ao conceito de Raffestin.

Uma característica muito comum na definição do território é sobre as relações de poder em diversas vertentes (social, político, econômico e cultural) estabelecidos nele. Essa ideia é defendida por Camargo (2009); Haesbaert (2007), Moreira (2006); Saquet (2006) e Saquet (2007).

Para esses autores no território é onde se estabelecem relações de poder, estando constantemente, segundo Saquet, *et al* (2010) em um processo de territorialização,

desterritorialização e reterritorialização. Este ciclo, definido por Saquet, mostra a questão de poder, influenciando no território, pois o tipo de poder se modifica, modificando também as relações internas e externas ao território.

Saquet (2007) e Raffestin (2010) denotam sobre a ligação entre território e paisagem. Saquet (2007) fala que a representação do território por imagens podem ser entendidas como paisagens e Raffestin (2010) fala sobre a paisagem como um instrumento de conhecimento do território. Tanto o território como a paisagem só podem ser compreendidos historicamente. “Ambos os conceitos só podem se compreendidos quando enfocados na sua relação recíproca com a sociedade e as diferentes relações de produção materializadas historicamente” (ABRÃO, 2010).

Muitos autores discutem o conceito de paisagem (CLARK, 1966; AB’SABER, 1977; MAGNOLI, 1994; MENEZES, 2002, SANDEVILLE JR. 2004, SANDEVILLE JR, 2005, RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2008; NASCIMENTO & SCIFONE, 2010; SANDEVILLE JR 2012). Estes consideram a paisagem como um recorte de uma região, porém possuem visões diferentes deste conceito.

“Ao falarmos em paisagem, obviamente estamos diante de visões, enfoques, problemas e conceitos muito diversos, que se referem a campos de significação comuns, embora não unificados” (SANDEVILLE JUNIOR, 2012, p. 209).

Para Arantes (2000) as paisagens tornam-se referências espaço-temporais de ações e experiências, através da ação humana formando assim o processo histórico. Ribeiro (2007), afirma que existem três formas de se analisar a paisagem: 1. Como a relação entre o homem e o meio natural e suas transformações ao longo do tempo, 2. Como uma parte da história de um grupo de humanos em um determinado espaço geográfico, ou 3. Como um produto da sociedade que produziu a paisagem como o local de interação entre materialidade e representações simbólicas.

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. [...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. (SANTOS, 2008).

Sandeville Junior (2004), afirma que o sentido popular da palavra paisagem dificulta a adoção do conceito. Tem-se uma dialética entre a realidade geográfica e a percepção. Outra

difficuldade “é que se torna fácil confundir essa imagem com a representação plástica de uma cena, registrada em uma pintura ou fotografia, o que acarreta, em nosso entendimento, na limitação da percepção” (SANDEVILLE JR, 2004, p. 50).

O conceito de paisagem de Sandeville Jr (2004) une questões de materialidade e representação da paisagem, de forma indissociável, resultante da ação histórica de homens e sua interação com a natureza, tornando a paisagem uma experiência partilhada.

Portanto apesar de todas as definições e conceitos de paisagem, percebe-se que na quase totalidade deles está incluso a relação do homem com o meio. Nessa relação fala-se do ser humano, propriamente dito, os aspectos sociais e culturais no decorrer do tempo. Para este trabalho, será considerada a visão de paisagem de Sandeville Junior (2011):

A paisagem é entendida como experiência partilhada social, cultural e existencialmente, e portanto como uma condição de ser no mundo, articulando esferas da subjetividade, do simbólico, da sociabilidade no cotidiano, e dos tempos nos quais a paisagem se forma como herança e patrimônio coletivo que nos transcende, mas que é também um futuro que vamos definindo com nossas ações, sendo todos coautores de seu destino. (SANDEVILLE JUNIOR, 2011, p. 30).

Além do conceito de paisagem, o TICP também visualiza a cidade enquanto espaço educativo. Essa ideia parte do princípio da educação enquanto troca de experiências, mesmo não estando dentro de instituições formais de ensino. Sandeville, 2010, afirma que a cidade, enquanto espaço socialmente produzido, “viabiliza estratégias e programas de gestão, e sugere adotar o espaço experienciado como inspirador de projetos educativos locais e sua articulação com outros locais enquanto entendimento de mundo.” (SANDEVILLE, 2010, p.1). O mesmo autor cita que o aprendizado em ação, pensa a cidade como espaço de educação partilhada e experimental, ultrapassando as fronteiras institucionais, constituindo-se como construção colaborativa de conhecimentos (SANDEVILLE, 2013).

Outro ponto muito importante do TICP é a questão cultural. O dicionário Aulete Digital, possui diversas definições de cultura:

1. Agr. Ação, processo ou resultado de cultivar a terra, ou certa planta
2. Agr. Parte cultivada de um solo, de uma região.
3. Agr. Produto desse cultivo [...]
4. Conjunto de atividades voltadas para a criação de plantas e animais: Cultura de cítricos/de abelhas.
5. Soma das informações e conhecimentos de uma pessoa, ou de um grupo social: Era homem de grande cultura. Aquela gente lia muito, tinha cultura.
6. Conjunto de costumes predominantes num grupo ou classe social [...]

7. Antr. Tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos (cultura ianomâni/neolítica).
8. Panorama de um país no que se refere ao movimento da criação e divulgação das artes, da ciência e das instituições a elas concernentes: Naquelas décadas, a cultura decaiu.
9. Antr. Conjunto dos valores intelectuais e morais, das tradições e costumes de um povo, nação, lugar ou período específico (cultura asteca/celta/mediterrânea); CIVILIZAÇÃO
10. A ação e o método de cultivar tecidos vivos, microrganismos etc. em ambiente favorável e controlado
11. P.ext. Esse ambiente, e os nutrientes que alimentam esses tecidos ou microrganismos
12. O tecido ou microrganismos assim cultivados (Dicionário Aulete Digital⁸)

A cultura pertencente ao TICP, não está ligada somente a produção cultural ou a cultura institucional. A cultura é tratada no seu sentido antropológico. Portanto, as definições do dicionário relacionadas a questões biológicas não se relacionam a cultura pertencente ao TICP.

Para Schneider (1908) a cultura abrange regras sobre relações e modos de comportamento. Segundo Mintz (2010), a cultura é algo próprio da humanidade relacionado a comunicação, a vida social, a interação sendo um produto histórico.

“As culturas são organizadas por meio de sistemas ou códigos de significação, que dão sentido às nossas e às demais ações. Em virtude disso, qualquer que seja a ação ou prática social, ela é cultural, pois expressa ou comunica significados e, por isso, é prática de significação” (GODOY & SANTOS, 2014).

A definição de cultura é algo extremamente discutido por diversos antropólogos e sem um consenso sobre sua definição. Para Murdock (1932): "Os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar este conhecimento. Mas para o TICP, o conceito e cultura está baseado no conceito antropológico de prática social, sem ter a

⁸ Dicionário Aulete Digital. **Cultura**. Disponível em: <www.aulete.com.br/cultura>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

pretensão de delimitá-lo ou conceitua-lo, aceitando-o como toda a produção humana e toda a prática social na cidade.

2.1. A Criação do TICP

Os TICPs surgiram do desejo e das lutas de diversos grupos sociais. Sendo formado da amalgama de três grupos distintos: os movimentos sociais do distrito de Perus, o Núcleo de Estudos da Paisagem e os Diálogos sobre Corredores Culturais. Os movimentos sociais de Perus e o Núcleo de Estudos da Paisagem uniram forças, desde 2011 em uma ação denominada Universidade Livre e Colaborativa (ULC). As lutas pelo território da ULC e as gestões do NEP junto ao movimento dos Corredores Culturais levaram a uma sinergia para aprovação do TICP.

A articulação destes grupos pode ser visualizado na **Figura 2.1**. A Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento gerou o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP), que somados aos Movimentos Sociais de Perus (Quilombaque, Movimento de Reapropriação da Fábrica, Projeto Coruja e outros grupos), geraram a Universidade Livre e Colaborativa (ULC), explicados com maior detalhamento na **seção 2.1**. As lutas pelo território da ULC se fortaleceram sinergicamente aos Diálogos sobre Corredores Culturais (oriundos do Movimento do Cine Belas Artes e outros grupos e pessoas da Consolação e região), para formação do TICP.

Para a compreensão do sistema relacionado ao TICP se faz necessário entender a experiência da ULC e do NEP, dado o caráter do processo.

Figura 2.1 - Articulação dos grupos formadores do TICP (Elaborado pelo autor)

Para a formação da Universidade Livre e Colaborativa (ULC), foi necessário a união de dois ideais: os do NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem) e dos movimentos sociais de Perus. Para o entendimento de como foi a surgimento da ULC e a discussão para o plano diretor foram realizadas algumas entrevistas com pessoas que tiveram relação com o NEP, com os movimentos sociais e com a ULC. Abaixo seguem quem são os entrevistados e as datas das entrevistas:

Nep:

- Gabriel Fernandes: Arquiteto, atua no Centro de Preservação Cultural Casa de Dona Yayá, mestrando em arquitetura, pesquisador do NEP e atuou em disciplinas da ULC – dia 21 de abril de 2016;
- Patrícia Lima: Bióloga e Gestora Ambiental, Mestre em Ciência Ambiental, atuou na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, foi pesquisadora do NEP e atuou em disciplinas da ULC – dia 23 de abril de 2016;
- Daniele Tubino: Arquiteta, docente, doutoranda em ciência ambiental, participou de atividades do NEP e atuou em disciplinas da UCL – dia 23 de abril de 2016;
- Larissa Nebesny: Arquiteta e Urbanista, cursou FAU-Poli, participou como colaboradora e pesquisadora do NEP – dia 28 de abril de 2016; e

- Gabriela Radoll: Arquiteta e Urbanista, cursou FAU/USP, participou como colaboradora e pesquisadora do NEP – 15 de junho de 2016.

Esses entrevistados vivenciaram o NEP e suas entrevistas permitem uma visão de construção do NEP, das parcerias e das vivências.

Movimentos sociais de Perus:

- Paulo Goya - 29 de junho de 2016: teve importância na criação do TICP, participou da ULC e é militante de causas sociais, principalmente ligadas a cidade.
- Miriam Santos: Professora efetiva da rede municipal de São Paulo comissionada na liderança do PT na Câmara Municipal de São Paulo, participou de disciplinas da ULC e de Movimentos Sociais de Perus – dia 05 de julho de 2016.
- Mario Bortoto e Regina Bortoto: Mario Bortoto é engenheiro químico, militante político e de movimentos sociais como o da Reapropriação da Fábrica de Cimento, da ULC, de Saúde e de Meio Ambiente. Regina Bortoto, sua esposa, é formada em Letras e Pedagogia, foi professora e de diretora de escola, participa de movimentos sociais e de educação no bairro de Perus, atuando principalmente no Movimento pela Reapropriação da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus, na construção da Universidade Livre e Colaborativa. Participa também, desde 2013, da REPEP, Rede Paulista de Educação Patrimonial. – 28 de junho de 2016 e
- José Queiroz: Educador e Consultor em gestão de conhecimentos, planejamento estratégico, desenvolvimento humano e institucional. Diretor da Agência de Desenvolvimento Social e Coordenador da Comunidade Cultural Quilombaque. Atua em diversos movimentos sociais de Perus. – 12 de julho de 2016.

O núcleo básico de Perus que compunha a ULC era composto por cinco pessoas (dos quais Mario, Regina e José, foram entrevistados) e mais o professor Euler. Cada um dos entrevistados representa uma vertente de militância: Mário política urbana, Regina educação e Queiroz os movimentos culturais.

Para o entendimento da formação do TICP sobre a questão dos corredores culturais foi realizado uma entrevista com Eliane Manfré, no dia 06 de setembro de 2016. Eliane Manfré é turismóloga com extensão em gestão cultural e ativista do MBA - Movimento Cine Belas Artes.

2.1.1. NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem)

A história do NEP se inicia antes da criação do núcleo propriamente dito, com os princípios da Espiral do Conhecimento e da Sensibilidade. Para Larissa Nebesnyj um dos preceitos norteadores do NEP é o do trabalho colaborativo, iniciado com a espiral.

Uma espiral é um movimento harmônico e imprevisível, tridimensional, que pode se expandir em todas as direções, e por isso mesmo não isento de contradições. É uma forma vaga e variada, que inspirou aquela ideia que temos da espiral como um desenvolvimento numa equação matemática e numa proporção áurea. Sua forma, entretanto, não precisa ser de uma geometria perfeita, pois essa ideia de perfeição seria uma abstração. Imaginemos uma espiral que pudesse se desdobrar em vários pontos e planos, livre da linearidade bidimensional do papel que faz parecer natural tudo ser plano. Imaginemos também que tocasse outras espirais, e a cada ponto surgissem ondas animando os mundos, como se várias pedras fossem atiradas quase simultaneamente na superfície de um lago. (SANDEVILLE JR, 2003).⁹

A Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento foi concebida em 2002 como um projeto que visava à promoção do conhecimento através de uma construção partilhada. A espiral não é uma proposta acadêmica apenas, mas deveria ser uma base programática, poética e afetiva de ação na construção de conhecimento. A espiral possuía os seguintes eixos propositivos, segundo Sandeville Jr, 2011: paisagem; cidade; memória, imaginação e história; arte; alegria, a satisfação, o amor, a amizade, o sonho, a confiança mútua; e pesquisa, representados na **Figura 2.2**.

A Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento sintetiza aspectos subjetivos à pesquisa, pensando-a de forma ética, como uma construção coletiva e com experiências partilhadas. “o objetivo é colaborativamente mover nossos conhecimentos sobre dinâmicas ecológicas, urbanas e socioculturais, reconstruindo-os conjuntamente com parceiros externos à universidade” (SANDEVILLE JR, 2011, p. 30). Segundo Gabriel Fernandes a espiral é uma proposta para além da academia, trata-se de um manifesto que propõe a construção de conhecimento de forma partilhada, sensível e criativa, calcada na experiência.

⁹ SANDEVILLE JR. E. **Memorial Espiral**. Disponível em: < <http://espiral.fau.usp.br/2-NEP-0.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Figura 2.2 – Representação dos eixos propositivos da Espiral (fonte: ESPIRAL¹⁰)

Desta forma a proposição da espiral torna -se base para a articulação do NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem). O NEP, segundo Sandeville Jr. (2003), atua a partir da concepção da paisagem, enquanto experiência partilhada, socialmente produzida e metodologicamente estruturada. No NEP diversos conhecimentos e procedimentos contribuem para os trabalhos de campo e estudos, como: os de memória, territoriais, urbanos, entre outros. Esses conhecimentos recebem aportes de disciplinas como: a geografia cultural, a antropologia e ecologia. Esse tipo de estudo/pesquisa , somente foi possível pela interdisciplinaridade do NEP, acolhendo pesquisadores dessas áreas de formação e estabelecendo parecerias com docentes dessas áreas. Segundo Larissa Nebesnyj, os objetivos eram de promover um estudo colaborativo e trocas de conhecimento, gerando encontros com outras comunidades, tanto na USP, quanto externas, em especial em situações de exclusão e/ou periféricas.

O NEP parte de uma premissa inovadora de pesquisa e estudos. Segundo Patrícia Lima o núcleo era muito diferente de outros da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), pois esses eram muito focados somente na arquitetura e o NEP

¹⁰ ESPIRAL. **Representação dos eixos propositivos da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento.** Disponível em: < www.espiral.fau.usp.br/1-principios.html>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

era interdisciplinar, com biólogos, geógrafos, arquitetos, advogados, engenheiros, entre outros.

Gabriela Radoll afirmou que o NEP é sediado no LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade), onde atuam os professores Euler Sandeville e Raquel Rolnik. Segundo Radoll, o Professor Euler sempre teve interesse pelo direito a paisagem, iniciando antes os trabalhos do laboratório e aos poucos ele foi acolhendo a Raquel, recém chegada a FAU e sem espaço físico para estabelecimento do laboratório. Eles tiveram uma similaridade de visões de mundo, mas cada um com seu enfoque. Uma das principais características do NEP é ser um grupo que sempre se ajudou muito, com envolvimento intenso de todos. Era um lugar em que os participantes podiam explorar outras tentativas acadêmicas buscando algo diferente. Nesse espaço as pessoas tinham interesses diversos na pesquisa e que transpassavam a forma morfológica, visando também o sensível, almejando o lado mais humano da paisagem, das sensações e como é possível construir isso com o outro, sempre muito aberto a aprender com quem está lá vivendo, com quem está sentindo. No NEP existe uma coesão entre pesquisador e o objeto pesquisado não encarando-o como objeto, pois tem uma vida, tem um rebatimento, tem uma verberação, e ela pode alterar a sua forma de ver e de pesquisar.

Os integrantes do NEP não possuem somente uma postura de chegar, trabalhar e pesquisar, mas sim uma postura dialógica, ética e solidária que estão nas bases da Espiral da Sensibilidade e do conhecimento. Essas características foram citadas pela Patrícia Lima, ao entender que o NEP seria o melhor grupo para a realização de sua pesquisa por essa proposta inovadora, interdisciplinar e afetiva.

A proposta do NEP de estudos colaborativos, dentro das comunidades, valorizando as experiências, as memórias e as afetividades convergiram com a atuação de coletivos em Perus para dar início a Universidade Livre e Colaborativa, que já vinham sendo intentadas pelo NEP em diversas ações de formação de pesquisadores populares, pré-iniciação científica e outras concepções

Além disso, existiram projetos que envolveram comunidades em Atibaia, Brasilândia, Nova Esperança, e até mesmo Moçambique. Dentro do site da espiral constam trabalhos realizados no município de São Paulo (na Vila Maria e Heliópolis), nos municípios de Mauá, Ubatuba, São Sebastião em SP, em Santa Catarina, Minas Gerais, Uruguai entre outras

localidades¹¹. O percurso do NEP e da Espiral, até 2010 estão na tese de livre docência do Professor Euler, portanto anteriores a ação em Perus.

2.1.2. Movimentos Sociais de Perus

A região do distrito de Perus possuía e ainda possui diversos movimentos sociais que visam melhorias na região. Esses grupos se articularam com o NEP para organização da ULC, sendo os principais a Quilombaque, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus e o Projeto Coruja. Cabe salientar, que muitos outros movimentos estiveram presentes na concepção da ULC e participaram das aulas.

A Comunidade Cultural Quilombaque, ou somente Quilombaque teve seu início em 2005, sendo iniciativa de jovens, moradores de Perus. Os principais objetivos são

Agregar e congregar artistas, agentes e equipamentos socioculturais proporcionando a troca e a convivência multicultural, desenvolver pesquisas, programas, projetos e oficinas de formação artística e profissional, eventos e espetáculos diversos;
Promover eventos e espetáculos, ampliar a consciência política e ambiental e o desenvolvimento local sustentável através da economia da cultura.
(QUILOMBAQUE, 2009).¹²

José Queiroz, afirmou que a Quilombaque já vinha discutindo e pensando questões sobre o bairro, a região e o desenvolvimento local e sistematizaram no Plano Inclusão Social em Desenvolvimento Sustentável Local Macro Norte. Num determinado momento surgiu o conflito da Quilombaque com o projeto do Parque Linear, pois a área onde ela estava sediada seria desapropriada e no lugar construiriam quadras poliesportivas. Criaram então um manifesto, declarando ocupação e que não sairiam. Com isso começaram a conversar com outros moradores que estavam na zona de desapropriação. Na **Figura 2.3**, é possível ver o logo da Quilombaque.

¹¹ Uma lista completa de locais de atuação do NEP está disponível em: <www.espiral.fau.usp.br/1-linhas.html>. Acesso em novembro de 2016.

¹² QUILOMBAQUE. **O que somos e para onde vamos.** Disponível em <<http://comunidadequilombaque.blogspot.com.br/2009/04/o-que-somos-e-para-onde-vamos.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

Figura 2.3 – Logo da Quilombaque (fonte: Quilombaque)

Em uma festa na Quilombaque o Professor Euler estava presente, gerando um conflito, pois a comunidade acreditava que ele estava envolvido com quem havia conduzido a proposta do parque. O Professor explicou que não estava envolvido e propôs um estudo colaborativo envolvendo a população, iniciando uma ação conjunta, com discussões, produção de trabalhos de resgate de memórias, gerando um documento de alternativas para o parque. Esse documento serviria de base para a Prefeitura e Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Como não teve efeito, o Professor Euler intermediou uma reunião com os escritórios responsáveis pelo projeto, recolocando o diálogo sobre o parque.

Outro movimento social importante de Perus é o Projeto Coruja que, segundo Regina Bortoto, é apelido carinhoso do Grupo de Formação de Lideranças, ligado à Igreja Católica de Perus, Santa Rosa de Lima. No início, esse projeto foi direcionado para formação geral, especificamente dos militantes da igreja. Com a entrada de Regina, Mario Bortoto entre outros, no final dos anos 90, estes passaram a organizar atividades de formação para todos interessados, se aproximando assim dos meninos que faziam arte com grafite, hip hop etc. Atualmente o projeto não existe mais, sendo apenas mantido seu CNPJ. Realizou seu último Café Filosófico, em meados de 2013. Em parceria com o NEP e com o pessoal do PET da Faculdade de História da USP (Programa de Educação Tutorial) promoveram um seminário sobre a fábrica de cimento no Auditório da FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, quando surgiu o Manifesto em defesa da Fábrica, assinado por vários grupos e protocolado na Prefeitura.

Essa aproximação com os meninos do grafite gerou também uma aproximação com a Quilombaque, que na época, começava um processo de resgate da história da fábrica de

Cimento Portland Perus¹³, retomando o movimento de reapropriação da fábrica. A Quilombaque se uniu com um grupo de teatro chamado Pandora, que na época fazia uma peça sobre a fábrica.

Segundo José Queiroz, a luta do movimento da fábrica se iniciou em 1985, mas desde 2004-2005 estava meio estagnada. Retomando o movimento ocorreriam dois impactos: resgatar a ideia do viver local (morar e trabalhar na mesma região) e a experiência dos trabalhadores da fábrica. Isto é uma espécie de amalgama para gerar empregos. O resgate da memória é capaz de gerar retorno econômico para a região.

O Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus é um movimento “formado pelas principais lideranças do bairro – situado na região noroeste de São Paulo – assim como estudantes, professores, universitários e demais ativistas que lutam em prol da utilização do espaço, atualmente degradado pela ação do tempo” (MOVIMENTO FÁBRICA DE PERUS).¹⁴. O movimento faz diversos manifestos para a reapropriação da fábrica, como mostra a **Figura 2.4**.

Figura 2.4 – Manifestação na Fábrica (fonte: Movimento Fábrica de Perus)

¹³ O nome oficial é Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus foi inaugurada na década de 20 e fechou suas portas em na década de 80. Sua trajetória foi marcada por diversos movimentos trabalhistas, culturais, que influenciaram a região e alta produtividade de cimento Devido a sua importância, existe um movimento intenso para tornar a sede da fábrica um centro cultural de forma a não apagar da história do Brasil este patrimônio tão importante.

¹⁴ MOVIMENTO FÁBRICA DE PERUS. **Quem somos**. Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/>>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

Essa sinergia desenvolvida pelos coletivos, para apropriação da fábrica, o fomento ao conhecimento e a história do bairro, aliadas as propostas educativas e colaborativas do NEP cultivaram um arcabouço para formação da Universidade Livre e Colaborativa. O Professor Euler propôs um projeto de construção de conhecimento integrando os movimentos sociais, articulando com os ativistas de Perus (incluindo Regina, Mário e Queiroz), baseando-se nos preceitos e estudos do NEP, criando a ULC.

2.1.3. ULC – Universidade Livre e Colaborativa

A ULC nasce do desejo de construir e congregar outras formas de conhecimentos não acadêmicos, como o conhecimento popular. Segundo José Queiroz, o conhecimento acadêmico tem sua lógica, mas os outros também têm e a ULC visa agregar esses conhecimentos.

No distrito de Perus já ocorriam iniciativas sociais e ideias de centros para disseminação de conhecimento. A Quilombaque tinha a ideia de criar uma universidade chamada de Universidade Livre de Meio Ambiente e Cultura. O projeto Coruja e já tinha um encontro mensal chamado café filosófico, em que discutiam o bairro e as memórias. O NEP já era um grupo de estudos colaborativos, dentro das comunidades, valorizando as experiências, as memórias e as afetividades, mas com articulações entre o programa e estes setores. O núcleo já tinha uma proposta de conhecimento e desenvolvia atividades de pré- iniciação científica em escolas e outras atividade na comunidade e a proposta de uma Universidade Livre, como uma USP aberta ou em dialogo com a sociedade, visando a construção colaborativa de conhecimentos para a transformações da paisagem. O professor Euler propôs o nome de Universidade Livre e Colaborativa, para diferenciar dos modelos de Universidade Livre, por exemplo a de Curitiba e com isso realçar a filosofia de trabalho colaborativo e de experiências partilhadas na construção de conhecimentos transformadores tanto das comunidades, quanto das práticas da universidade.

Com essa somatória de forças surgiu a ULC (Universidade Livre e Colaborativa) com o propósito de se produzir conhecimentos.

Para Paulo Goya, que participou ativamente de várias atividades desse programa, essa ideia da universidade é fundamental, não somente pelas disciplinas, mas pelas propostas que induzem os indivíduos à participação cidadã, fornecendo-lhes subsídios para os debates visando a construção de cidades para o futuro. A disciplina em si, seu caráter plural,

fragmentado e fragmentário, permitem reflexões para a melhor compreensão dos problemas relativos ao Urbanismo.

Segundo Regina Bortoto e Mario Bortoto, a ULC vem somar, pois o movimento em torno da fábrica, envolvendo diversos grupos, sempre pleiteou para aquele espaço uma universidade pública e gratuita, bem como um centro lazer, cultura, memória e história do trabalhador. Quando o NEP, por meio do Professor Euler, trouxe a ideia da ULC, a proposta de universidade se ampliou para livre e colaborativa, ou seja, uma nova ideia de universidade, indo além de prédios e regras, tendo o bairro e a cidade vistos como locais de educação por excelência.

Na ULC ocorreram diversas disciplinas que agregaram estudantes de graduação, de pós-graduação e pessoas da comunidade local, com diferentes níveis de escolaridade, diferentes experiências e culturas, que colaboravam para a troca de conhecimentos e saberes. Nas disciplinas eram discutidos temas ligados ao território e, principalmente sobre o território de Perus, levantando problemas e possíveis soluções.

As disciplinas inseriram a proposta e o fundamento concebido pelo NEP para academia, mostrando que é possível a construção de conhecimento em campo, gerando novas situações de aprendizados. Construiu uma identidade própria. Foram importantes para a articulação da comunidade, para o refinamento do conhecimento sobre legislação e para o conhecimento do território que sustentam o embasamento para essa comunidade reivindicar melhorias. Segundo Patrícia Lima o desenvolvimento de disciplinas na comunidade foram relevantes para: formação do indivíduo, ética e trabalho em grupo, formação de vínculos de amizade, agregar conhecimento de outras áreas e sensibilização sobre a paisagem.

Segundo Miriam Santos é um local em que não existe uma relação vertical e sim horizontal onde, independente da formação, qualquer um pode participar. “É um lugar onde as pessoas podem colocar sua opinião, trocar ideias e propor melhorias para a região. A ULC permite uma grande relação entre universidade e prática, construindo conhecimento de forma não convencional, próximo das pessoas, um conhecimento vivo.”

Segundo Daniele Tubino, é uma universidade ligada às comunidades em que não há distinção do ambiente acadêmico e do real. Existe conexão entre a universidade e a comunidade e na ULC as pessoas da comunidade, não são necessariamente doutores ou mestres, mas qualquer pessoa pode colaborar na construção do conhecimento. O conhecimento não precisa se dar num âmbito formal, acadêmico, podendo ser informal, que principalmente deriva da prática. Ela inclui todos os tipos de conhecimento, tenta fazer uma

construção transdisciplinar e engloba um grande número de pessoas e coletivos, sendo NEP uma parte importante, fornecendo embasamento científico e técnico para as ações da ULC.

A ULC segundo Gabriel Fernandes é uma proposta que demandaria responsabilidade e uma sensibilidade para os desejos diversos que se convergem. Quase uma confirmação de que é possível produzir conhecimento de forma colaborativa com sujeitos diversos, de culturas e níveis diversos. É uma convergência de diferentes saberes populares e eruditos, de campo e de gabinete. Porém é preciso não idealizar a experiência, no sentido de achar que pelo fato de simplesmente estar calcada em princípios tão bonitos ela fatalmente seria bem-sucedida a priori. São várias as dificuldades e contingências com as quais é preciso lidar.

A ULC não é uma experiência única, têm-se alguns exemplos semelhantes ao redor do mundo. Um deles é a Universidade de Pés Descalços¹⁵, na Índia, no qual seu fundador Bunker Roy, criou uma universidade para pobres, na qual todos podem ensinar e aprender. Nesta universidade os conhecimentos populares úteis para a vida prática são transmitidos pelos detentores desse conhecimento da comunidade. Os alunos construíram o primeiro prédio em 1986, construíram painéis solares, cultivam plantas em solos inférteis e aprendem ofícios que são úteis para sua comunidade.

Outro exemplo é a Universidade Livre de Meio Ambiente (UNILIVRE). Foi fundada em 1991 e possui como propósito “disseminar conhecimento ambiental para todos os extratos da sociedade contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres com a natureza” (UNILIVRE, 2017).

Para todos os entrevistados a ULC foi fundamental para a construção do projeto do TICP. Os conhecimentos mais teóricos e mais técnicos, gerados pela ULC, agregando saberes acadêmicos, de memória e de experiências vividas foram fundamentais para organizar essa proposta.

Segundo Gabriel Fernandes as disciplinas influenciaram diversas tomadas de decisão em políticas públicas como as do parque linear, do plano diretor e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Segundo Gabriel, a ideia por trás do Território foi do Professor Euler, mas toda a discussão para que o Território entrasse no PDE foi resultado das disciplinas da ULC. Se não fosse a mobilização promovida no contexto da ULC, não haveria sequer a discussão dos Territórios ou a indicação do TICP em Perus. A criação desses Territórios foi muito influenciada pelos laços que a ULC potencializou.

¹⁵ BUNKER ROY. **Universidade dos Pés Descalços**. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=oC5FMJID_EQ> Acesso em 20 de abril de 2017.

Segundo Regina Bortoto e Mario Bortoto, a ideia do Professor Euler era ter 5 TICPS, um em cada região da cidade, incluindo a região central, mas por causa de disputa política e para facilitar que esse instrumento fosse incorporado no PDE, foi acordado apenas 2. Porém sempre com a ideia de que existem outros lugares na cidade que podem ter outras TICPs (o art. 314 §4º do PDE de 2014, salienta que outros TICPs poderão ser criados).

A proposta do Professor Euler, inicialmente chamada de Área de Especial Interesse da Paisagem e Cultura (AEIPC), eram de 6 áreas na cidade de São Paulo, conforme **Figura 2.5**.

espiral da sensibilidade e do conhecimento

labcidade-núcleo de estudos da paisagem por uma universidade livre e colaborativa

espiral.fau.usp.br

Euler Sandeville
http://facebook.com/sandeville
arte.arq.br

Figura 2.5 - Áreas de Especial Interesse da Paisagem e Cultura, segundo Sandeville Jr¹⁶.

Ainda segundo Regina Bortoto e Mario Bortoto, o Professor entendia o território abrangendo toda a orla ferroviária, devido aos muitos galpões que estão sendo destruídos, acabando com a memória industrial, com a memória do trabalho e com a ideia de que existia uma força trabalhadora ali. De fato, nas discussões dos planos regionais em 2016, chegou-se a grafar um território da Vila Leopoldina até a Barra Funda, passando pela Lapa e outro território de Pirituba, integrado com Perus – Jaraguá, esse desenvolvido no âmbito dos

¹⁶ ESPIRAL. **Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura**. 2014 Disponível em: <<http://espiral.net.br/arquivos-AU-PDE-2014/2014-UniversidadeLivreColaborativa-culturanoPDE-AreasPropostas.jpg>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

movimentos de Perus, com ativa participação de alguns funcionários da prefeitura e bolsistas do programa de Residência da FAU/USP nas subprefeituras de Pirituba e Perus.

Segundo o José Queiroz, os coletivos culturais têm uma força de conexão, pois coletivos de Perus se ligam a coletivos da zona leste, mostrando a possibilidade de articulação. A articulação os TICPs, potencializa esta ligação cultural já existente e facilita a realização de atividades, pois em um território sem articulações é muito mais difícil a realização de ações.

Paulo Goya afirma que a proposta do Núcleo de Estudos da Paisagem e a metodologia da Universidade Livre e Colaborativa são as táticas para a construção da São Paulo de todos para todos. A definição, assim como a marcação do perímetro dos TICP, são táticas para a implementação das diretrizes do PDE, mas acima de tudo permitem uma real apropriação por parte dos moradores/cidadãos dos seus territórios, pois permite que a comunidade participe da construção desse Território e saibam posteriormente como geri-los e administra-los de maneira democrática.

A ULC, de certa forma, aglutinou vários conhecimentos e foram realizadas várias ações para ampliar o conhecimento sobre o território e sobre a região. A forma de atuação da ULC, na questão colaborativa e na delimitação do TICP, tornou-se referência como gestão participativa e foi reconhecida por agentes públicos e outros políticos na época.

Para Regina Bortoto, a ULC é muito maior que somente a parte prática do NEP. Ela tem o GT de Educação, tem o Movimento pela Reapropriação da Fábrica, tem os coletivos culturais, a Quilombaque e o Pandora fazendo suas ações. É muito abstrata e ao mesmo tempo muito simples. A Universidade Livre Colaborativa está vinculada com a produção do conhecimento. É como se entendesse a educação não só na esfera escolástica, mas em um alargamento de horizontes, pois ao perceber que escutar uma história de um morador, ou realizar uma entrevista com ele, está acontecendo aprendizado. A ULC tenta juntar os diferentes saberes para qualificar melhor, respeitando as pessoas segundo a proposta metodológica do NEP.

2.1.4. Diálogos dos corredores culturais

O MBA (Movimento Cine Belas Artes) é formado por frequentadores do cinema e depois por simpatizantes ao movimento que se mobilizou contra o fechamento do cinema em 2011. O alto preço do aluguel foi o fator que mais colaborou para o fechamento, apesar dos

esforços contrários. Desta forma, o movimento buscou alternativas para reabrir, conseguindo êxito três anos depois, em junho de 2014, como caixa Cine Belas Artes (cuja a festa de abertura consta na **Figura 2.6**). O MBA continua atuando, pois o patrocínio que mantém o cinema aberto pode ser cortado a qualquer momento. Para evitar que isto ocorra o movimento busca instrumentos que permitam a continuidade do funcionamento do cinema. Ocorreu um tombamento da fachada, no CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico) e estão em processo do registro do patrimônio imaterial.

Figura 2.6 - Reabertura do Cine Belas Artes (Fonte: Movimento Cine Belas Artes¹⁷)

Segundo Manfré, o TICP, nomenclatura que veio da união dos movimentos, antes de ter essa nomenclatura era chamado de corredor cultural e depois como território cultural, porque o grupo do Movimento Cine Belas Artes (MBA) não possuía o conceito da paisagem.

Quando o grupo estava batalhando pela reabertura do cinema, ocorreu a percepção de que o cinema pertencia a uma região mais ampla que a esquina da Consolação com a Paulista, onde existe a praça do ciclista e alguns teatros ameaçados descendo a consolação. Verificando que o cinema sofria com a especulação imobiliária, assim como outros equipamentos

¹⁷ MOVIMENTO CINE BELAS ARTES. Disponível em: <<http://movimentocinebelasartes.com/>>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

culturais, não era interessante somente reabrir o cinema e sim garantir a perpetuidade desses equipamentos. Desta forma, o grupo pensou em um instrumento que pudesse amparar a região.

Por meio de alguns diálogos chegaram a conclusão que ali poderia ser um corredor cultural. Então, realizaram um encontro na Câmara Municipal chamado de Segundas Paulistanas, uma iniciativa do MBA juntamente com outras pessoas, em março de 2014, chamado diálogo sobre os corredores culturais. Cujo folder é apresentado na **Figura 2.7**. Foram convidados outros grupos culturais (Motim – Movimento dos Teatros Independentes de São Paulo, Cerco Choreográfico, Terreyro Coreográfico, CIT Ecum – Centro Internacional de Teatro Ecum, que fechou, Via Libris-Passagem Literária da Consolação, Associação dos Artistas de Rua e Filafro - Filarmônica Afro Brasileira, músicos de rua, entre outros) para participar da discussão e ter mais colaboração para as ideias, tendo pela lista de presença 51 participantes.

Figura 2.7 – Folder dos diálogos sobre corredores culturais. (Acervo: Eliane Manfré)

Como estavam ocorrendo as discussões para o Plano Diretor Estratégico (PDE), o corredor cultural poderia ser um mecanismo inovador. Nessas discussões o arquiteto Frederico Vergueiro, comentou que achava que o termo corredor não era apropriado, pois remetia a ideia de local de passagem, não indo de acordo com o que o grupo esperava como resultado. Então ele sugeriu modificar para território cultural. Começou uma batalha para que esse instrumento pudesse ter uma aceitação no PDE. Com isso, questionaram sobre quais outros equipamentos culturais poderiam participar para que esse corredor se ampliasse, transformando-se em um território e englobando também os teatros da Praça Roosevelt.

Com isso, a extensão aumentou e começou-se a discutir sobre esse aumento e a delimitação de um perímetro, ocorrendo certas divergências no grupo. Alguns achavam que estavam agregando elementos muito distintos do local e que seria algo amplo demais para ser feito um inventário e constituir um único território, devendo talvez ser desmembrado, enquanto outros achavam que não, que poderiam ter alguns desmembramentos, mas incluir como um único território.

Cabe salientar que o grupo criou a ideia do território do cine Belas Artes e na Consolação (sentido centro) até a Roosevelt. A proposta até a Luz e até a Paulista veio de Nabil Bonduki, na época vereador e relator do PDE. Ele identificou em um mapeamento, que a maioria dos equipamentos culturais estava nesse perímetro, da Paulista até a Luz, englobando uma grande quantidade de equipamentos, com características distintas. A proposta do NEP era que a área fosse até o Brás.

O NEP incluía também essa área como um AEICP (conforme **figura 2.5.** mostrada anteriormente), porém entendendo que essa área deveria abranger Brás, Pari e Mooca, considerando a relação histórica entre esses locais da cidade. O NEP discutia ainda que este se integrasse a um território entre o centro e a Vila Leopoldina, pela orla ferroviária, mas não se incorporou ao PDE.

2.1.5. O TICP

A proposta de criar um território começou com algumas apresentações, do Professor Euler, na Câmara Municipal, na qual propôs uma nova forma de gerir a cidade. Essa nova forma foi questionada, pelas dificuldades em transformá-la em instrumento legal. Frente a esse desafio, o entrevistado escreveu sobre essa nova forma de pensar a cidade, gerando a proposta das AEICP. Desde as primeiras audiências públicas promovidas pela SMDU, foram

levadas várias propostas sobre as áreas e em paralelo o movimento de Perus levou várias propostas referentes à fábrica e algumas questões do bairro. O movimento do Cine Belas Artes (MBA) também encaminhou propostas sobre os corredores culturais.

Na segunda fase, em uma das audiências promovida pela Câmara, o entrevistado estava apresentando as AEICP e a Eliane Manfré apresentava os corredores culturais. O Euler procurou a Eliane, pois verificou-se que os instrumentos poderiam se unificar e ganhar sinergia, aprimorando o instrumento ao incluir as questões que o MBA colocava. Havia alguns problemas, pois o movimento estava muito mais ligado a questão do patrimônio, mas iniciou-se um diálogo, escrevendo em conjunto.

A partir do consenso desses atores, foi possível incorporar o conceito de território ao PDE e consequentemente o conceito de Território de Interesse da Cultura e da Paisagem no PDE, com várias correções e adaptações, incorporando dois perímetros de TICP, o Luz – Paulista e o de Perus.

Os termos território, cultura e paisagem fundiram-se nos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs), criando um instrumento inovador do Plano Diretor Estratégico (PDE) - Lei nº 16.050/2014. Os TICPs designam áreas com grande potencial histórico, educacional, cultural e ambiental.

O artigo 314 do PDE, de 2014 define TICP como:

Art. 314. Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público. (SÃO PAULO, 2014, art. 314).

O Plano Diretor de 2014 reconhece dois TICPs: o TICP Paulista / Luz (art. 314 §2º) e o TICP Jaraguá-Perus (art. 314 §3º). Apesar do plano contemplar apenas esses dois TICPs, o art. 314 §4º, salienta que outros TICPs poderão ser criados conforme: “Outros TICP poderão ser criados, delimitados e modificados através de leis específicas ou dos Planos Regionais, a partir de processos participativos que considerem os objetivos definidos no “caput”” (SÃO PAULO, 2014, art. 314).

Os objetivos do TICP estão definidos no art. 315 do Plano Diretor de 2014, sendo os seguintes:

- I – estimular iniciativas locais no âmbito da cultura, educação e meio ambiente, através de processos solidários e colaborativos;
- II – ampliar a abrangência do princípio do direito à cidade, garantindo a cidadania cultural, a tolerância e o respeito à diversidade cultural, social, étnica e sexual por meio do acesso à cultura, à educação e à arte;
- III – valorizar a memória e a identidade da cidade, nos âmbitos local e regional;
- IV – promover o entendimento dos processos urbanos e ambientais de transformação e conservação das paisagens e a fruição de seu patrimônio material e imaterial;
- V – proporcionar, em especial nos TICP localizados em regiões de maior vulnerabilidade social, o desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, estimulando sua articulação com instituições de ensino, pesquisa, cultura e outras, que permitam a compreensão dos processos históricos, ambientais e culturais locais e regionais;
- VI – definir instrumentos de incentivos e apoio às atividades ligadas à cultura, educação, arte e meio ambiente, visando a geração de renda e o desenvolvimento local e regional sustentável;
- VII – criar meios de articulação entre os diferentes TICP, visando proporcionar o intercâmbio de saberes e experiências entre seus agentes culturais e estimular programas educativos e criativos que favoreçam a compreensão mútua da estruturação e história urbana de cada Território e de seus valores simbólicos e afetivos. (SÃO PAULO, 2014, art. 315).

O TICP é um instrumento urbanístico que visa modificar a forma de entendimento da cidade. Segundo Sandeville Jr & Manfré (2014) esse instrumento é potencialmente inovador, pois parte da concepção da cidade como espaço educativo, cultural e colaborativo, tratando aspectos afetivos, culturais, de produção de conhecimentos e experiências. Possui uma preocupação em ampliar iniciativas culturais e educacionais para compreender os processos “naturais e urbanos de transformação e conservação das paisagens, sua significação e história, os processos participativos e de acesso pleno à informação, a valorização do patrimônio ambiental e cultural, introduzindo também o conceito de lugares de memória.” (SANDEVILLE JR & MANFRÉ, 2014¹⁸).

Segundo Eliane Manfré o TICP percebe a importância da afetividade e do sentimento no planejamento da cidade. Este instrumento urbanístico é importante, pois deixa a cidade com uma relação mais humana, valoriza a história local, a educação não formal e a ocupação dos espaços.

Em tese, visa apoiar ações culturais, educativas e de conservação ambiental, sendo um instrumento com potencial de luta contra a lógica imobiliária. Pelo PDE foram instituídos dois TICPs: o Jaraguá/Perus e o Paulista/Luz, sendo que o perímetro do Paulista/Luz consta no PDE e o Jaraguá/Perus seria definido em lei posterior segundo art. 314, § 3. No entanto, cabe salientar que essa delimitação do TICP Perus – Jaraguá foi feita em disciplina da Universidade Livre e Colaborativa, de forma coletiva com estudantes de graduação, pós

¹⁸ Disponível em: < <https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>>. Acesso em 03 de julho de 2016

graduação e comunidade local (com ou sem grau de instrução). A disciplina foi realizada em no segundo semestre de 2014, com aulas em diversos pontos importantes do território, como a tribo indígena em Perus, escolas, CEU, igrejas, parques, entre outros. Posteriormente, em diálogo com setores da prefeitura em 2016, no contexto dos Planos Regionais, o perímetro deste TICP foi ampliado com a inclusão de importante trecho da subprefeitura de Pirituba.

Segundo o professor Euler na idealização do TICP, inicialmente iria ser incluído o conceito de saúde também, contudo o território concebido desta forma, seria inviável politicamente de ser inserido no Plano Diretor. O processo já estava complicado, pois ocorria uma disputa crescente para entender o instrumento enquanto patrimônio, enquanto o Professor Euler o entendia como ligado a política pública e a paisagem, o que parecia mais indicado do que vinculá-lo somente a cultura. A cultura é uma parte do instrumento, mas não é o instrumento. Todas essas discussões estavam ocorrendo no campo político tendo que lidar com as possibilidades para construção e do diálogo tenso desse campo político. Desta forma o entrevistado teve que concordar que o instrumento fosse genericamente para o campo da cultura, mais especificamente no campo do patrimônio.

A questão de educação, cultura e ambiente tem que ser entendida não somente como educação formal (as escolas), e sim como todo o processo de construção de aprendizado na cidade e a cidade como espaço de aprendizagem, algo que sempre foi discutido e realizado no NEP. A cultura tem uma camada mais óbvia, que mobiliza muito as pessoas e que está muito organizada em diversos setores da cidade, com os produtores culturais. Porém o conceito de cultura no TICP é mais abrangente, englobando o aspecto de produção cultural e também o sentido antropológico da cultura, com toda a produção humana, inclusive a produção do espaço (na sua dimensão cultural).

Inseriu-se a educação e a cultura no TICP, não somente a educação formal e nem somente o movimento de produção cultural, mas todo o processo de construção cultural e de aprendizagem da cidade. Da mesma forma a questão ambiental, não é somente como fluxos e energia, mas uma questão de ação e também aprendizagem. Sendo essa a base para a elaboração do documento.

Segundo o Professor Euler, o foco do TICP, foi construir um instrumento que permitisse uma nova forma de planejar a cidade. A forma atual tem uma série de problemas e em certos aspectos ela está falida, ao atender investimentos e demandas de determinados setores organizados, principalmente econômicos. E isso tem sido o Plano Diretor, quando o ponto de partida deveria ser as relações e a vida na cidade. O que dá sentido à cidade são os afetos, as relações, as expectativas. A cidade é o espaço onde se constrói identidade, se

constroem relações, no qual se tem memórias. É inegável que o Plano Diretor tem avanços no campo da cultura e do ambiente, mas ainda é uma questão de investimento que está regulada, quando a questão das relações deveria ser fundamental.

Porém, o Professor Euler também salienta que o instrumento foi para o local errado, que não era patrimônio, não havendo entendimento para ir além disto. A forma com que foi feito colabora para esse entendimento, mas o objetivo do instrumento, se fosse aplicado como foi pensado levaria a uma transformação tanto técnica, quanto no diálogo com as bases locais, criando círculos de construção de conhecimento e ação (a ULC foi um exemplo do que isto pode significar) na transformação da paisagem, a partir de outros valores que não os econômicos.

O território trabalha com a esfera das relações. Quando se discute a dimensão ambiental, a memória e a história de um lugar a partir de processos coletivos, se discute a questão do uso do solo, plataforma de base na qual se assentam todos os instrumentos do Plano Diretor, todas as discussões de investimentos e todas as disputas políticas. Só que o território constrói uma base de ação e participação, baseado no conhecimento e no diálogo, que não despreza nem o técnico, nem o local, isto levaria a uma pressão por transformação. No momento em que se fosse discutir patrimônio arqueológico, em uma área que tem uma questão ambiental, que possui uma necessidade de equipamentos de educação, essas questões vão mostrar a questão do uso do solo, mas a partir de valores morais, existenciais e da construção de espaço e da participação das pessoas na construção deste ambiente.

O Professor Euler afirma que os territórios foram concebidos para isto, tanto que não foi possível inserir no Plano Diretor, a forma de gestão dos territórios, que não deveriam ser colegiados, mas acabou saindo dessa forma. O texto inicial não era de colegiados, favorecendo uma participação direta de diversas instancias, sendo o embrião de outras formas de lidar com a cidade, que se elas fossem implantadas, até a revisão do plano diretor, teriam gerado experiências modelo, não somente ligadas a cultura, como está sendo feitos agora como produção cultural, mas de formas a se pensar outros instrumentos, de se pensar a cidade. Por exemplo, tem-se no território uma área que conjuga ambiente, cultura e educação, integra essas partes e com algo importante que foi escrito, que muitas vezes não é percebido que ele integra territórios, em uma visão de cidade. O conceito inicial de 5, 6, 7 ou mais áreas tem embutido uma visão de cidade, partindo da integração de ambiente, educação e cultura.

Euler ainda afirma que a chance disso acontecer tem sido cada vez menor, pois as pessoas tem se apropriado do instrumento, mas não querem se apropriar da concepção do instrumento. Ao fazer isso se reproduz o processo já existente, mudando algumas coisas e

melhorando outras, ao invés de reinventar os processos criando novas condições de forma criativa, com valores para a gestão da cidade. É claro que os territórios não darão conta disso, por esse motivo haviam sido propostos os núcleos regionais de planejamento integrando uma série de outras questões. Esses núcleos foram inseridos no PDE, mas foram totalmente esvaziados do sentido original, talvez porque não estaria interessando a uma gestão que se dizia de esquerda, quando o assunto não é uma questão de direita ou esquerda, mas sim de gestão da cidade, da legitimidade e de se criar uma cidade em que realmente as pessoas pudessem se reconhecer nela e ter o espaço de trabalho, de economia, de afeto, da memória, da existência, etc.

Se não mudam as formas de relação continua-se reproduzindo a mesma cidade, com outras formas, com outras caras, mas se reproduz a cidade, podendo até agravar, pois torna os processos mais eficientes, quando o problema não é de eficiência. Com isto, questiona-se a viabilidade e os benefícios do TICP em outras regiões. Discute-se quais os potenciais existentes em uma região para a criação de um TICP, e no caso da zona leste da cidade de São Paulo, quais os potenciais e os benefícios da implantação de um Território na região.

3. POTENCIALIDADES PARA CRIAÇÃO DO TICP JACÚ – PÊSSEGO

3.1. Potenciais culturais, educativos e naturais

Neste trabalho procurou-se levantar potenciais culturais, educativos e naturais para a criação de um TICP. Porém, não se teve a intenção de fazer apenas um levantamento baseado em definições já existentes, mapas, dados de órgãos públicos, entre outros. O TICP, enquanto instrumento urbanístico propõe uma visão diferenciada sobre a cidade, colocando como ponto importante da tomada de decisão, aspectos de memória e afetivos da população de uma região. Desta forma seria contraditório um trabalho que visa os potenciais para criação de um TICP, que não considerasse a população com suas memórias, afetos e experiência na região, lado a lado com saberes decorrentes de estudos e planos.

Sob essa ótica, foi extremamente importante para o desenvolvimento deste trabalho uma vivência e uma experimentação sobre a região pesquisada e consequentemente com as pessoas.

Por uma questão ética, que envolve o NEP, laboratório do qual o autor deste trabalho faz parte, ao se realizar uma atividade de pesquisa em uma região, o pesquisador deve colaborar de alguma forma com o desenvolvimento dela. Desta forma, ocorreu uma participação intensa em diversas atividades, não só como observador, mas também como atuante para viabilização dessas e como forma de retribuição pelos dados fornecidos pela pesquisa. Essa participação gerou não somente dados para a pesquisa, mas estabeleceu vínculos de confiança e de amizade, que colaboraram para o entendimento e vivência da região.

Muitas considerações feitas no relato das atividades foram embasadas nas entrevistas e conversas com moradores e frequentadores da região, pois a mudança de estrada do Pêssego para avenida Jacú-Pêssego é entendida como a transição da estrada de curta extensão e com poucas faixas para a avenida, com quatro faixas que corta a zona leste de norte a sul.

No início das atividades notou-se um distanciamento das pessoas da região com o pesquisador. Elas demonstraram certo receio em ajudar a pesquisa e não ter um retorno. Também existia uma apatia com instrumentos públicos, pois acreditavam que isto não seria aplicado na periferia, sendo usado somente em regiões centrais. Além disso, a experiência com setores públicos após a construção do Itaquerão (como é chamado o estádio de futebol

Arena Corinthians) gerou muitas desconfianças e cisões (conforme mostrado no decorrer desta seção).

O desenvolvimento das atividades e o envolvimento com a região, gerou um aumento da confiança e conjuntamente com grupos locais, principalmente de Itaquera e José Bonifácio, foi possível protocolar, o TICP no site da SMDU (**seção 3.2**).

O TICP, pela forma como foi idealizado, não é impositivo e sim discutido e definido de forma colaborativa. Portanto, romper com as primeiras barreiras, foi fundamental para conseguir articular, ainda que de forma inicial, os coletivos e grupos da região, para ser desenvolvido o TICP.

Sendo a área de estudo pautada nos distritos próximos a avenida Jacú-Pêssego foi necessário, primeiramente a percorrer para verificar sua extensão e ter alguns entendimentos prévios sobre ela, já observando alguns possíveis potenciais para criação do TICP. Porém também foram percorridos locais próximos à avenida, pois o TICP não é uma linha e sim um território. Os locais onde ocorreram atividades e observações de campo estão especializados no **Mapa 3-1**.

Legenda

- Pontos de Atividades de Campo
- Distritos da área de estudo
- Av. Jacupês
- Área de estudo
- Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012.

Pontos de Atividades de Campo

MAPA: 3.1
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

A avenida se inicia na rodovia Ayrton Senna da Silva, antiga Trabalhadores, SP 70. No sentido Rio de Janeiro, existia uma sinalização para a saída 24 que levava a São Miguel, Itaquera, Guaianases, Rodoanel, Anchieta, Imigrantes que pode ser vista na **Figura 3.1** e para a entrada da Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (**Figuras 3.2**). Cabe salientar que em 2015, foi realizada uma obra na estrada, antecipando a entrada para a avenida em cerca de 1 km, (partindo da Ayrton Senna), desviando parte do trânsito para uma pista local, sendo a saída renomeada para saída 22, conforme **Figura 3.3**.

Pode-se notar que este trecho apresenta uma boa sinalização, tanto na época do levantamento, em 2014, quanto atualmente, porém o processo de transição, com a mudança da saída 24, para saída 22 não apresentou boa sinalização. Não raros são os relatos de pessoas que perdiam a entrada e tinha que dar uma grande volta pelos bairros a frente. Essa mudança de saída provavelmente está vinculada ao fato da Ayrton Senna ser uma rodovia cuja a velocidade permitida é superior a 100 km/h e o início da Avenida de Jacú-Pêssego, permitir apenas 50 km/h. Com a antecipação da saída, o motorista tem a possibilidade de uma redução de velocidade gradativa.

Figura 3.1 – Indicação da saída 24, para Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.2 – Entrada para a Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.3 – Readequação da entrada para a Jacú-Pêssego (foto: Google Street View, 2016).

Essa entrada segundo moradores da região permitiu um acesso mais fácil e mais rápido para os distritos de São Miguel, Jacuí e Itaquera. Antes da construção desta alça de acesso, quem vinha do centro ou de outras regiões pela Ayrton Senna, precisava dar uma grande volta, entrando na Av. Santos Dumont, ou indo pela entrada do Aeroporto de Guarulhos ou, aqueles que já conheciam, pegavam atalhos pelo meio de bairros próximos a rodovia. Em todos os casos, acabavam entrando na Avenida Assis Ribeiro, que possui muitos semáforos e velocidade reduzida. Isso gerava grande desconforto para quem utilizava este

trajeto, pois acarretava em maior tempo no percurso. Com a avenida foi possível manter-se mais tempo na rodovia, e consequentemente manter maior velocidade, ir direto ao destino final sem pegar caminhos secundários, que oneravam maior tempo. Porém para grande parte dos moradores, que não possuem carro ou que não o utilizam diariamente, a avenida trouxe uma grande piora no trânsito para a região. Sobre a avenida percebeu-se uma visão positiva dos moradores que possuem / utilizam automóvel e uma visão negativa dos moradores que utilizam transporte público ou moram próximos a avenida.

Para entrar na Jacú – Pêssego, vindo da Ayrton Senna, passa-se por cima de um viaduto (**Figura 3.4**) e logo a direita é possível visualizar a Unidade de Lazer Engenheiro Antônio Arnaldo de Queiroz e Silva (Parque Jacuí), conforme, **Figura 3.5**. Segundo Portal do Governo do Estado de São Paulo (2010) ¹⁹ o parque foi inaugurado em 2010 e possui 170 mil km². Faz parte do primeiro núcleo de Várzeas do Tietê, e possui diversos itens de lazer, tais como: quadras poliesportivas, pista de bicicross, pista de skate, áreas para recreação, campos de futebol, centro de atividades para a terceira idade, núcleo para educação ambiental e uma grande área verde. É administrado pela Secretaria Estadual do Esporte, Lazer e Turismo e faz parte da compensação ambiental pela implantação das obras de extensão da Jacú Pêssego. O objetivo do parque também foi oferecer uma alternativa de lazer à população da região, evitar novas ocupações irregulares e manter as APPs (Áreas de Preservação Permanente) do córrego do Jacú e Várzea do Tietê.

Utilizando imagens em uma sequência histórica, de satélite do Google Earth, pode-se perceber que uma grande área do atual parque Jacuí foi desapropriada, no trecho mais próximo a Ayrton Senna. As imagens mostram que a desapropriação ocorreu entre os anos de 2007 e 2008. Segundo relatos, a população ficou descontente com a desapropriação, pois as indenizações não correspondiam ao valor real dos imóveis. Além disso, uma parte da desapropriações eram de moradores da favela do Pantanal, que não tiveram auxílio para conseguir um local para morar.

¹⁹ Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=208810>. Acesso em 09 de março de 2014.

Figura 3.4 – Viaduto de acesso a Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores, pela rodovia (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Figura 3.5 – Parque Jacuí (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Na região próxima à avenida, existe um grande potencial de áreas verdes. Em um mapeamento feito pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (**MAPA 3.2**), sobre os canteiros e praças na cidade de São Paulo, notou-se que estes estão presentes em quase toda a extensão da avenida.

Apesar do mapa se apresentar como uma grande extensão de canteiro central, perto da avenida, cabe uma crítica sobre estas áreas verdes. Em toda a extensão do córrego existe uma mata ciliar com aproximadamente 3 metros em cada margem, porém praticamente toda ela é recoberta por gramíneas e em alguns trechos eucalipto e muito raramente outras árvores. Entende-se a importância de gramíneas e do próprio eucalipto como paliativo contra inundações e alagamentos, porém foi perceptível em visitas e entrevistas uma má conservação desta mata ciliar e também um descaso com as áreas verdes na região.

As praças e canteiros, na região estudada ocupam cerca de 1,05 Km², o que equivale a 1,12 % da área de estudo. Nota-se com isso uma quantidade muito pequena de áreas verdes na região, mesmo considerando o total de áreas verdes, descritos nesta seção.

O descaso não está presente somente na falta de um projeto florestal para o córrego do Jacú, mas também no excesso de lixo e nos esgotos despejados no córrego. Na **Figura 3.6**, que mostra o córrego, próximo à estação de trem Dom Bosco, em Itaquera, na qual é possível visualizar a falta de matas no entorno do córrego, a área estreita para que o rio transborde, a quantidade de lixo nas margens e a falta de planejamento florestal, com plantio de gramíneas e eucaliptos. Pela foto é possível ver uma pequena quantidade de lixo perto da coluna da estação de trem, mas frequentemente são descartados entulhos, grandes quantidades de lixo no córrego, móveis velhos, entre outras detritos, não ocorrendo fiscalização para evitar esse tipo de situação.

Figura 3.6 – Córrego do Jacú (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016)

- Legenda**
- Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - Praças e Canteiros
 - Área de estudo
 - Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Praças e Canteiros, SVMA, 2012

Praças e Canteiros

MAPA: 3.2
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

A esquerda da entrada para a Jacú-Pêssego, vindo da Ayrton Senna, está a ETE São Miguel Paulista (Estação de Tratamento de Esgotos), que pode ser vista na **Figura 3.7**. Segundo a Sabesp²⁰, a ETE São Miguel Paulista começou sua operação em 1998, atende 720 mil habitantes, principalmente no extremo leste da cidade de São Paulo e parte das cidades de Guarulhos, Arujá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquetuba. A eficiência na remoção de partículas orgânicas é de 90%.

Figura 3.7 – ETE São Miguel Paulista (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Um ponto importante do território é a favela do Pantanal, Jardim Pantanal, ou Pantanal 2 (**Figura 3.8**). Uma parte da favela foi desocupada para a construção do Parque Jacuí, com isso a Jacú Pêssego dividiu parte da comunidade. A Favela está localizada na subprefeitura de São Miguel Paulista, no distrito da Vila Jacuí e segundo moradores locais sua ocupação se iniciou no final da década de 80. O Jardim Pantanal é um marco importante da paisagem, pois a ocupação transformou a região desde a década de 80, no início com construções em palafita

²⁰ Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=58>>. Acesso em 19 de março de 2014.

(na região do Tietê), depois transformando-se em alvenaria e crescendo a ponto de se transformar numa enorme comunidade.

Figura 3.8 – Favela do Pantanal (Foto – Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Em visitas à comunidade foi possível conhecer algumas atividades ali desenvolvidas nela, atividades que sempre buscam solucionar problemas gerados pela falta de políticas públicas e equipamentos na região. Dentre eles existe o Viveiro Escola União de Vila Nova, espaço cedido pela CDHU, gerido pelo Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável. Segundo NUA²¹, no viveiro são realizadas atividades que visam o cuidado com as pessoas, com a terra e na partilha de bens e recursos de forma justa. A página do Facebook do Ponto de Cultura Quebrada Sustentável afirma que eles desenvolvem atividades de Permacultura e Agroecologia. Foi interessante perceber as atividades de educação ambiental presentes no viveiro, no qual possuem uma horta comunitária.

O viveiro possui diversas parcerias, como por exemplo, com as mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana). Esse grupo é composto por mulheres nordestinas, agricultoras do viveiro, que utilizam os produtos plantados e colhidos para produção de cosméticos naturais, pães, bolos, patês e outros alimentos veganos e vegetarianos, além disso, fomentam a utilização de produtos alimentícios não convencionais (PANCs).

A atuação do viveiro dentro da comunidade modificou a forma com que a comunidade se apropria do meio ambiente. Eles fomentam uma cultura de alimentação saudável e de convívio harmonioso entre comunidade e natureza. A formação de jovens como facilitadores ambientais gera um processo de conservação ambiental e incentivo a proliferação de áreas verdes, sejam elas por meio de hortas, minijardins e jardins verticais. Iniciativas como essa

²¹ NUA. **Ponto de Cultural Socioambiental Quebrada Sustentável**. Disponível em: <www.novauniaodaarte.org/pontodecultura>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

podem ser beneficiadas com a criação de um TICP, que visa a integração equilibrada entre homem e ambiente em um território.

A avenida possui um espaço amplo, porém com falta de sinalização de trânsito, como faixas, conforme verificado na **Figura 3.9**. Em levantamentos realizados no ano de 2016, a avenida já apresentava as faixas demarcadas, porém ficando mais de um ano com a falta de sinalização. A avenida passou alguns anos com sinalização inadequada. A demarcação de faixas, colocação de placas e radares ocorreu em 2015 sendo que antes muitos trechos não apresentavam tal sinalização.

Figura 3.9 – Má sinalização da avenida (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Continuando no sentido sul, próximo à rua Américo Sugai, foi possível visualizar a mata ciliar de um trecho do córrego do Jacú (**Figura 3.10**). Segundo moradores da região, essa é uma das áreas da avenida que mais alaga. Foi possível perceber que a área encontra-se em uma altitude inferior ao restante da avenida, o que provavelmente ocasiona os alagamentos.

Porém, a avenida é marginal ao córrego do Jacú. A impermeabilização da avenida, a falta de drenagem adequada, o excesso de lixo e a falta de mata ciliar geram constantemente

inundações e alagamentos²², que ocasionam muitos transtornos. Segundo os moradores a avenida inteira apresenta pontos que ficam intransitáveis em épocas de chuva. As inundações afetam comerciantes e moradores próximos que muitas vezes ficam “ilhados” e perdem muitos bens materiais. Além disso, em dias de chuva o trânsito piora muito, pois os carros e alguns caminhões precisam desviar da avenida, adentrando no bairro.

Figura 3.10 – Córrego do Jacú (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Uma das entrevistadas é funcionária do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências), e relatou que nos meses de janeiro, fevereiro e março é frequente declarar estado de atenção ou alerta (que segundo o CGE são respectivamente quando os rios começam a encher e a transbordar). Portanto, apesar da avenida ser relativamente nova, o seu projeto não considerou a elevação do córrego em dias de chuva forte.

Na avenida é possível perceber um tráfego intenso, principalmente de caminhões (**Figura 3.11 e 3.12**).

²² Uma pequena consideração deve ser feita sobre a diferença entre inundação e alagamento. Apesar do senso comum colocar estes termos como sinônimos, tecnicamente eles apresentam como diferença o fato de inundação estar ligada ao transbordamento de um curso d'água e alagamento ao acúmulo de água em uma região oriundo da impermeabilização do solo em uma região de baixada com problemas de drenagem. A enchente é a elevação do nível da água em algum rio, córrego ou outro curso d'água, porém sem extrapolar o canal. Portanto, muitas vezes quando é noticiada uma enchente, normalmente está falando de uma inundação ou alagamento.

Figura 3.11 – Tráfego intenso de caminhões (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Figura 3.12 – Congestionamento intenso na avenida (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014)

Dentre as áreas da avenida cabe destaque ao trecho em que ela passa sobre a avenida José Pinheiro Borges, conhecida como Radial Leste, e essa sobre a rua Lagoa Salgada. Na **Figura 3.13** é possível verificar as três vias.

Figura 3.13 - Rua Lagoa Salgada, Radial Leste e a Avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhadores (fonte: Google Street View, 2013).

A avenida passa pela parte de trás do parque do Carmo (**Figura 3.14**). Segundo a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente²³ o parque Olavo Egydio Setúbal, ou mais comumente chamado de Parque do Carmo, está localizado na Av. Afonso de Sampaio e Souza, 951, possui uma área de 1.500.000 m² e está aberto diariamente e possui a seguinte infraestrutura: Museu do Meio Ambiente, planetário, monjolo, lagos, estacionamento, anfiteatro natural, aparelhos de ginástica, campos de futebol, ciclovias, bosque das cerejeiras, bosque da leitura e diversos outros itens.

Com as pesquisas, percebeu-se que a região mais ao sul da Jacú-Pêssego possuía muitas colônias japonesas. Para entender o processo de ocupação nipônica na região e a colaboração deste povo na zona leste foi visitado o Bunkyo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, com um acervo de itens diversos e uma biblioteca. O museu apresentava o histórico de todas as imigrações japonesas para o Brasil com um bom acervo sobre imigração, o que incluía dados sobre a colônia na região estudada. Cabe salientar, que o museu em si não apresentou dados relevantes para a pesquisa, porém a biblioteca foi de extrema importância pois apresentava livros que contavam com detalhes o histórico da ocupação japonesa na região. Essa ocupação está muito ligada aos plantios da região e principalmente ao parque do Carmo.

²³ Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_leste/index.php?p=5734>. Acesso em 19 de março de 2014.

Figura 3.14 – Vista do Parque do Carmo da avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhador (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

O parque do Carmo foi criado em 19 de setembro de 1976 pela desapropriação de parte da Fazenda Nossa Senhora do Carmo. Com a instalação do parque a comunidade japonesa da região se mobilizou para formar um jardim das cerejeiras. Segundo a Federação de Sakura e Ipê do Brasil (2008) o bosque contém cerca de 1800 pés de cerejeiras e cerca de 600 pés de Ipês (amarelos, brancos e roxos).

É realizado, no bosque das cerejeiras, todo ano a festa das Sakuras (flor da cerejeira). A festa ocorre na época em que as cerejeiras florescem e acontecem várias apresentações de grupos folclóricos japoneses. Todos os anos os japoneses realizam o Hanami, que é o ritual de contemplar as flores, por esse motivo a festa também é conhecida como Hanami. A festa conta com a participação de centenas de pessoas que vão ao evento para contemplar a beleza das cerejeiras, conforme **Figura 3.15**.

O parque do Carmo possui uma importância ambiental muito grande, não somente para a zona leste de São Paulo, mas também para toda a cidade, pois o parque é uma de suas maiores áreas verdes. O parque conecta-se com outras áreas ambientalmente conservadas na região mais ao sul da avenida Jacú-Pêssego. O pesquisador supõe que exista um corredor ecológico que conecta a APA do Tiête, ao parque do Carmo, utilizando o Parque Jacuí como conectivo, além das matas ciliares (ainda que mal cuidadas e constando praticamente de gramíneas e eucalipto). Salienta-se a necessidade de aprofundamento nas pesquisas sobre áreas verdes na região, para confirmar essa suposição.

Figura 3.15 – Festa das Cerejeiras (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2015).

A região possui grande quantidade de áreas verdes, porém elas estão diminuindo com o passar do tempo. Foram levantadas imagens de satélite nos seguintes anos: 1985, 1995, 2005 e 2016. Esses anos foram escolhidos de forma a mostrar as modificações das áreas verdes com o passar das décadas. Utilizando técnicas de sensoriamento remoto, no qual por meio da diferenciação das faixas espectrais do sensor, é possível colorir a imagem, definindo em verde as áreas de vegetação e em rosa áreas urbanizadas. As imagens de satélite e os respectivos mapas constam nos **Mapas 3.3 a 3.10**.

- Legenda**
- Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - ▭ Área de estudo
 - ▭ Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 12/03/1985.

Imagem de Satélite - 1985

MAPA: 3.3
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- ▨ Áreas Verdes
- ▭ Área de estudo
- ▭ Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 12/03/1985.

Mapeamento das Áreas Verdes - 1985

MAPA: 3.4
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

- Legenda**
- Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - Área de estudo
 - Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 09/04/1995.

Imagem de Satélite - 1995

MAPA: 3.5
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- ▨ Áreas Verdes
- ▭ Área de estudo
- ▭ Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 09/04/1995.

Mapeamento das Áreas Verdes - 1995

MAPA: 3.6
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

- Legenda**
- Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - ▭ Área de estudo
 - ▭ Distritos de São Paulo

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 14/11/2005.

Imagem de Satélite - 2005

MAPA: 3.7
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- ▨ Áreas Verdes
- ▭ Área de estudo
- ▭ Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

0 1 2 3 km

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 5 TM, NASA, de 14/11/2005.

Mapeamento das Áreas Verdes - 2005

MAPA: 3.8

Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos

Organização: Maria Ap. Galhardo Louro

Data: Setembro/2016

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- ▭ Área de estudo
- ▭ Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 8, NASA, de 07/07/2016.

Imagem de Satélite - 2016

MAPA: 3.9

Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- ▨ Áreas Verdes
- ▭ Área de estudo
- ▭ Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

0 1 2 3 km

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012; Imagem de Satélite
Landsat 8, NASA, de 07/07/2016.

Mapeamento das Áreas Verdes - 2016

MAPA: 3.10

Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos

Organização: Maria Ap. Galhardo Louro

Data: Setembro/2016

Com esses mapas foi possível quantificar as áreas verdes, conforme **Tabela 3.1**, sendo considerada a área total de estudo, compreendendo os 7 distritos, uma área de 94,274 km². Além disso, se quantificou as áreas verdes, por distrito sendo mostrado os valores absolutos na **Tabela 3.2** e as porcentagens em relação a área total na **Tabela 3.3**.

Tabela 3.1: Quantidade de áreas verdes na região na área de estudo

Ano	Área (km ²)	Porcentagem *
1985	44, 431	47,13%
1995	32,344	34,31%
2005	23,914	25,37%
2016	18,660	19,79%

* em relação à área total de estudo

Tabela 3.2: Quantidade total de áreas verdes, em km² por distrito da área de estudo

	1985	1995	2005	2016
São Miguel	0,86	0,57	0,65	0,41
Vila Jacuí	1,98	0,71	0,44	0,26
Itaquera	1,88	0,47	0,16	0,04
José Bonifácio	8,24	5,84	5,03	4,11
Parque do Carmo	8,96	7,89	7,22	6,85
São Rafael	7,02	5,55	2,53	1,51
Iguatemi	15,49	11,31	7,88	5,49
Total	44,43	32,34	23,91	18,66

Tabela 3.3: Quantidade percentual de áreas verdes por distrito em relação a área de estudo.

	1985	1995	2005	2016
São Miguel	0,91%	0,61%	0,69%	0,43%
Vila Jacuí	2,10%	0,75%	0,46%	0,27%
Itaquera	2,00%	0,49%	0,17%	0,04%
José Bonifácio	8,74%	6,20%	5,34%	4,36%
Parque do Carmo	9,51%	8,37%	7,66%	7,27%
São Rafael	7,44%	5,88%	2,68%	1,60%
Iguatemi	16,43%	12,00%	8,36%	5,82%
Total	47,13%	34,31%	25,36%	19,79%

Nota-se que a cada década, perdeu-se uma grande área verde. Ao comparar 2016 com 1985 temos uma redução de aproximadamente 26 km² de áreas verdes. Os distritos ao norte da Jacú-Pêssego (São Miguel, Vila Jacuí e Itaquera), já na década de 80, apresentavam poucas áreas verdes em comparação aos distritos ao sul (José Bonifácio, Parque do Carmo, São

Rafael e Iguatemi). Todos os distritos tiveram reduções nas áreas verdes no decorrer dos anos, exceto São Miguel Paulista, entre 1995 e 2005, porém cabe salientar que o aumento 0,078 km², é muito baixo, podendo ser alguma praça ou parque criado entre esses anos, ou até mesmo uma falha da análise dos espectros de cor da imagem de satélite.

Comparando 2016 a 1985, percebe-se uma queda muito importante da quantidade de áreas verdes nos distritos de São Rafael e Iguatemi, reduzindo a área em 2016 a menos de ¼ em São Rafael e em aproximadamente 1/3 em Iguatemi. Normalmente a diminuição de áreas verdes na cidade se relaciona a especulação imobiliária, porém estes distritos não apresentam atratividades, do ponto de vista de mercado, para a construção em forma de imóveis. A degradação ocorreu pela construção de vias (como a própria Jacú-Pêssego em seu processo histórico) e as ocupações irregulares percebidas durante a visita de campo. As ruas e avenidas criadas geraram eixos de entrada nas áreas verdes, colaborando para a instalação de ocupações não regulamentadas. Contudo, também evidencia-se a falta de políticas públicas para construção de moradias na região, pois grande parte dos empreendimentos populares, como COHAB e CDHU, concentram-se nas regiões mais ao norte da avenida, isso encontra-se demonstrado nos **Quadros 1-1 e 1-2 da seção 1** deste trabalho, no qual são mostrados os empreendimentos criados e previstos para a região, não possuindo empreendimentos ao sul da avenida.

Outra questão importante percebida por meio das tabelas de áreas verdes foi que os distritos de São Miguel, Vila Jacuí e Itaquera quase não possuem áreas verdes. Sendo que as áreas verdes de São Miguel e Jacuí se relacionam a APA do Tietê e o Parque Jacuí. Em compensação estes distritos apresentam uma maior quantidade de Praças e Canteiros, mostrados no **Mapa 3.2**, mas ainda assim são poucas áreas verdes.

A **Tabela 3.3**, apresenta a quantidade de população de cada distrito e a quantidade de áreas verdes em 2016. Na tabela consta uma projeção populacional feita pela Fundação SEADE em 2009, por distrito e a posição desse distrito, do ponto de vista populacional, dos 96 distritos da cidade de São Paulo. Com base nesses dados estabeleceu-se uma relação de área verde (em m²) por habitante. Contudo, percebe-se que esta relação não é real, pois foi utilizado uma estimativa populacional de 2010 e dados de áreas verdes de 2016. Considerando que as curvas de crescimento, normalmente apresentam aumento, possivelmente as relações reais de quantidade de área verde por habitante, são inferiores.

Tabela 3.3 – Relação entre população e área verde

Posição	Distrito	População 2010 *	Área verde em m ² (2016)	Área verde m ² / hab
15	Itaquera	199.824	36.419,70	0,18
18	Vila Jacuí	167.965	255.934,14	1,52
26	São Rafael	151.017	1.506.392,56	9,97
32	Iguatemi	126.645	5.490.456,64	43,35
40	José Bonifácio	108.366	4.108.245,38	37,91
52	São Miguel Paulista	93.187	409.788,64	4,40
69	Parque do Carmo	69.630	6.850.731,71	98,39

* Fonte SEADE, 2009

Para a OMS (Organização Mundial de Saúde) a quantidade de área verde recomendada por habitante é de 12 m². Este índice é mostrado por Lucon, Prado Filho e Nogueira (2013), como IAV (Índice de Áreas Verdes), apresentando também em levantamentos bibliográficos realizados pelos mesmos autores, esses expõem um índice alemão, de 13 m² por habitante (Cavalheiro & Del Picchia, 1992) e de 15m² por habitante pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Dessa forma, percebe-se que os distritos de Itaquera, Vila Jacuí e São Miguel estão muito abaixo do limite recomendado. São Rafael também apresenta uma relação abaixo do recomendado. Portanto, nota-se um problema ambiental, que pode causar impactos negativos na vida das pessoas.

Os distritos de José Bonifácio, Iguatemi e Parque do Carmo, apresentam índices superiores ao recomendado, porém o distrito do Parque do Carmo, compreende em grande parte o Parque do Carmo (uma unidade de conservação, protegida por lei) e com isso apresenta uma área verde elevada e uma baixa quantidade de população. Porém, mesmo esse distrito apresentou redução, entre os anos de 2016 e 1985, superior a 2 km² em sua área verde o que equivale a aproximadamente 25% da área verde do distrito do Parque do Carmo.

Desta forma, nota-se que o TICP, pode ser um instrumento que favoreça a compreensão do território, das dinâmicas e das potencialidades socioculturais e naturais e com isso, diminua a intensidade e a velocidade de desmatamento da região e fomenta a criação de parques e praças, como áreas de convívio e lazer.

Durante o convívio na região, muitos moradores se mostraram saudosos sobre a quantidade de chácaras e áreas verdes existentes na região a cerca de 20-30 anos. Muitas destas áreas foram urbanizadas, transformando a região de uma área rural, para uma área urbana. Os moradores enfatizaram que não existem muitas áreas verdes destinadas ao lazer,

sendo elas basicamente o Parque do Carmo e o Parque Raul Seixas, sendo necessária uma política de incentivo a criação de tais áreas e a manutenção das já existentes, pois existem muitos terrenos baldios que poderiam se tornar áreas verdes e muitas praças sem manutenção, cujas áreas verdes estão destruídas.

Os moradores mais antigos destacam que na região de José Bonifácio, um grande estímulo ao desmatamento ocorreu com a criação da COHAB 2, na década de 1980, pois colocou no bairro, com grande área verde, uma grande quantidade de pessoas de outras regiões.

Pouco além do parque do Carmo e mais ao sul foi possível perceber diversos trechos, paralelos a avenida, com áreas ocupadas, de forma irregular pela população conforme **Figura 3.16**. Moradores locais afirmaram que tais ocupações não existiam antes da construção da avenida. A avenida Jacú Pêssego, continua até que no município de Mauá muda de nome para Avenida Papa João XXIII e depois ligar-se ao Rodoanel Mario Covas.

Figura 3.16 – Ocupações irregulares na avenida Jacú Pêssego – Nova Trabalhador (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2014).

Posteriormente às visitas de campo, Fabiana Azevedo, professora da rede pública estadual e participante do Núcleo Sociocultural Humaitá, relatou que fez uma visita, junto com equipes de vigilância sanitária da prefeitura de São Paulo, à favela do Jardim São Gonçalo. Essa favela tem um grande espaço ocupado por catadores de lixo, recicladores, pessoas extremamente humildes que sobrevivem do lixo em péssimas condições de higiene. A visita ocorreu por conta de que quatro pessoas, moradoras do local, tiveram leptospirose e uma delas morreu. A equipe de vigilância fez uma desratização e encontrou entre os ratos mortos espécies silvestres. A **Figura 3.17** mostra ocupações irregulares, que podem ameaçar a APA do Carmo, além das condições não adequadas para que as pessoas vivam.

Figura 3.17 – Ocupações irregulares próximas a APA do Carmo (Foto: Fabiana Azevedo, 2017).

Foram realizadas algumas entrevistas abertas com a população residente na região próxima a Jacú-Pêssego. Essas entrevistas tiveram um caráter exploratório, visando um entendimento prévio dos problemas, benefícios e considerações que a população faz sobre a avenida e sobre a região próxima.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, por telefone ou conferências por softwares de comunicação instantânea como Skype. Após as entrevistas foi elaborado um texto sobre elas. Esse texto foi enviado para os entrevistados para que eles validassem o que foi escrito, vendo se não havia incoerências entre a fala e a escrita. Foi orientado ao entrevistado que ele poderia mudar o texto livremente.

As entrevistas agregaram muito ao trabalho, revelando aspectos importantes da Jacú-Pêssego, tais como: a falta de segurança da região, o tráfego intenso, as inundações, a não preocupação ambiental, a falta de sinalização, entre outras. Ao longo da pesquisa foram estabelecidos também diversos diálogos com a população, não sendo classificada como entrevista formal. Esses diálogos fomentaram discussões e considerações constantes na pesquisa.

No final de 2015 e no primeiro semestre de 2016, não foram realizadas muitas atividades de campo, pois nesse período ocorreram dificuldades no direcionamento da pesquisa e na busca por materiais em secretarias públicas, como o projeto da OUCRVJP

(Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacú – Pêssego). O escritório do arquiteto Jorge Wilhelm elaborou o projeto da OUCRVJP, que fazia parte das propostas do Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste. No escritório foi possível conversar com elaboradores do projeto, que não foi implantado. O escritório não pode fornecer nenhum material, pois tinham um termo de confidencialidade no contrato, porém indicaram que o mesmo estaria disponível na biblioteca da SMDU. O material não foi encontrado e com isso ocorreram mudanças no enfoque da pesquisa e nas atividades. Por causa desta readequação não ocorreram atividades no período entre de outubro de 2015 e maio de 2016.

No segundo semestre de 2016 ocorreram muitas atividades. Essas atividades marcaram uma imersão no território, principalmente na região de Itaquera, o que gerou um maior entendimento da região. A primeira atividade foi à participação na festa Junina que ocorreu no Núcleo Sociocultural Humaitá.

O Humaitá é um ponto de cultura que agrega vários coletivos na região de Itaquera. Dentre esses coletivos está o Cordão Folclórico de Itaquera Sucatas Ambulantes, que atua com cultura popular, o Guerreiros de Fé, que atua com Capoeira, o Democracine, com cinema e o Vem Brincar Mais Eu, com atividades lúdicas para crianças.

Esse coletivo foi fundamental no desenvolvimento de grande parte das atividades posteriores, pois possui uma rede de coletivos, ligados de forma direta e indireta a ele, e seus integrantes atuam a muito tempo na região, conhecendo outros ativistas culturais e outros coletivos. Além disso, o coletivo forneceu subsídios para realização de oficinas como acesso a internet, espaço físico, computadores entre outros. Graças a esse coletivo foi possível realizar as oficinas sobre os TICPs, verificando as potencialidades locais. Essa oficina e seus desdobramentos forneceram subsídios para protocolar o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Itaquera – José Bonifácio junto a SMDU, descrito com maiores detalhes na **seção 3.2**. Apesar da primeira oficina sobre o TICP ter ocorrido no dia 13/07/2016 ocorreu uma reunião anterior, no dia 05/07/2016.

O TICP se baseia em uma ideologia de construção cooperativa e coletiva, desta forma a oficina foi um primeiro passo para tentar inserir um TICP na região. Na reunião do dia 05/07 foi explicado o que é o TICP, suas bases e seus objetivos, sendo exposto para os participantes a experiência ocorrida em Perus. Nessa reunião ocorreu certa resistência pelos participantes, pois outras vezes ajudaram pesquisadores, pedindo somente como retorno uma cópia, mesmo digital da pesquisa, para constarem como atividade desenvolvida e não conseguiram nem os resultados da pesquisa.

Porém mesmo com isso, Jefferson Cristino, uma importante liderança cultural na região e diretor do Humaitá disse a seguinte frase: “Nós vamos te ajudar, porque é da nossa índole e dos fundamentos do coletivo ajudar, se você nos devolver essa ajuda será de muito bom grado, se não, paciência e esperamos que o próximo que ajudarmos retribua”.

Com isso, foi possível perceber que este era um terreno fértil para o desenvolvimento de atividades cooperativas. Para isso, foi necessário o envolvimento do autor em diversas atividades. Essas atividades foram realizadas não somente para entender a região, mas como forma de retribuir a cooperação dada pelo Humaitá e também de deixar alguma melhoria na região.

Cabe salientar que o envolvimento foi se intensificando e fortificando a relação com a região, e com o coletivo Humaitá, estabelecendo confiança entre o pesquisador e a região, assim como, vínculos afetivos com esse coletivo.

É importante perceber que o diálogo deve ser uma das bases do TICP. Normalmente quando se envolve uma questão urbanística com muitos atores, tem-se uma diversidade de pensamentos. Esses pensamentos podem não estar alinhados para um objetivo único, tornando-se clara a necessidade de diálogos para tentar ter um alinhamento, mesmo que mínimo entre as ideias, visando o bem comum.

Com a participação no Humaitá, ocorreram diversas outras atividades na região. A primeira foi a participação, com o grupo Sucatas Ambulantes, em apresentação no Galpão de Cultura e Cidadania, da Fundação Tide Setubal. O Galpão fica em uma comunidade carente do Jardim Lapena, em São Miguel. A fundação possui grande integração com a comunidade, realizando diversas atividades, visando o desenvolvimento social de São Miguel.

A Fundação Tide Setubal, segundo o site da fundação, possui como direcionamento estratégico contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens, ampliar e efetivar ações para o desenvolvimento social e promover a valorização do patrimônio material e imaterial do distrito de São Miguel Paulista.

Muitas comunidades na região da Jacú-Pêssego, possuem um déficit de equipamentos de cultura, lazer e educação e a comunidade do Jardim Lapena, não é exceção. Para minimizar essa falta de equipamentos e atividades a fundação Tide Setubal, atua com cultura e lazer, possuindo muitas oficinas, biblioteca, parcerias com escolas da região para promover a capacitação de professores, estimula ações locais de empreendedorismo, fomenta discussões e atuações junto à moradores da região para melhorias na comunidade entre muitas outras atividades.

Pouco após a ação na Fundação Tide Setubal, a SMDU, abriu um espaço para que a população pudesse consultar as propostas de ação em cada região e propor intervenções. Para um entendimento melhor sobre o que é essa plataforma com o intuito de protocolar o TICP, foram realizadas duas reuniões na SMDU, no qual foram explicados o funcionamento da plataforma, os possíveis desdobramentos dela (incorporando as propostas nos planos regionais) e alguns esclarecimentos sobre a gestão.

Com a abertura do processo de participação pública na tomada de decisão sobre a cidade, organizou-se a oficina para criação do TICP em parceria com o coletivo Humaitá, que articulou para que estivessem presentes representantes de coletivos da região, grupos de cultura popular e moradores (esta oficina está detalhada na sessão 3.2). Apesar de todos terem demonstrado interesse no TICP, a resistência era grande, devido a falta de credibilidade que instrumentos públicos têm na periferia. Todos os participantes estavam envolvidos em lutas sociais próprias, com outras secretarias da prefeitura, o que dificultava ainda mais tentar um objetivo em comum.

Muitos acreditavam que a criação de um TICP, não iria ajudar nas suas lutas. Em certo momento pareceu-se que os coletivos não se interessaram pelo TICP, não sendo possível articular a delimitação do território. Após muitas discussões, que aconteceram depois da oficina e uma melhor explicação sobre o conceito de paisagem, muitos entenderam a importância do instrumento e de se protocolar algo junto a SMDU, até mesmo como forma de mostrar o TICP como demanda popular para futuras discussões nos planos regionais.

Com isso o TICP foi delimitado, contudo ainda com certo grau de desconfiança nesse novo instrumento, da real funcionalidade e benefício prático que ele poderia trazer para a região. A delimitação foi feita com base nos levantamentos de locais importantes do ponto de vista de memória, cultura, histórico e natural da região, sendo depois esse território adequado pelo autor para seguir o sistema viário, sempre em comum acordo com os coletivos.

Além disso, notou-se certa desarticulação entre os coletivos. Em parte essa desarticulação foi fruto de problemas do passado, durante a copa muitos grupos e agentes culturais conseguiram verbas e cargos públicos, enquanto outros não, mesmo estando todos na mesma luta. Alguns coletivos apresentam atividades similares, o que ocasiona certa competitividade, colaborando também para as dificuldades de articulação para atividades ligadas a órgãos públicos. Essa pesquisa não se aprofundou na questão da competitividade entre eles, mas percebeu-se a existência, por exemplo, na concorrência por editais públicos para elaboração de projetos que destinam verbas para grupos, como Vai 1, Vai 2, Lei de Fomento a Periferia, Pontos de Cultura, entre outros.

Nesse momento, a Avenida Jacú-Pêssego perde o enfoque, em relação ao início do desenvolvimento da pesquisa, pois percebe-se a importância das articulações dos coletivos, e das ações com o meio ambiente, gerando assim uma visão de paisagem, baseada nas memórias, nos afetos e na experiência partilhada.

O coletivo Sucatas Ambulantes, pertencente ao Humaitá, realiza toda primeira quarta – feira do mês, salvo algumas exceções, o Samba na Linha. Nessa intervenção eles tocam Samba de Bumbo na saída da estação de trem Dom Bosco. Essa atividade é interessante, pois permitiu o acompanhamento dos fluxos de entrada e de saída da estação e a relação das pessoas com a cultura popular. Na **Figura 3.18** e **3.19** é possível ver o grupo se apresentando com a estação ao fundo na primeira foto e na segunda o totem da CPTM. Grande parte das pessoas saía da estação e apenas observava a atividade enquanto voltavam para suas casas. Algumas poucas paravam, fotografavam ou se interessavam e uma parcela apresentava certa hostilidade, julgando que era “coisa de macumbeiro”.

Figura 3.18 – Samba na linha (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.19 – Samba na linha (Acervo: Humaitá, 2016).

Em agosto e setembro de 2016 aconteceram reuniões com representantes dos Pontos de Cultura da zona leste de São Paulo e da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Nessas reuniões foram discutidas ações para a cultura, a questão da verba e a questão do subsídio do governo federal. Foram dois encontros, um no Humaitá, em Itaquera e outro no NUA (Instituto Nova União da Arte), em São Miguel. Nesses encontros foi possível conhecer diversos coletivos e agentes culturais que atuam na zona leste de São Paulo. Normalmente essas reuniões eram para discutir questões burocráticas ligadas aos pontos de cultura. Porém, as conversas paralelas e o fato de conhecer os coletivos e em que áreas ou linguagens atuam, forneceram mais subsídios para entendimento da região e para o envolvimento com os coletivos.

Os Pontos de Cultura são o eixo principal do Programa Cultura Viva, implementado pelo Ministério da Cultura entre 2004 e 2005. A ideia do programa é valorizar e apoiar as iniciativas culturais da comunidade, reconhecendo o protagonismo dos cidadãos e cidadãs que produzem cultura em suas regiões. Entre 2004 e 2012, foram beneficiados 3.662 pontos de cultura em todo o país. (SECRETARIA DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2013).²⁴

No dia 20 de agosto aconteceu a 7ª Festa do Folclore. Esse evento foi marcante, pois foi um dos primeiros eventos que o autor deste trabalho participou na organização. A festa

²⁴ SECRETARIA DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Pontos de Cultura**. 17/12/2013. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=14003>. Acesso em 12 de novembro de 2016

contou com apresentações de dança, música, cortejos de samba de bumbo entre outros. Pela participação foi possível perceber que a falta de articulação entre eles está muito ligada a atividades junto a órgãos públicos e não ao desenvolvimento de atividades em conjunto, pois na festa, que ocorreu no Humaitá, ocorreu a participação de outros coletivos. O coletivo “Sucatas” também realiza apresentações em festas de outros coletivos, mostrando assim que existe parceria e que nem todos os vínculos foram perdidos após a copa. A festa contou com atividades dentro do espaço físico do Humaitá (**Figura 3.20**) e com um cortejo pelas ruas próximas, até a estação da CPTM Dom Bosco (**Figura 3.21**).

Figura 3.20 – Festa do Folclore – no Humaitá (Acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.21 – Festa do Folclore – Cortejo pelo bairro (Acervo: Humaitá, 2016).

Foram realizadas algumas visitas monitoradas na zona leste. Essas visitas foram organizadas pelo Grupo Ururay, que visa a preservação e dinamização do patrimônio cultural na zona leste “identificando potencialidades de desenvolvimento local sustentável, a partir da perspectiva da economia solidária.” (Grupo Ururay Patrimônio Cultural, 2016).

As visitas ocorreram em Itaquera e São Miguel, onde foi possível visitar alguns pontos-chaves da paisagem. Em Itaquera foi visitada a Antiga Sede da Fazenda Morganti, atualmente

sede da Casa de Cultura Raul Seixas, que nos informa do passado rural/agrícola de Itaquera, o Casarão Sábado D'Angelo, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, a casa do Chefe (antiga residência do responsável pela operação da extinta estação de trem da CPTM Itaquera) e a Okupação Cultural C.O.R.A.G.E.M., espaço que vem realizando diversas ações culturais numa área até então esquecida pela comunidade. Em São Miguel foram visitadas as ruínas da casa sede do Sítio Mirim, a capela de São Miguel e a Catedral.

Foram visitados diversos patrimônios, alguns em ruínas, outros bem conservados. A capela de São Miguel foi restaurada, está cercada por uma grade e possui horários específicos de visita. Isso gera certo isolamento da população com o patrimônio, gerado pelos portões da capela de São Miguel, isolamento este não tão forte quanto do Casarão Sabbado D'Angelo, O casarão está sob jurisdição de uma ordem religiosa, possui muros de aproximadamente 4 metros de altura cercado e não permite nenhum acesso a população. A população acredita inclusive que seja uma igreja ou mosteiro.

Em compensação as ruínas do Sítio Mirim encontram-se bem degradadas. Apesar de serem tombadas, as ruínas estão em estado avançado de degradação, como afirma Morcelli (2013, p. 60) apresenta “paredes em adiantado estado de degradação, assim como monturos de barro. Estes são os vestígios da Casa sede do Sítio Mirim [...] – construída no século XVII, em taipa de pilão, que aos poucos os depredadores, as formigas e as águas vão dissolvendo”. As ruínas não possuem nenhum sistema de proteção, com isso, além das intempéries naturais, sofrem com vandalismo e pichação, conforme pode ser visto na **Figura 3.22**.

Figura 3.22 – Ruínas pichadas do Sítio Mirim (Foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

Outro bem importante visitado foi a casa de Cultura Raul Seixas, dentro do parque Raul Seixas. Segundo o site da casa de cultura ela oferece oficinas de: canto, teatro, dança, capoeira, violão, artes plásticas, shows, teatro, circo, saraus, hip hop etc., possuindo frequência mensal de 2 mil pessoas. A casa de cultura é um marco importante da paisagem, pois ela é vivenciada pela população, que se vê representada e acolhida pelas atividades desenvolvidas, sendo um grande polo difusor de cultura na região.

Para a questão do TICP é importante considerar os bens tombados na região. O tombamento de bens pode ocorrer em nível federal, estadual e municipal, sendo os órgãos responsáveis respectivamente IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP.

Na região estudada, têm-se os seguintes bens tombados pelo IPHAN: Igreja de São Miguel Paulista, tombada em 1938 e a Casa do Sítio Mirim (tombada em 1965). No site do CONDEPHAAT, constam somente a Capela e o Sítio Mirim. Pelo CONPRESP são tombados o sítio Mirim e a Igreja de São Miguel e os imóveis do complexo da Companhia Nitro Química.

Em Itaquera, não existem bens tombados, somente em processo de tombamento. Segundo Lucas Florêncio, historiador e membro do Ururay em esfera estadual o tombamento do Casarão foi deferido, entretanto a atual proprietária questionou o tombamento não ocorrendo nenhum outro encaminhamento. Em esfera municipal o Casarão e a antiga sede da

família Morganti (Raul Seixas) tiveram o estudo de tombamento aberto, o que já faz com que eles estejam sobre proteção limitada. Há pedidos de tombamento para a Casa do Chefe e duas edificações no centro de Itaquera, mas esse pedido não teve desmembramento.

Para o entendimento da visão de paisagem que os adolescentes da região tinham, foi realizada uma oficina na Escola Estadual Reverendo Urbano de Oliveira Pinto localizado na rua Tantas Palavras, 10, bairro A.E. Carvalho. A oficina foi estruturada em dois dias, sendo o primeiro destinado as explicações teóricas e o segundo a parte prática. Nesta oficina foi conversado com os alunos sobre o que é a paisagem e a importância dela. Para o início da oficina foi sugerido aos estudantes que desenhasssem ou escrevessem em um papel o que seria para eles a paisagem, conforme **Figura 3.23**. Posteriormente, foi realizada uma discussão, verificando qual o entendimento de paisagem pelos estudantes. Eles tinham uma visão de paisagem como algo somente natural e bonito. Após a discussão e o aprofundamento do conceito, os estudantes puderam se perceber como parte da paisagem.

Figura 3.23 – Oficina realizada em escola (foto: Diego Monteiro Gomes de Campos, 2016).

Para o segundo dia de oficina, cada estudante teve que tirar algumas fotos que mostrassem algo da paisagem e inseri-las em um mapa colaborativo, juntamente com um título para a foto e o significado com o porquê ele a tirou e o que ela representa para ele. Notou-se que muitos não conheciam a própria região, não sabendo quais pontos eram importantes e tendo grandes dificuldades em encontrar os locais no mapa, o mapa colaborativo pode ser visto na **Figura 3.24** Além disso, convém citar que os estudantes foram

escolhidos pela professora, que selecionou os melhores em geografia. Foram selecionados cinco estudantes de uma série e 5 de outra, além de um estudante com deficiência. Um fato impressionante foi que a média de idade era de 13 anos e quase todos não tinham e-mail, apesar de todos terem algum tipo de rede social. Isso mostrou um grau de “exclusão digital”, o que é uma marca comum na periferia.

Figura 3.24 – Mapa colaborativo da oficina realizada em escola (Fonte: Google maps, adaptado, 2016).

Outras atividades importantes foram as oficinas de patrimônio, realizadas na Casa de Cultura de São Miguel - Antônio Marcos. Essas oficinas semanais se iniciaram no final de setembro e tiveram duração de dois meses e meio. As oficinas se consistiam de rodas de conversa e apresentação de materiais sobre patrimônio e a relação destes com a comunidade. Através das oficinas foi possível perceber a importância do patrimônio cultural, principalmente na região de São Miguel Paulista. A capela de São Miguel, a Biacica, as ruínas do Sítio Mirim, são apenas alguns exemplos de patrimônios, importantes. Cabe salientar que a questão do patrimônio discutida não se restringiu somente a bens tombados ou em processo de tombamento, mas também bens com importância regional ou local.

No caso da capela, muitos moradores antigos possuem uma relação afetiva com a “Igreja dos Índios” como é conhecida, pois se casaram, foram batizados ou tiveram algum momento de suas vidas ligadas a capela. As gerações mais novas, muitas vezes não

apresentam essa ligação, pois a capela atualmente é cercada por uma grade e a visitação é somente as quintas, sextas e sábados, com poucos horários. Além disso, a capela possui diversas restrições, para uso de mochilas e fotografias. Apesar de consistir em uma forma de segurança para o patrimônio, esse sistema prejudica a vivência do patrimônio pela comunidade, que acaba se afastando dele.

Estas restrições ocorreram após 2007, com a reforma da praça. Levantou-se pelas oficinas e entrevistas que não houve consulta pública sobre o projeto. Na reforma da praça eliminou-se várias características nordestinas da região, pois retirou-se um coreto em formato de chapéu de cangaceiro e extinguiu-se as festas do forró. A reforma também consistiu do estabelecimento de canteiros e cercamento da capela de São Miguel.

A “Festa de Cosme, Damião e Doum, padroeiros do Sucatas” contou com um cortejo de samba de bumbo e de bonecões, saindo do parque Raul Seixas e andando pela COHAB 2, conforme **Figura 3.25**. Esse evento foi importante, pois permitiu conhecer mais profundamente a COHAB. O conjunto habitacional é muito grande, possuindo diversos comércios pequenos no seu interior, na grande maioria bares e pequenos mercados. Foi interessante perceber que alguns muros dos conjuntos eram mais a frente da rua, garantindo maior espaço para os conjuntos. Os conjuntos eram separados por muros e com terrenos baldios entre eles.

Figura 3.25 – Festa de Cosme, Damião e Doum (acervo: Humaitá, 2016).

Figura 3.27 – Misturada Cultural (acervo: Humaitá, 2016).

Muitas destas atividades ocorreram em locais culturais da região. A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) possui um mapeamento de espaços e coletivos de cultura, filtrando esses dados pelos sete distritos da área de estudo, totalizam-se 96 espaços ou coletivos de cultura. Estes espaços e coletivos estão especializados no **Mapa 3.11**.

- Legenda**
- Coletivos e Espaços de Cultura - SMC
 - Distritos da área de estudo
 - Av. Jacu-Pêssego
 - Área de estudo
 - Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012;
Coletivos e Espaços de Cultura, SMC, 2016.

Coletivos e Espaços de Cultura na Área de Estudo

MAPA: 3.11
Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

Porém, os dados da SMC somente são de equipamentos públicos ou de locais e coletivos com projetos na secretaria ou com algum incentivo. O Movimento Cultural de Itaquera fez um guia cultural mapeando os espaços culturais, artistas e movimentos da região de Itaquera. No distrito de Itaquera foram mapeados 31 locais/coletivos e 14 artistas, dos artistas nenhum foi citado pela SMC e dos locais / coletivos apenas 9 constam na SMC. A SMC não mapeou os artistas, porém mesmo excluindo esta categoria, temos 22 locais ou coletivos, que foram mapeados pelo Movimento Cultural de Itaquera e não pela SMC.

Ainda considerando apenas Itaquera, no levantamento dos pontos importantes, na oficina ocorrida no Humaitá para o TICP, foram levantados 15 pontos, sendo que destes 7 não constavam na lista da SMC.

No entanto o contrário também ocorre. Existem alguns pontos que constam na SMC não levantados na oficina e nem pelo Movimento Cultural de Itaquera. Além disto, muitos locais que constam na SMC, não existem mais, ou estão desativados, não sendo retirados do mapeamento. Isso demonstra que não existe uma central única de informações e nem um padrão destas. Essa análise dos três levantamentos (SMC, Oficina e Movimento Cultural de Itaquera), constam no **Mapa 3.12**, porém alguns pontos do Movimento Cultural de Itaquera mudaram para distritos próximos ou não possuem uma sede fixa.

Todas essas atividades contribuíram para pesquisa, ao garantir a possibilidade de melhor percepção da região próxima a Jacú-Pêssego, das interações sociais e da paisagem local.

Legenda

- Movimento Cultural de Itaquera
- Pontos Levantados na Oficina
- Coletivos e Espaços de Cultura - SMC
- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- Distrito de Itaquera
- Área de estudo
- Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:20.000

0 0,25 0,5 0,75 km

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012;
Coletivos e Espaços de Cultura, SMC, 2016.

Coletivos e Espaços de Cultura em Itaquera

MAPA: 3.12

Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos
Organização: Maria Ap. Galhardo Louro
Data: Setembro/2016

3.2. Propostas encaminhadas à SMDU

A SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano) disponibilizou uma plataforma online do dia 11 de julho ao dia 12 de agosto de 2016. Nessa plataforma qualquer cidadão poderia comentar sobre os perímetros de ação já previamente definidos, apresentar novas propostas com delimitações de perímetros ou pontos com intervenções como construção de viadutos, melhor sinalização etc. Isso foi importante, pois permitiu a abertura para visões locais dos problemas existentes nas comunidades, a própria população que vivencia tais problemas pode propor soluções urbanísticas, para eles.

Perímetros de Ação são porções do território que configuram a Rede de Estruturação Local, destinadas ao desenvolvimento urbano local por meio da integração de políticas e investimentos públicos, buscando garantir os direitos de cidadania, reduzir a desigualdade socioterritorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes. Sendo assim, não dizem respeito à gestão de equipamentos públicos (falta de médicos ou de professores, por exemplo), nem às questões de zoneamento, que já estão ratificadas em lei. (SMDU, 2016).²⁵

O TICP parte do pressuposto de uma gestão e de uma elaboração compartilhada, para garantir que a delimitação, realmente abranja as necessidades e anseios da comunidade. No início do planejamento sobre o TICP, considerando até antes quando era AEIPC (Área de Especial Interesse da Paisagem e Cultura), foi proposta pelo professor Euler, apenas uma região para toda a Jacú-Pêssego. Porém no decorrer da pesquisa notou-se algumas dificuldades em se estabelecer apenas um único território.

A primeira é a questão da grande diferença existente entre a região dos distritos de São Miguel e Vila Jacuí e na região dos distritos de Itaquera e José Bonifácio. Essas regiões apresentam características muito distintas em termos culturais e de áreas verdes, para serem agregadas em uma única região. Desta forma, percebeu-se que deveriam ser delimitados no mínimo três territórios na região: o Penha – São Miguel, o Itaquera - José Bonifácio e um Carmo-São Mateus – Iguatemi.

Na conceituação do TICP (desde seus primórdios como AEIPC), não havia uma proposta formal de delimitação desses territórios próximos a Jacú-Pêssego, mas uma sugestão

²⁵ SMDU. **Plataforma de Gestão Urbana** 2016. Disponível em: <<http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

estratégica para que a criação dos TICPs (como vieram a ser chamados) estabelecesse uma relação educativa, cultural, natural e de diálogo de gestão fundamental para que fosse pensado como meio inovador neste instrumento.

Além disso, não foi possível, nesta pesquisa conseguir uma articulação entre essas regiões sendo necessário um tempo maior de atuação na região para verificar de forma mais aprofundada as similaridades e as disparidades entre elas além de tentar articular os coletivos, para que assim fosse possível estabelecer um único território. Por fim, existe uma questão burocrática e de gestão que é o fato de um território que esteja inserido em uma única subprefeitura facilita a gestão, pois as subprefeituras muitas vezes agem de forma isolada, uma das outras.

Um ponto importante a ser citado é a questão da percepção dos moradores sobre o que é o TICP e qual a importância dele. Todos reconhecem a região como deficitária de equipamentos e iniciativas culturais e educativas. Também salientaram a questão do desmatamento cada vez mais frequente na região, seja ao norte na APA do Tietê ou a sudeste do distrito de José Bonifácio. Desta forma, um instrumento que estimule iniciativas educacionais e culturais e que de alguma forma colabore para a conservação do meio ambiente é bem vindo. Os moradores entenderam o TICP como um instrumento que poderia, de certa forma, lutar contra a exclusão da cultura formal, presente no centro, que essa periferia vive, apesar da relutância inicial.

Além disso, ambas as regiões possuem muita história, memórias e afetos entre o território e os moradores. Normalmente estes aspectos são ignorados pelos instrumentos urbanísticos. Nas oficinas realizadas, todos salientaram lugares de memórias e afetos importantes para eles que deveriam ser mais preservados, como diversos casarões antigos que poderiam ser tombados. Os moradores de Itaquera têm uma visão de tombamento como uma forma de preservação do bem, podendo este se tornar um local que a comunidade possa se apropriar e utilizar, tendo como principal exemplo a casa de Cultura Raul Seixas, em processo de tombamento.

No dia 12 de agosto, foi protocolado duas propostas de TICPs, pelo autor deste trabalho. O TICP Penha –São Miguel e o TICP Itaquera – José Bonifácio, especializados no **Mapa 3.13.**

Legenda

- Distritos da área de estudo
- Av. Jacu-Pêssego
- TICP Penha - São Miguel
- TICP Itaquera - José Bonifácio
- Área de estudo
- Distritos de São Paulo

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS 84

1:75.000

0 1 2 3 km

Fonte
Mapa Digital da Cidade, PMSP, 2012

Territórios de Interesse da Cultura e da
Paisagem (TICP) Protocolados na SMDU

MAPA: 3.13

Elaboração: Diego Monteiro Gomes de Campos

Organização: Maria Ap. Galhardo Louro

Data: Setembro/2016

O TICP Itaquera – José Bonifácio foi elaborado de forma coletiva, através de oficinas sobre e articulação dos envolvidos.

O TICP Penha São Miguel não foi elaborado de forma coletiva, pela dificuldade temporal em articular coletivos e pessoas da região, porém salienta-se que a delimitação foi baseada em estudos e que para uma proposta formal desse território torna-se necessária a articulação em conjunto, até mesmo para garantir a articulação desses territórios na zona leste entre si e com outros na cidade de São Paulo, gerando intercâmbio de conhecimento e cultura. Porém, com as pesquisas percebeu-se a importância de se ter um TICP na região e com as reuniões na SMDU, notou-se que estrategicamente protocolar algo no site, subsidiaria ao mínimo, discussões posteriores para que este TICP pudesse ser incorporado nos planos regionais.

Não foi protocolado um TICP, mais ao sul da Jacú – Pêssego, compreendendo os distritos de Parque do Carmo, São Rafael e Iguatemi, pois os estudos realizados, até o momento do protocolo, não subsidiariam, mesmo que minimamente, uma delimitação deste território. Contudo, em diversos momentos da pesquisa, compreendeu-se a importância, principalmente sob aspectos naturais, a delimitação de um TICP para esta região.

3.2.1. TICP Itaquera – José Bonifácio

Este TICP foi delimitado de forma colaborativa com moradores e representantes de coletivos culturais da região. Essa delimitação se iniciou através da oficina realizada no dia 13 de julho de 2016 (quarta-feira), na sede do Humaitá (em Itaquera). Estavam presentes representantes do Humaitá, do Coletivo ALMA, do Coletivo Reação Arte e Cultura, do Lelê de Oya, Guerreiros de Fê, além de moradores da região. Utilizando o Google Earth foram definidos os principais locais de interesse cultural e / ou paisagístico da região. Esses pontos entraram na proposta do TICP.

Essa oficina foi importante para permitir que os moradores da região se percebessem como integrantes da paisagem. Foi marcante o interesse de todos em mostrar pontos de interesse da região. A oficina não foi somente um levantamento de pontos de interesse, mas também um levantamento de histórias e afetos, pois cada ponto marcado no mapa desencadeava uma série de memórias, afetos e desafetos por todos.

Um bom exemplo de histórias foi o Parque de Diversões Marisa, que possui mais de 30 anos. Neste parque todos os presentes lembraram-se de fatos da infância e adolescência,

brincando no parque e alguns salientam que agora levam os filhos para proporcionar algo parecido que tiveram. As faixas etárias dos presentes na oficina eram diversas e todos haviam brincado no parque Marisa e falaram com saudosismo, tentando marcar uma visita, para relembrar os velhos tempos.

Um importante marco de mudança na paisagem local na região de Itaquera foi a Arena Corinthians, conhecida como Itaquerão e inaugurada em 2014, porém notou-se que a Arena não foi citada na oficina. Ao serem questionados o porquê de não a citarem, os participantes disseram que a Arena não faz parte da vida deles. Ela foi construída para atender uma demanda externa ao distrito e gerou diversos problemas. Antes da construção do Itaquerão a comunidade tentou uma articulação entre os coletivos de cultura, associações de bairro e outros grupos para potencializar os benefícios que a obra poderia trazer para região. Porém, segundo relatos, muitos desses grupos e pessoas desistiram de articulações para conseguir cargos públicos ou para conseguir verbas. Salientaram também que o Itaquerão não trouxe nenhum benefício para região, somente problemas em dias de jogos, como o trânsito.

Além disso, a região recebeu um grande aporte financeiro para projetos na época da Copa do Mundo, inclusive apoio para atividades culturais como tintas para graffiti do muro da CPTM (sendo um dos maiores painéis de *graffiti* da América Latina). A verba destinada para esta atividade foi segundo informações, de 1 milhão de reais, porém o projeto nunca aconteceu. Posteriormente foram realizadas algumas pinturas com verba da mesma empresa na região, porém com menor magnitude.

Posteriormente a essa reunião, foi marcada outra com representante da Okupação C.O.R.A.G.E.M (no dia 28 de junho de 2016), Michele Cavalieri que mostrou a importância da Ocupação na paisagem do distrito na região próxima a praça Brasil.

Outro colaborador da proposta foi o Lucas Florêncio, representante do grupo Ururay. Em reunião no dia 08 de agosto de 2016, ele mostrou a importância de alguns pontos, contribuindo com textos para os pontos do TICP. Nesta reunião foi interessante perceber como o grupo entende a questão do patrimônio. Apesar de não usarem o termo paisagem, ficou nítida pela conversa que a abordagem considera a paisagem, pois eles consideram o bem a ser tombado, o contexto regional que ele está inserido, a utilização que a população faz do local, os afetos e os desafetos com o bem, a experiência de vida de cada um ligado ao patrimônio e o tipo de uso que a população deseja do local.

Essa discussão gerou alguns questionamentos sobre a utilização do bem tombado, comparando o Casarão Sabbado D'Angelo (cujo tombamento foi deferido, porém questionado pela proprietária e atualmente o processo está parado) e a casa de Cultura Raul Seixas (em

processo de tombamento). Com a visita a esses locais foi possível perceber a apropriação que a comunidade faz deles.

O casarão é cercado com muros de cerca de 4 metros de altura. A população não tem acesso ao bem. Muitos não conhecem a história e nem mesmo o nome, conhecendo apenas como casa dos monges, ou casa da igreja, etc. Na frente existe uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e muitos dos que passam em frente se benzem, acreditando que se trata de uma Igreja. O casarão é de uma ordem religiosa que não permite visitas. A Casa de Cultura Raul Seixas, antiga sede da Fazenda da Família Morganti, está localizada na praça Raul Seixas. A casa foi criada dos anseios da população e possui diversos cursos, oficinas, saraus, apresentações etc. Além disso, as paredes externas são grafitadas por artistas locais. A população frequenta e utiliza não somente o casarão, mas o parque.

Claro que a comparação entre esses dois bens, acaba sendo somente do ponto de vista da ocupação. A finalidade de cada um dos bens é diferente, porém as diferentes formas de gestão impactam na visão que a população possui do bem, a sua apropriação e a relação do bem na paisagem, principalmente no seu aspecto de experiência partilhada, podendo ser uma experiência vivenciada ou não.

Além disso, foi perceptível a questão da forma com que a população utiliza a casa Raul Seixas e a não utilização e o desconhecimento sobre o casarão. Durante a oficina no Humaitá todos destacaram o casarão como ponto importante, mas nenhum deles tem qualquer tipo de memória da utilização ou afeto pelo casarão, ao contrário da Casa Raul Seixas. Muitos conheciam a história do Casarão, sabiam que não se tratava de uma igreja ou mosteiro, porém não tinham outros conhecimentos.

O perímetro definido para o TICP Itaquera – José Bonifácio durante a oficina foi circundante aos pontos de interesse, porém para o protocolo o autor propôs uma pequena alteração, utilizando o sistema viário como delimitação. O grupo concordou com essa delimitação gerando o perímetro nas seguintes ruas e avenidas:

- Rua Jardim Tamoio;
- Avenida Nagib Farah Maluf;
- Estrada Itaquera – Guaianases;
- Rua Antônio Moura Andrade;
- Avenida José Pinheiro Borges (Avenida Radial Leste);
- Avenida David Domingues Ferreira (Avenida Radial Leste);
- Rua Flores do Piauí,
- Largo da Matriz;

- Rua Victório Santim;
- Rua São Teodoro; e
- Rua Sabbado D'Angelo.

O texto protocolado no site para o perímetro do TICP Itaquera José Bonifácio está disponível no **Quadro 3.1**.

Quadro 3.1 - Texto do TICP Itaquera José Bonifácio.

O TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem) é um instrumento urbanístico criado pelo Plano Diretor Estratégico, 2014, da cidade de São Paulo (Lei 16.050/14). De acordo com a lei o TICP compreende áreas com grande quantidade de núcleos ou atividades culturais, assim como elementos de patrimônio cultural e natural, com grande potencial de produção e divulgação de conhecimentos.

O território compreendido entre os distritos de Itaquera e José Bonifácio, na zona Leste de São Paulo, possui elementos culturais e naturais que qualificam essa região como TICP. Os elementos se constituem de diversas praças, coletivos e centros culturais presentes na região, sendo os principais:

- Núcleo Humaitá
- Okupação C.O.R.A.G.E.M
- Coletivo Alma
- Reação Arte e Cultura
- Casarão Sabbado D'Angelo
- Casa do Chefe
- Antiga Sede da Fazenda Morganti (Casa Raul Seixas)
- Capela Sta. Terezinha
- Igreja Nossa Sr do Carmo
- Capela do Educandário da Divina Providência
- Parque Marisa
- Praça Brasil
- Praça do Índio
- Oficina Cultural Alfredo Volphi
- Biblioteca Vicente de Carvalho
- Biblioteca Sergio Buarque de Hollanda
- Casa da Memória

Por esses elementos presentes, pela articulação entre eles e pela importância destes no contexto regional e da cidade, propõe-se a criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Itaquera – José Bonifácio.

O site não envia nenhum tipo de comprovante, porém apresenta uma mensagem de que a proposta foi enviada. Para comprovação foi utilizado o comando captura de tela, presente na **Figura 3.28**.

mapacolorativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/

Caso o local

Tipo de marcação: Desenhar

mapacolorativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br diz:

Sua proposta foi enviada com sucesso para a moderação. Em breve estará disponível.

☐ Impedir que esta página crie caixas de diálogo adicionais.

OK

gestão

PR
S

Escreva sua proposta

Seu e-mail*

cmg2209@hotmail.com

Título*

TICP Itaquera - José Bonifácio

96 caracteres restantes.

Colaboração*

O TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem) é um instrumento urbanístico criado pelo Plano Diretor Estratégico, 2014, da cidade de São Paulo (Lei 16.050/14). De acordo com a lei o TICP compreende áreas com grande quantidade de núcleos ou atividades culturais, assim como elementos de patrimônio cultural e natural, com grande potencial de produção e divulgação de conhecimentos.

O território compreendido entre os distritos de Itaquera e José Bonifácio, na zona Leste de São Paulo, possui elementos culturais e naturais que qualificam essa região como TICP. Os elementos se constituem de diversas praças coletivos e centros culturais presentes na região, sendo os principais:

102 caracteres restantes.

Enviar ↻

Figura 3.28 - Comprovante de protocolo do TICP Itaquera – José Bonifácio, junto à SMDU.

Também foram protocolados alguns pontos, vinculando-os a proposta do TICP Itaquera – José Bonifácio.

O texto sobre a Okupação C.O.R.A.G.E.M. foi elaborado pelo autor juntamente com Michele Cavalieri e consta no **Quadro 3.2** e o comprovante de protocolo junto a SMDU na **Figura 3.29**.

O texto sobre o Humaitá foi elaborado por Jefferson Cristino Hooder de Moraes Limas, diretor cultural do Humaitá e por Fabiana de Souza Azevedo, assessora de comunicação, e consta no **Quadro 3.3** e o comprovante de protocolo junto a SMDU na **Figura 3.30**.

Quadro 3.2 - Texto sobre a Okupação C.O.R.A.G.E.M:

A Okupação C.O.R.A.G.E.M. (Coletivo De Ocupação e Revitalização com Arte, Graffiti, Educação e Música) ocupou um local próximo a Praça Brasil, onde verificou que existia um galpão abandonado a mais de 15 anos, propriedade da CDHU. O local estava com muitos problemas, sendo moradia de moradores de rua, ponto de prostituição, de uso de drogas, com muitas reclamações de acúmulo de lixo e mau cheiro. O coletivo arrumou o local, retirando três caminhões de entulho, revitalizando o espaço e a região do entorno.

No local e na praça o coletivo as seguintes atividades:

Semanalmente: Projeto de batalha de MCs (Batalha da ZIL, contemplado pelo Vai 2016), oficina de teatro e aula de forró universitário. / Mensalmente: Sarau de diversos temas em parceria com levante popular da juventude / Eventos esporádicos: no qual cede o espaço para ensaio aberto de bandas e de outros grupos culturais (teatro infantil, contação de estórias),

Cabe salientar que a atuação do coletivo, na região, já ocorria antes da ocupação, como, por exemplo, na construção da pista de skate durante a reforma da Praça Brasil, onde o coletivo atuou de forma juntamente com skatistas e subprefeitura para que a pista ficasse adequada, transformando-a em uma referência internacional.

O C.O.R.A.G.E.M. pede a oficialização da ocupação e melhor zeladoria da Praça Brasil - Praça Mãe Menininha do Gantois.

O coletivo pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br diz:
Sua proposta foi enviada com sucesso para a moderação. Em breve estará disponível.
☐ Impedir que esta página crie caixas de diálogo adicionais.
OK

Tipo de marcação: Marcar ponto
[Clique aqui para desfazer a marcação.](#)

Escreva sua proposta

Seu e-mail*
cmp2209@hotmail.com

Título*
Okupação C.O.R.A.G.E.M.
77 caracteres restantes.

Colaboração*
A Okupação C.O.R.A.G.E.M. (Coletivo De Ocupação e Revitalização com Arte, Graffiti, Educação e Música) ocupou um local próximo a Praça Brasil, onde verificou que existia um galpão abandonado a mais de 15 anos, propriedade da CDHU. O local estava com muitos problemas, sendo moradia de moradores de rua, ponto de prostituição, de uso de drogas, com muitas reclamações de acúmulo de lixo e mau cheiro. O coletivo arrumou o local, retirando três caminhões de entulho, revitalizando o espaço e a região do entorno.
No local e na praça o coletivo as seguintes atividades:
Semanalmente: Projeto de batalha de MCs (Batalha da ZIL, contemplado pelo Vai 2016), oficina de teatro e aula de forró universitário.
Mensalmente: Sarau de diversos temas em parceria com levante popular da juventude
28 caracteres restantes.
Enviar

Figura 3.29 - Comprovante de protocolo do C.O.R.A.G.E.M., junto à SMDU.

Quadro 3.3 - Texto sobre Humaitá:

O Núcleo Sociocultural Humaitá é uma rede de coletivos e arte-educadores que pesquisa, estuda e desenvolve ações artísticas e culturais com referência principal nas culturas populares e tradicionais brasileiras.

Possui estrutura física de 450 m² composta por salão multiuso, 4 banheiros, cozinha, sala dos colaboradores, escritório, ateliê, quintal lúdico e sala multiuso o Núcleo Sociocultural Humaitá atua desde 2012 conquistando neste período o reconhecimento e a contemplação da prefeitura da cidade de São Paulo pelos projetos Cine África na Praça (Cinema em praça pública), Do Fruto a Raiz (Almanaque de Folclore) e a Lei Federal de Incentivo à Cultura “Cultura Viva” que reconhece o Humaitá como Ponto de Cultura integrante da rede nacional.

As ações propostas pelo Humaitá são gratuitas ou a preços populares, entre elas podemos destacar as oficinas de grafite, desenho, construção de bonecos, educomunicação, capoeira, dança de salão, cursinho pré-vestibular, construção de instrumentos, debates e rodas de conversa sobre temas culturais, saraus, iniciação artística e socioeducativo para crianças, além de festejos populares como festa junina e carnaval.

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento e difusão da cultura em Itaquera e na região Leste potencializando ações que tem como princípio a emancipação dos sujeitos através da arte e da cultura.

O coletivo pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO.’

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br diz:
Sua proposta foi enviada com sucesso para a moderação. Em breve estará disponível.

☐ Impedir que esta página crie caixas de diálogo adicionais.

OK

Tipo de marcação: (Marcar ponto)

[Clique aqui para desfazer a marcação.](#)

Escreva sua proposta

Seu e-mail*
cmg2209@hotmail.com

Título*
Núcleo Sociocultural Humaitá
72 caracteres restantes.

Colaboração*
As ações propostas pelo Humaitá são gratuitas ou a preços populares, entre elas podemos destacar as oficinas de grafite, desenho, construção de bonecos, educomunicação, capoeira, dança de salão, cursinho pré-vestibular, construção de instrumentos, debates e rodas de conversa sobre temas culturais, saraus, iniciação artística e socioeducativo para crianças, além de festejos populares como festa junina e carnaval.
Objetivo: Contribuir para o fortalecimento e difusão da cultura em Itaquera e na região Leste potencializando ações que tem como princípio a emancipação dos sujeitos através da arte e da cultura.
O Humaitá pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO.

41 caracteres restantes.

Enviar

Figura 3.30 - Comprovante de protocolo do Humaitá, junto à SMDU.

Por fim, foram protocolados outros pontos, cujos textos foram elaborados por Lucas Florêncio e constam no **Quadro 4.1.4**. Foram salvos as capturas de tela dos comprovantes de todos estes textos.

Quadro 3.4 - Textos sobre pontos de interesse do TICP:

<p>Casarão Sabbado D'Angelo</p> <p>Casarão que pertenceu ao industrial ítalo-brasileiro, Sabbado D'Angelo. O casarão documenta a presença de uma elite social no respectivo território, expressando-se como um palacete em grande escala, vinculado ao ecletismo.</p> <p>Processo de Tombamento Aberto [CONPRESP] 2012-0.063.190-7</p> <p>Tombamento em esfera estadual [CONDEPHAAT]</p> <p>O Casarão Sabbado D'Angelo pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO.</p>
<p>Parque de Diversões Marisa</p> <p>Desde 1987 no bairro de Itaquera, o Parque Marisa (conhecido também por Parquinho de Itaquera) se configura hoje como um interessante ponto da paisagem do bairro, nos informando inclusive das recentes reformulações urbanas pelas quais o bairro passou. É hoje, pelo que se sabe, o único Parque de Diversões fixo na cidade de São Paulo.</p> <p>O Parque Marisa pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO</p>
<p>Igreja Nossa Senhora do Carmo</p> <p>Inaugurada em fins da década de 1920 a igreja, cuja predominância estilística é o neogótico, contou com a colaboração de moradores notáveis da região para sua construção e conclusão, como Coronel Bento Pires e Sabbado D'Angelo. Atualmente como matriz do distrito a Igreja possui uma rotina bastante movimentada, sendo utilizada/apropriada pela comunidade.</p> <p>A Igreja Nossa Senhora do Carmo pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO</p>
<p>Parque Raul Seixas</p> <p>No Parque Raul Seixas está localizada a Casa de Cultura Raul Seixas, Antiga Sede da Fazenda Morganti</p> <p>A Edificação em estilo neocolonial, possui somente um pavimento. A casa era a sede da fazenda da Família Morganti; a fazenda se estendia por grande área do atual Conjunto Residencial José Bonifácio. Processo de Tombamento Aberto [CONPRESP] 1996-0.032.864-1</p> <p>A casa de Cultura Raul Seixas pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO.</p>
<p>Capela Santa Teresinha</p> <p>Capela pertencente à Antiga Fazenda Morganti. Por conta da instalação dos conjuntos habitacionais e do desenvolvimento urbano da região a Capela não guarda nenhum diálogo visível com a Antiga Sede da Fazenda.</p> <p>A capela pertence ao TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM ITAQUERA - JOSÉ BONIFÁCIO.</p>

3.2.2. TICP Penha – São Miguel

O TICP Penha – São Miguel foi protocolado também, porém baseando-se na APA do Tietê e na dissertação de Danilo Morcelli, no qual ele analisa os resquícios históricos de quatro séculos de ocupação e a relação na paisagem. O texto protocolado encontra-se no **Quadro 3.5** e o comprovante na **Figura 3.31**. Cabe salientar que mesmo não tendo uma participação coletiva neste protocolo, ele é de extrema importância não somente para demonstrar aos órgãos públicos a importância de um TICP na região, mas também para que posteriormente fosse planejado e incorporado um TICP nos planos regionais, pois como dito anteriormente, o protocolo também possuía um aspecto estratégico para incorporação nos planos regionais, visando a construção coletiva desse instrumento.

Posteriormente ao protocolo foram realizadas algumas oficinas sobre patrimônio com apresentação, pelo autor, de uma oficina sobre a paisagem, na casa de Cultura de São Miguel. Todos da oficina concordaram com a importância de se estabelecer este território e da necessidade da realização de uma oficina maior, com participação de outras pessoas, de coletivos, de associações para definir a delimitação deste TICP e as aspirações do grupo com ele.

Apesar de recomendações da SMDU que o território não abrangesse mais do que uma subprefeitura, no TICP Penha – São Miguel isto não é possível, por alguns aspectos. O primeiro deles é a APA do Tietê, que não respeita os limites distritais e de subprefeitura. Apesar da APA continuar, além do distrito de São Miguel Paulista, a região do TICP não apresenta grande fragmentação. Além disso, existe um eixo cultural – educativo muito forte formado pela capela de São Miguel Arcanjo, as ruínas do Sítio Mirim, a USP Leste, as Igrejas da Penha, entre outros, tornando-se necessária a constituição de um território único, mesmo passando por três subprefeituras, a de São Miguel, a de Ermelino Matarazzo e a da Penha.

Quadro 3.5 - Texto sobre TICP Penha – São Miguel:**TICP Penha - São Miguel**

O TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem) é um instrumento urbanístico criado pelo Plano Diretor Estratégico, 2014, da cidade de São Paulo (Lei 16.050/14). De acordo com a lei o TICP compreende áreas com grande quantidade de núcleos ou atividades culturais, assim como elementos de patrimônio cultural e natural, com grande potencial de produção e divulgação de conhecimentos.

A região compreendida entre os distritos de Penha e São Miguel Paulista possui um alto potencial para ser um TICP. Segundo Danilo Morcelli (2013) a região possui resquícios de quatro séculos de ocupação e transformação na paisagem da região, apresentando testemunhos de dois períodos:

- Colonial: ruínas da casa sede Sítio Mirim, Capela de São Miguel Paulista, Pátio da Matriz, fazenda e capela da Biacica, Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha de França e Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França.
- Industrialização: Nitro- Química, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Companhia Industrial São Paulo e Rio, Catedral de São Miguel Paulista, Casarão Kuhn e Clube Esportivo da Penha.

A região também possui uma extensa área verde, em grande parte compreendida pela Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê (declarada pela Lei Estadual nº 5.598/1987).

Pela presença destes elementos, sua articulação entre eles e sua importância no contexto regional e da cidade, propõe-se a criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Penha – São Miguel.

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/

mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br diz:
Sua proposta foi enviada com sucesso para a moderação. Em breve estará disponível.

☐ Impedir que esta página crie caixas de diálogo adicionais.

OK

Tipo de marcação: **Desenhar perímetro**

[Clique aqui para desfazer a marcação.](#)

Escreva sua proposta

Seu e-mail*
jmg2206@hotmail.com

Título*
TICP Penha - São Miguel

77 caracteres restantes.

Colaboração*
Industrialização: Nitro-Química, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Companhia Industrial São Paulo e Rio, Catedral de São Miguel Paulista, Casarão Kuhn e Clube Esportivo da Penha.
A região também possui uma extensa área verde, em grande parte compreendida pela Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê (declarada pela Lei Estadual nº 5.598/1997).
Pela presença destes elementos, sua articulação entre eles e sua importância no contexto regional e da cidade, propõe-se a criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Penha - São Miguel

6 caracteres restantes.

Enviar

Figura 3.31 - Comprovante de protocolo do TICP Penha – São Miguel, junto à SMDU.

3.2.3. Objetivos das Propostas enviadas a SMDU

Os protocolos junto ao site da SMDU foram realizados para que os TICPs entrassem na discussão dos planos regionais das subprefeituras. O intuito foi que fosse discutido de forma mais aprofundada a abrangência deste instrumento com o maior número possível de envolvidos (comunidade local, agentes sociais, técnicos da SMDU e da subprefeitura, representantes de setores da economia, etc.), sempre visando a construção coletiva desse instrumento.

Depois do protocolo as duas propostas, assim como os Pontos de Interesse do TICP Itaquera-José Bonifácio, ficaram disponíveis no site, de forma pública, conforme **Figura 3.32**.

Figura 3.32 – TICPs e Pontos de Interesse no TICP disponíveis no site da SMDU ²⁶.

²⁶ SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Plataforma de Gestão Urbana** 2016. Disponível em: < <http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/>>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TICP é um instrumento recente, inovador e que visa modificar a forma como é vista e como é gerida a cidade de São Paulo. A inovação do instrumento está no fato de que além de considerar memórias, afetos e experiências, pressupõe uma participação coletiva na concepção e na delimitação do território. Com isto, tenta-se romper com as formas que os instrumentos urbanísticos são concebidos, em um modelo que vem de uma ação governamental e é colocado para a sociedade. No TICP ambos, poder público e comunidade, participam na tomada de decisão.

Desta forma, entende-se que em muitos locais da cidade de São Paulo é possível implantar um TICP, sendo necessário um levantamento dos potenciais e principalmente o levantamento junto à população presente nesse território se existe essa pretensão.

Neste trabalho, ao procurar levantar os potenciais para criação de um TICP, tentou-se articular com maior número possível de moradores e grupos sociais da região. Contudo a pesquisa apresentou uma limitação de tempo e uma abrangência de área para conseguir verificar todos os potenciais das regiões próximas a avenida Jacú-Pêssego – Nova Trabalhadores. O entrave de tempo deve-se ao fato de que o tempo da pesquisa é diferente do tempo das práticas comunitárias, mas houve um processo importante construído. A limitação de espaço obedece a outras questões, entre elas, as dificuldades de articulações e visões dos grupos sociais formando segmentações do território. Essas por vezes negam os princípios defendidos pelo TICP sobressaindo interesses locais ou da história dos grupos sobre uma visão da cidade ou da dimensão pública.

Outra questão que deve ser levantada em estudos futuros, além da articulação entre os diferentes territórios próximos a Jacú-Pêssego, é a questão da educação presente na região. Foram levantados alguns locais e grupos responsáveis pela educação informal, porém notou-se a existência de muitos grupos. Além disso, há a questão da necessidade de estudos sobre locais formais e institucionais de educação, tais como escolas, bibliotecas, centros culturais e outros estabelecimentos não citados nesse estudo.

Apesar da região próxima a avenida parecer um território único, ela não é. Pode-se perceber pelas entrevistas, oficinas e visitas realizadas uma divisão em três territórios diferentes. Além disso, a própria avenida segmentou os distritos, pois os diferentes lados não interagem, apesar da comunicação estabelecida por pontes e viadutos. As relações e interações estabelecidas ocorrem do mesmo lado da avenida.

Os três territórios percebidos foram:

- São Miguel e Jacuí;
- Itaquera e José Bonifácio; e
- Parque do Carmo, Iguatemi e São Rafael.

O primeiro deles é mais ao norte e compreende os distritos de Jacuí e São Miguel. Este território é marcado por uma questão histórica e cultural extremamente forte. Alguns pontos como a capela de São Miguel, localizada na Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, conhecida como Praça do Forró, a Nitroquímica, com seu clube, o Centro Regional do Idoso, a Adega Casteluche, as ruínas do Sítio Mirim e diversos outros pontos de encontro, marcam a região socialmente, culturalmente e historicamente. Essa região é distinta pela presença de muitos migrantes nordestinos, que construíram suas casas e suas vidas nessa região, caracterizando diversos grupos e atividades relacionadas a cultura nordestina.

Essa influência é percebida, por exemplo, pelo nome da avenida Nordestina e da praça do Forró. No entanto percebe-se nos últimos anos, uma tentativa de minimização desta cultura nordestina. Um exemplo muito importante foi a reforma da Praça do Forró em que foi retirado um coreto em formato de chapéu de cangaceiro e a suspensão das festas de forró que ocorriam na praça. A justificativa foi que os shows danificavam a estrutura da capela.

No entanto, percebe-se que a reforma não agradou a população, que ficou sem uma forma importante de lazer na região e os afastou da capela (devido ao cercamento desta e a limitação nas visitas). Além disso, não se verificou na pesquisa a participação popular na tomada de decisão sobre o projeto da praça. Outra questão interessante é que os caminhos originais da praça não foram respeitados e o reflexo disso foi notado durante as visitas, a população local, muitas vezes, não atravessa a praça pela área asfaltada, mas sim andando pelos canteiros, demonstrando que os caminhos e trajetos antigos foram alterados e não foram respeitados.

O possível TICP São Miguel não pode ser um território isolado, pois esse território se une com o da Penha, devido ao eixo cultural, educacional, patrimonial e ambiental estabelecido por essa ligação. Como dito anteriormente a APA do Tietê se estende até a Penha e é uma área verde muito importante para a cidade de São Paulo e para outros municípios próximos como: Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes. Outra questão importante é a ligação histórica, cultural e educativa que existe entre as regiões de Penha e São Miguel, marcada por diversas igrejas e bens tombados ou em processo de tombamento, escolas, centros tecnológicos, universidades (como a USP Leste e a Universidade Cruzeiro do

Sul), e espaços de cultura. Desta forma, para conservar essa área natural e as características sociais, culturais e educacionais, o TICP, enquanto instrumento urbanístico, possui um elevado potencial para a valorização.

Itaquera e José Bonifácio apresentam questões culturais muito fortes ligadas a grupos folclóricos, a cultura popular (samba de bumbo, capoeira, confecção de bonecos de rua, entre outros) e ao *Hip Hop* (com batalhas de MCs, graffiti etc.). Notou-se que esses grupos se conhecem e se relacionam, porém após a construção do Itaquerão diversas relações foram rompidas, gerando certo sentimento de desconfiança entre os grupos. Nem todos os grupos e/ou pessoas possuem tal sentimento, mas ficou nítida a cisão que ocorreu na região após a construção do estádio.

O discurso presente na construção do Itaquerão foi de trazer benefícios e melhorias para a região, porém na prática gerou apenas aumento da especulação imobiliária e consequentemente gentrificação. Muitas pessoas e coletivos afirmam que grande parte da verba inserida para benfeitorias na região, não chegaram para a população.

Itaquera possui uma importância para região, enquanto centralidade econômica, de bens e serviços, além de uma questão industrial, que precisa de maior aprofundamento.

O terceiro território, mais ao sul, compreende os distritos de Parque do Carmo, Iguatemi e São Rafael. Esses territórios possuem marcadamente uma questão ambiental, ligada a manutenção de áreas verdes. A região possui diversas nascentes, matas ciliares e áreas verdes.

Encontrou-se dificuldade na pesquisa em adentrar nessa região e em ter contato com grupos dela, o que necessitaria de pesquisas futuras e maior imersão na região. Porém, percebeu-se pelas imagens de satélite uma área verde extensa, constando do Parque do Carmo e das regiões de São Rafael, Iguatemi e o sul de José Bonifácio. Essa região, do ponto de vista natural, é extremamente estratégica, pois forma uma ligação com as áreas verdes de Suzano, Poá, Mogi, Ferraz e com áreas mais centrais da cidade de São Paulo. Além disso, cogitou-se a possibilidade de existir um conectivo verde entre a APA do Tietê e o Parque do Carmo, através da mata ciliar do córrego do Jacú e do Parque Jacuí. Porém, para se comprovar ou não este conectivo seriam necessários estudos futuros sobre o tema.

Durante a pesquisa transitou-se muitas vezes pela avenida Jacú-Pêssego e entre o início e o final da pesquisa, notou-se um aumento nas ocupações irregulares, nesse território mais ao sul. Sugere-se que toda a reforma promovida na avenida, como eixo de ligante entre o ABC e Guarulhos potencializou a ocupação irregular desta região, principalmente de pessoas de outras regiões da Zona Leste, vítimas do processo de gentrificação.

A criação de um TICP fomentaria o aumento das áreas verdes, a diminuição do desmatamento, das ocupações irregulares e da especulação imobiliária.

Os três territórios apresentam outras questões como, áreas verdes em São Miguel e José Bonifácio e cultura em São Rafael, Iguatemi e Parque do Carmo, porém ao iniciar a pesquisa, não esperava-se encontrar um território tão heterogêneo, com questões tão diversas. Isto mostrou uma limitação da pesquisa em destrinchar todos os aspectos que compõe o TICP para cada região. Torna-se clara a necessidade de aprofundamentos futuros em cada uma destas regiões, para delimitar os TICPs. Porém isto não inviabiliza a pesquisa, pois no início acreditava-se que existiam potenciais para criação de um TICP e ao final conclui-se que existe muito potencial nesta região para a criação não somente de um TICP, mas de três, no mínimo. Porém salienta-se que isto merece uma discussão mais abrangente, que passa pela segmentação da cidade. A proposta original (veja Perus) era que esses diversos territórios fossem unidos em um Território de gestão, em função não só dos grupos militantes e suas causas, mas de configurações urbanas, ambientais, históricas, culturais, educativas etc. possibilitando uma visão educativa da cidade centrada nos eixos educação, cultura e ambiente, com suas claras implicações na gestão ambiental e do uso do solo, bem como dos serviços públicos. Não há necessidade de pequenos territórios, já que outros instrumentos podem ser utilizados em muitos casos. O TICP trabalha na visão de cidade integrada e no intercâmbio entre os diversos territórios a serem construídos como experiências modelo de gestão do espaço levando em conta a paisagem, no sentido de produção social e experiência partilhada que pode ser conflituosa.

Nas regiões de Itaquera e São Miguel, em que ocorreu maior aprofundamento das atividades de campo, incide a atuação muito forte de grupos, coletivos e associações voltados à cultura e melhoria da região. O fato das zonas periféricas estarem na margem das políticas públicas, com baixa quantidade de equipamentos públicos de cultura, educação, saúde e de lazer, impulsiona iniciativas sociais populares. Estas iniciativas possuem por um lado um efeito paliativo baseado em ações voltadas, principalmente à cultura e lazer e por outro é uma forma de luta por melhorias no bairro, como grupos de discussão e fomentação de políticas públicas. Esses grupos se articulam e cobram do poder público iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida na região.

Nas reuniões com a SMDU, foi aconselhado que o TICP não abrangesse mais de uma subprefeitura, de forma a facilitar a gestão deste território. Porém muitas vezes isto não é possível. Apesar do território mais ao norte pertencer a subprefeitura de São Miguel, um possível TICP na região não pode se limitar a ela, abrangendo a subprefeitura de Ermelino

Matarazzo e da Penha, devido as articulações do ponto de vista de patrimônio natural, cultura e educação presentes de forma contínua neste território. O mesmo acontece com a proposta de TICP ao sul, compreendendo as Subprefeituras de Itaquera e São Mateus.

Além disso, cabe salientar que por uma questão metodológica, delimitou-se a pesquisa aos distritos próximos a avenida Jacú-Pêssego, devido a importância desta avenida no contexto urbano e social da zona leste, porém o TICP não possui uma limitação distrital, principalmente considerando que questões naturais, educacionais e de cultura ultrapassam tais limites. Ao verificar as possibilidades para criação de um TICP na região, notou-se que esta região possui um grande potencial, que não se restringe as delimitações de subprefeituras e/ou de distritos.

Percebeu-se que a experiência dos TICPs Perus – Jaraguá e o Paulista-Luz, do ponto de vista coletivo e colaborativo, permite uma tentativa em outras regiões de forma a considerar as especificidades de cada uma. Esta proposta de gestão, na qual é consultado o maior número possível de atores da região de forma a alinhar os objetivos possui como base o diálogo e nas duas experiências percebeu-se que, apesar de algumas contradições e desavenças, as discussões foram necessárias para o alinhamento e conquista de objetivos. Traçando um paralelo entre os dois TICPs já existentes e a região estudada, nota-se a necessidade de maiores articulações, mais discussões e mais estudos para a delimitação e criação do(s) ou território(s) na região da Jacú-Pêssego.

Este trabalho foi revisado após a defesa e até abril de 2017 o TICP, não tinha sido incorporado aos planos regionais. Salienta-se que ocorreu uma mudança de governo na cidade de São Paulo, entre os anos de 2016 e de 2017 que gerou atrasos nessa incorporação e pode até inviabilizar a implantação dos TICPs propostos. Além disso, 2016 foi marcado por uma grande instabilidade política, oriundo do impeachment da presidenta Dilma e de algumas reformas feitas por Michel Temer. Neste trabalho, não se levantou o quanto essas mudanças de governo (federal e municipal) influenciaram para que o TICP protocolado entrasse nos planos regionais.

Nesta finalização devem ser feitas algumas considerações sobre a avenida Jacú-Pêssego. A avenida apesar de ser um eixo viário importante na zona leste ligando à região do ABC Paulista (e consequentemente o porto de Santos) a região do Aeroporto Internacional de Guarulhos, facilitando o transporte de cargas, não agrada a população. Foram relatadas muitas reclamações referentes ao trânsito na região, ao fato da avenida não atender as necessidades da população residente nas proximidades e de aumentar a violência. Cabe salientar que para alguns moradores, que não residem próximo a avenida e, portanto não são diretamente

afetados por ela, afirmam que o trânsito é melhor, pois pela avenida é mais fácil se locomover para o litoral sul (Santos, Guarujá etc). Muitos a classificam como um projeto megalomaniaco que se iniciou na década de 90 que atualmente não atende as demandas rodoviárias de ligação do ABC, Guarulhos, e Rodovia Ayrton Senna.

A avenida cortou a zona leste de norte a sul, gerando uma segmentação do território. Quando era Estrada do Pêssego, existiam diversos pequenos comércios, que com a avenida, fecharam as portas. A avenida não permite que veículos estacionem para realizar compras, e as compras locais muitas vezes não eram o suficiente para manter tais comércios.

O planejamento da avenida não incorporou um transporte de massas como trem ou metrô, possuindo apenas corredor de ônibus. Essa foi uma questão muito levantada nas oficinas e em entrevistas, pois os moradores da região gostariam de um trem ou metrô, ao invés das quatro faixas destinadas ao transporte rodoviário.

Além disso, muitos salientaram o aumento da criminalidade na região devido a avenida. Com o declínio do comércio do entorno, a região apresenta diversos vazios, o que ocasionam pontos propícios para assaltos e estupros. Além disso, pela avenida ser larga e com fácil acesso a estradas, normalmente é utilizada como rota de fuga e “rachas”.

Outra questão muito importante foi a não preocupação ambiental que ocorreu na região. Houve elevação da poluição, principalmente oriunda de caminhões e de fuligem. Muitas pessoas relatam que quando era estrada do pêssego, não existiam tais problemas, pois além do tráfego menos intenso, existiam diversas fazendas e chácaras. Além disso, a mata ciliar ao córrego do Jacú, possui uma área muito estreita e em algumas regiões acontece com certa frequência alagamentos e inundações. A drenagem da avenida, em alguns pontos, não é suficiente para conter os alagamentos.

A questão do patrimônio é algo importante de se tratar em estudos futuros também. Apesar de possuir quase 450 anos de história (considerando o ano de fundação da capela de São Miguel de 1560) a região apresenta poucos bens tombados e alguns destes deteriorados. Podem existir bens em processo de tombamento na área de estudo, que necessitem de maior apoio. Apoio este que de certa forma o TICP, poderia fornecer. Existem também muitos bens antigos invadidos, que poderiam ser tombados, sendo necessários levantamentos e estudos de tais bens.

Conclui-se que a pesquisa não somente cumpriu seu objetivo de levantar os potenciais para criação de um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, mas permitiu um primeiro passo para criação dos TICPs, ao protocolar os territórios na SMDU. Conseguiu-se verificar que a região possui diversas ações e iniciativas culturais, educacionais e uma grande

área verde demonstrando grande potencial para criação do TICP, que além de gerar conectividade entre as regiões, pode ser um instrumento de articulação, gestão e geração de renda.

Salientou-se a possibilidade de três ou mais TICPs, pois não se trata de uma região única, porém tem-se os exemplos dos TICPs Perus-Jaraguá e Paulista-Luz, que são TICPs únicos apesar de não serem regiões únicas. Territórios menores são de mais fácil gestão, até por recomendação da SMDU, mas o TICP é uma ideia inovadora, que esbarra em formas tradicionais ou já costumeiras de pensar a cidade, suas necessidades, interesses e até negócios dos agentes públicos e privados. Por outro lado, não está nada sistematizado, essas experiências contribuíram para um aprofundamento do instrumento, que ficou bastante prejudicado pelas próprias contradições da gestão pública e por outras urgências, pela crise política e institucional do país da qual a cidade não tem como subtrair-se, e pela própria dificuldade de apropriação conceitual da ideia que propõe um campo de ação e cria instrumentos ainda parciais para isso, muito distinto das práticas atuais. No entanto, ainda espera-se que o instrumento seja compreendido em toda sua complexidade, sendo incorporado aos planos regionais um ou mais TICPs na região da Jacú-Pêssego, assim como outros na cidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER, A.N. **Potencialidades paisagísticas brasileiras**. Boletim Geomorfologia, São Paulo: Inst. de Geografia da USP, nº 55, 1977.

ABRÃO, J.A.A. **Concepções de Espaço Geográfico e Território**. Sociedade e Território, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ARANTES, A.A. **Paisagens Paulistas**: Transformações do Espaço Público. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, 190 p.

ARAÚJO, O.E. **Latino e não Latinos no município de São Paulo**. In: Revista do Arquivo Municipal. Ano VII, Vol. XXV, 1941.

AZEVEDO, A. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil. FFCL/USP. São Paulo. 1945.

BLAJ, I. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.

BLOG DA CAPELA DE SÃO MIGUEL ARCANJO. **Histórico**. Disponível em: <<http://capeladesaomiguelarcanjo.blogspot.com.br/p/historico.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

BLOG DA CASA DE CULTURA RAUL SEIXAS. Disponível em: <casadeculturaraulseixas.blogspot.com.br/>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

BOMTEMPI, S. O Bairro de São Miguel Paulista. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura; Prefeitura do Município de São Paulo, 1970, Coleção História dos Bairros de São Paulo. V. 17.

BURKE, P., 2010. **Hibridismo Cultural**. Madrid: Akal Ediciones. 3ª Edição. Coleção Aldus. 116 p.

CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: Por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F.G.; SOARES, L. A. (Orgs.) Ordenamento Territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21- 53.

CARDOSO, J. B. **Hibridismo Cultural na América Latina**. Itinerários, Araraquara, n.27, p.79-90, July./Dec. 2008.

CDHU. **Produção Habitacional**. 2016. Disponível em: <www.cdhu.sp.gov.br/producao-new/producao-habitacional.asp?Pag=producao-habitacional&DestHab=1&municipio=220&Nome=SAO%20PAULO>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CGE. **Operação chuvas de Verão**. Disponível em: <www.cgesp.org/v3/operacao-chuvas-de-verao.jsp>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

CLARK, K.. **Landscape into Art**. Harmondsworth: Penguin Books, 1966.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA. Disponível em:
<www.nitroquimica.com.br/>. Acesso em 07 de março de 2014.

CONDEPHAAT. **Lista de Bens Tombados**. Disponível em:
<www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnextoid=27c819027d80c410VgnVCM1000008936c80aRCRD&vgnextchannel=27c819027d80c410VgnVCM1000008936c80aRCRD>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CONPRES. **Cadastro de Bens Tombados**. Disponível em:
<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpres/>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CORDÃO FOLCLÓRICO DE ITAQUERA SUCATAS AMBULANTES. **Almanaque do Fruto à Raiz**. 2015, Edição 1. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Brasil. 24p.

CRESPO, M.P. **Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica**. III Encontro de Geografia. A Geografia e suas vertentes: Reflexões. Novembro de 2010. IFF. Campos dos Goytacazes – RJ. ISSN 2179-3263.

CRUZ, M.E. **Conheça mais Detalhes sobre as Próximas Etapas da Obra Jacu Pêssego**. 27/06/2008. Disponível em:
<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=96261>>. Acesso em 07 de setembro de 2014.

Dicionário Aulete Digital. **Cultura**. Disponível em: <www.aulete.com.br/cultura>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

ESPIRAL. **Representação dos eixos propositivos da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento**. Disponível em: <www.espiral.fau.usp.br/1-principios.html>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

ESPIRAL. **Áreas de Especial Interesse da Paisagem e da Cultura**. 2014. Disponível em:
<<http://espiral.net.br/arquivos-AU-PDE-2014/2014-UniversidadeLivreColaborativa-culturanoPDE-AreasPropostas.jpg>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

FEDERAÇÃO DE SAKURA E IPÊ DO BRASIL. **Sakura**: Os passos de 30 anos vistos em fotos 1978 – 2008. Livro Comemorativo do 30º aniversário do Bosque das Cerejeiras do Parque do Carmo. 2008. Paulo's Gráfica. São Paulo. Brasil.

FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Missão e Visão**. Disponível em:
<www.fundacaotidesetubal.org.br/quem_somos/missao_visao#.WCyzYNUrLIU>. Acesso em setembro de 2016.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Almanaque Um olhar sobre São Miguel Paulista**: Manifestações culturais ontem e hoje. CPDOC São Miguel. São Paulo. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GODOY, E. V; SANTOS, V. M. **Um olhar sobre a cultura**. *Educ. rev*, Belo Horizonte , v. 30, n. 3, p. 15-41, Setembro de 2014 . Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

GOULART, S.; CARVALHO, C. A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em Administração. *In*: VIERIA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRUPO URURAY PATRIMÔNIO CULTURAL. **Projetos Territórios de Ururay**. 2016. Disponível em: <<http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com.br/p/projeto-territorios-de-ururay.html>>. Acesso em 20 de novembro de 2016

HABISP. **Jardim Pantanal**. Disponível em: <www.habisp.inf.br/2966a690-2b9b-4217-9ff6-28c8f995ef1b/Pantanal%202>. Acesso em 07 de setembro de 2014.

HABITASAMPA. **Unidades entregues**. Disponível em: <www.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2016/06/UnidadesEntregues_Habitasampa_2016.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

IWAKAMI, L.N; SANCHES, D; ROCHA, O. Conjunto Habitacional José Bonifácio em Itaquera: Espaços e Identidades Após 30 anos. *In*: Revista Belas Artes. Set-Dez 2012. Disponível em: <www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/10/conjunto-habitacional-jose-bonifacio.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

JURISAWAY. O que é Plano Diretor. Disponível em: <www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=2608> . Acesso em 02 de setembro de 2014.

LEMOS, A.I.G. **Um exemplo de Processo de Metropolização Recente na Periferia da Grande São Paulo**: O município de Itaquaquecetuba. Tese de doutoramento apresentado ao departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, SP. 1980.

LEMOS, A.I.G; FRANÇA, M.C. **Itaquera**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico 1999. Coleção História dos Bairros de São Paulo. V. 24.

LENZ, H.G. Topônimos e denominações. *In*: **Blog Tupi e Guarani**: séculos XVII e XVIII. Disponível em: <<http://tupieguarani.blogspot.com.br>>. Acesso em 8 de setembro de 2014.

LICCO, E.A; SEO, E.S.M. **Perigos e Riscos Naturais: Estudo de Caso do Jardim Pantanal**. Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Dossiê, Vol. 8, n.1, 2013.

LINHARES, S; GEWANDSZNAJDER, F. **Biologia Programa Completo**. 10ª Ed. São Paulo, SP. Editora Ática. 1999. 520p.

LUCON, T.N.; PRADO FILHO, J.F.; SOBREIRA, F.G. **Índice E Percentual De Áreas Verdes Para O Perímetro Urbano De Ouro Preto – MG**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.8, n.3, p63-78, 2013. Disponível em:

<www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo180sn-publicacao.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2017.

MAGNOLI, M.M. **Ambiente, espaços, paisagem**. São Paulo, Paisagem e Ambiente Ensaios, São Paulo: edição especial números 1 e 2, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, p. 57-64, 1994.

MAPA DIGITAL DA CIDADE. **Distritos de São Paulo**. 2012. Disponível em:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/index.php?p=160798>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

MATSUMOTO, K. História da Colônia de Itaquera. **Jornal São Paulo Shimbun**, São Paulo, 09 de outubro de 1966.

MENEZES, U.B. De. A Paisagem como fato cultural. In: Yázigi, E. (org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MINTZ, S. W. **Cultura**: uma visão antropológica. Tempo, Niterói , v. 14, n. 28, p. 223-237, June 2010 . Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

MORCELLI, D. da C. **Paisagens Paulistanas**, memória e patrimônio às margens do Rio Tietê. Dissertação de Mestrado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado ao público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. *et al.* Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-107.

MOVIMENTO CINE BELAS ARTES. Disponível em:

<<http://movimentocinebelasartes.com/>>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

MOVIMENTO FÁBRICA DE PERUS. **Quem somos**. Disponível em:

<<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/>>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

MURDOCK, G. P. The Science of Culture. In: **American Anthropologist**, n.s., 34: 200–215. 1932.

NARVAES, P. **Dicionário Ilustrado de Meio Ambiente**. 2ª Ed. São Caetano do Sul, SP. Yendis Editora; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Flávia Brito & SCIFONE, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

NIKKEI ITAQUERA CLUBE: **Colônia de Itaquera. 70 anos de história**. [199-]. Publicação Interna do Clube.

NUA. **Ponto de Cultural Socioambiental Quebrada Sustentável**. Disponível em: <www.novauniaodaarte.org/pontodecultura>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

ODA, S.O. 70 anos da colônia de Itaquera. *In: Colônia de Itaquera. 70 anos de história*. Nikkei Itaquera Clube [199-]. Publicação Interna do Clube.

PONCIANO, L. **Bairros Paulistanos de A a Z**. 2ª edição revista. Editora SENAC São Paulo, 2002.

PONTO DE CULTURA QUEBRADA SUSTENTÁVEL. **Página do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/quebradasustentavel/about/?ref=page_internal>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estado entrega parque de 170 mil m² na Zona Leste da Capital**. 2010 Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=208810>. Acesso em 09 de março de 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: Estratégias ilustradas**. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Estrat%C3%A9gias-ilustradas.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2015.

QUILOMBAQUE. **O que somos e para onde vamos**. Disponível em <<http://comunidadequilombaque.blogspot.com.br/2009/04/o-que-somos-e-para-onde-vamos.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. *In* PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, 152 p.

SABESP. **ETE São Miguel**. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=58>>. Acesso em 19 de março de 2014.

SANDEVILLE JR, E. **Paisagens e Métodos**. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. São Paulo, revista Paisagens. 2004.

SANDEVILLE JR, E. **Paisagem**. São Paulo. *In: Paisagem e Ambiente* n. 20, 2005, pg. 47-59.

SANDEVILLE JR. E. **Memorial Espiral**. Disponível em: <<http://espiral.fau.usp.br/2-NEP-0.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

SANDEVILLE JR., E. **Paisagens Partilhadas**. Livre Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011. V. 1

SANDEVILLE JR., E. **Paisagens partilhadas**. Paisagem e Ambiente, v. 30, p. 205-214, 2012.

SANDEVILLE JR., E; MANFRÉ, E. **Cultura e Paisagem**, uma nova perspectiva no tecido urbano. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em <<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. **A paisagem do município como território educativo**. In PADILHA, Paulo R.; CECCON, Sheila e RAMALHO, Priscila (Orgs.). Município que Educa: fundamentos e propostas. São Paulo, ED,L, Vol. 1, nov., 2010.

SANDEVILLE JUNIOR, E. **Paisagem**. São Paulo. In: Paisagem e Ambiente n. 20, 2005, pg. 47-59.

SANDEVILLE JR. E. **Memorial Espiral**. Disponível em: <<http://espiral.fau.usp.br/2-NEP-0.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

SANDEVILLE JUNIOR, E. **Paisagens partilhadas**. São Paulo. In: Paisagem e Ambiente, 30 (2012), 2013, p. 205-214.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. HUCITEC-EDUSP, São Paulo, 1978 (5ª edição: 1996).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4ª.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SÃO PAULO. Lei Nº 35.536, de 29 de setembro de 1995. **Dispõe sobre denominação de logradouro público**. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D35536.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

SÃO PAULO. Lei Nº 13.430 , de 13 de Setembro de 2002. **Plano Diretor Estratégico** Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004. **Aprova a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/plantas_on_line/legislacao/index.php?p=10572>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. **Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002**. Disponível em: <estaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

SAQUET, M. A. **Proposições para Estudos Territoriais**. Revista GEOgrafia, ano VIII, n.15, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A; CANDIOTTO, L. Z. P.; ALVES, A. F. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SEADE. **População Recenseada, Projetada, Taxas de Crescimento Populacional e Densidade Demográfica**. 2009. Disponível em:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_projetadatas_de_c_1950_638.html>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

SCHLINDWEIN, M. **Estado entrega trecho norte do complexo Jacu Pêssego**. 27/06/2008. Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=96256>. Acesso em 07 de março de 2014.

SECRETARIA DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Pontos de Cultura**. 17/12/2013. Disponível em:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=14003>. Acesso em 12 de novembro de 2016

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS. **Operações Urbanas Consorciadas**. Prefeitura da Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/sp_obras/operacoes_urbanas/index.php?p=37057>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SMDU). **Gestão Urbana SP**. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/jacu-pessego-e-cupece-perimetros-de-incentivo-ao-desenvolvimento/>>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE. **Parque do Carmo**. Disponível em:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_lete/index.php?p=5734>. Acesso em 19 de março de 2016.

SCHNEIDER, D. **A Cultura Account**. Nova Jersey, Prentice Hall. 1908 American Kinship

SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Plataforma de Gestão Urbana** 2016. Disponível em: <

<http://mapacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração**. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo. Hucitec, 1992. 604p.

STELLA, R. S. Anchieta e a Fundação de São Miguel de Ururá. In: **Anais do Congresso Internacional Anchieta 400 anos**. São Paulo, Comissão do IV Centenário de Anchieta, 1997, pág. 329-336.

STELLA, R.S. **História e restauro da igreja mais antiga de São Paulo**. 21 de setembro de 2005. Disponível em:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_miguel_paulista/noticias/?p=2377>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

ULLRICH, D.R; OLIVEIRA, J.S; BASSO, K; VISENTINI, M.S. Reflexões teóricas sobre a confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. *In: Análise: Revista de Administração da PUCRS*. Porto Alegre, v. 23, n1, p. 19-30, jan/abr. 2012.

UNILIVRE. **Sobre a UNILIVRE**. Disponível em: < http://unilivre.org.br/?page_id=13500 >. Acesso em 20 de abril de 2017.

ZANIRATO, S. H. **História da ocupação e das intervenções na Várzea do Rio Tietê**. *In* Revista Crítica Histórica. Ano II, Nº 4, Dezembro/2011. Disponível em: <www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/108/Hist%C3%B3ria%20da%20ocup%C3%A7%C3%A3o%20e%20das%20interven%C3%A7%C3%B5es%20na%20v%C3%A1rzea%20do%20rio%20tiet%C3%AA.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevistas realizadas com a população na área de estudo

Entrevista César

O entrevistado César Barbosa da Silva, 31 anos, estuda turismo no Instituto Federal e trabalha na Capela de São Miguel Arcanjo há dois anos e meio, com gestão cultural, desenvolvendo trabalhos de monitorias com escolas, orientações a visitantes e administração. Nasceu em São Miguel Paulista, na maternidade de São Miguel e reside na mesma casa desde então.

Quando indagado sobre a Jacú-Pêssego, o entrevistado logo a associa a praia, pois é um caminho que utiliza. Uma vez indagou para uma amiga sobre o nome e esta informou que na região tinham muitas plantações de pêssego. Também pensa em um caminho para ir para Itaquera, sendo um caminho mais rápido que pela nordestina. Além disso, também é um ponto de ligação importante para ir até São Mateus, pois pela Jacú-Pêssego o tempo para ir de São Miguel até São Mateus é de 30 min, enquanto que indo por dentro dos bairros o tempo é de mais de uma hora. Além disso, integra ao Rodoanel, portanto importante integração para quem vem da Dutra ou do ABC. O entrevistado salienta que a Jacú-Pêssego é muito utilizada por quem mora na em Itaquera. O entrevistado não lembra o que havia antes da Jacú-Pêssego, pois começou a utilizá-la mais depois de adulto. O traçado atual não é muito antigo, mas deveria ter alguma estrada antes.

Para o entrevistado a Jacú-Pêssego é essencial para quem vem do interior e vai para o ABC Paulista ou Itaquera, é obrigatório. Como aspecto negativo o entrevistado salienta que as margens são “meio mortas” para o comercio é uma “coisa meio estranha”, chegando ser um pouco perigoso, marginalizado, com casas mais simples e com pouca oferta transporte público, com poucos ônibus passando no local. Além disso, no quesito visual não é bonito, a avenida cortou os bairros, invadindo-os não tendo nenhuma preocupação urbanística. Deveria ter ocorrido uma preocupação maior com a margem, porque com o córrego deve alagar tudo e com a qualidade de vida no entorno, talvez a avenida fosse num bairro rico, provavelmente teriam uma maior preocupação estética.

Sobre a participação na tomada de decisão sobre a avenida o entrevistado não teve participação, talvez até pelo fato de não residir muito próximo da avenida e não teve impacto direto na vida dele. Também não conhece ninguém que participou. A população não deveria estar organizada, mas acha importante a participação, pois no caso da Jacú-Pêssego, poderia ter ocorrido uma contrapartida, dialogando com o estado, para que a avenida não seja somente uma via de acesso e sim trazer benefícios para quem mora na região. Não fica nada para quem vive na região.

Entrevista Marcelo

O entrevistado Marcello Nascimento de Jesus de 35 anos, graduando em geografia é morador do bairro de José Bonifácio desde os 2 anos de idade e passa grande parte do tempo trabalhando e atuando socialmente na região.

Para o entrevistado, a Jacú-Pêssego veio como uma grande avenida, quase como uma rodovia, para “desafogar o trânsito” e a utiliza somente como passagem. Nela, não teve uma preocupação com a questão do córrego do Jacú e nem com a recuperação da mata ciliar. Todo o processo da Jacú-Pêssego, assim como toda a periferia não foi planejado, ao contrário do centro que desde o Prestes Maia tem algum planejamento. Ou melhor, o planejamento foi ir jogando os mais pobres para cada vez mais longe para ir “desbravando” novas

áreas e na medida em que a cidade vai crescendo, a especulação imobiliária chega e vai jogando os mais pobres para mais longe.

Para os moradores não melhorou a questão do desenvolvimento. A avenida separa dois bairros: José Bonifácio e Vila Carmosina, causando alguma segregação, as pessoas deixam de passar de um lado para o outro, o que não ocorria antes, somente com o córrego. Não tinha nenhum desenho de avenida, era uma área bem rural. Na área do bairro de José Bonifácio tinha muita produção de verduras e legumes, por japoneses, com muita produção de pêssegos. Tinha muitas barraquinhas dos produtores vendendo pêssego, atualmente não tem mais barraquinhas. Além da avenida, as ruas próximas modificaram também, transformando a região numa área urbana. Os japoneses, boa parte foi embora e não tem mais produção. Hoje tem muitos loteamentos e construções.

A Jacú-Pêssego foi feita para carros e melhorou um pouco porque tem uma conexão com a Rodovia Ayrton Sena, Marginal Tietê e região do ABC. Porém, o fluxo de carros e caminhões aumentou o tráfego na região e a poluição. Outra questão que não ocorreu foi um olhar para o córrego, pensando na questão da mata ciliar, verificando a viabilidade de diminuir o porte da avenida, mantendo a mata de fundo de vale no entorno do córrego.

Para o entrevistado a avenida deveria ter sido planejada melhor com uma preocupação ambiental, tentando a reconstrução da mata ciliar e um mapeamento dos recursos hídricos verificando a origem da poluição nas águas. Além disso, ao invés de uma avenida larga poderia ter um transporte sobre os trilhos para escoamento de mercadorias e condução de pessoas.

O entrevistado não participou no planejamento e não conhece ninguém que participou. Acredita que a população deveria ser consultada, mas infelizmente o planejamento não é feito para pessoas, elas estão em segundo plano e as mercadorias em primeiro.

Entrevista Michela

Michela Moura Mendonça é engenheira civil, 35 anos. Nasceu próximo da Jacú-Pêssego e convive com a Avenida desde a construção.

Para a entrevistada a Jacú-Pêssego é atualmente uma via de acesso que melhorou muito a região, apesar do trânsito carregado devido ao aumento do fluxo. Em relação ao acesso para Santo André, São Bernardo e Rodoanel, para a entrevistada que mora perto, é um excelente acesso. Por exemplo, para ir para Santos antes tinha que ir pelo Bairro Vila Prudente, agora o mais próximo é a Jacú-Pêssego. Os acessos foram ampliados. A 13- 14 anos atrás o caminho era muito tranquilo, mas atualmente devido aos acessos tem muitas carretas.

Para Michela é complicado falar sobre o que deveria ter sido feito, pois atualmente a compra de um veículo é muito fácil. Muitas pessoas tem carro e o utilizam. Não sabe o que deveria ter sido feito com relação ao fluxo. Uma ampliação do rodízio, ou proibir caminhões seria um pouco de egoísmo.

Ela não teve participação sobre decisões na avenida nem conhece ninguém que teve, mas acha importante a participação das pessoas. Deveria ter uma associação, algo do tipo para comunicar as pessoas sobre transformações.

Entrevista Tiago

Thiago Tavares da Silva, 30 anos, trabalha como corretor de seguro, DJ, eventos, promotor e é dono de um bar próximo a Jacú-Pêssego. Mora na região desde os 6 anos de idade.

Para o entrevistado quando a Jacú-Pêssego surgiu ajudou muito na questão do trânsito, para se locomover de um lado para o outro. O problema foi quando ligou no Rodoanel a cerca de 3-4 anos, pois piorou muito o trânsito. O entrevistado acha que não teve nenhum prejuízo a avenida mas como benefícios aponta a ligação de municípios (Guarulhos, Santo André, entre outros), “praticamente uma reta só”. Apesar disso acha que não deveria existir os cruzamentos, tendo deveria ter passarelas para pedestres e pontes nos cruzamentos deixando a Jacu sempre livre, como uma espécie de rodovia.

O entrevistado sabe que tiveram várias casas desapropriadas, mas não lembra de tumultos ou confusões sobre isso porque também as pessoas foram indenizadas.

O entrevistado não acompanhou nenhuma consulta pública sobre a construção e não conhece ninguém, mas acha que deveria ter sido feita a muito tempo pois com o tempo a situação do trânsito tende a piorar cada vez mais.

Entrevista: Alan

O entrevistado Alan Alvico, tem 29 anos é cientista social. Mora em Ermelino Matarazzo, um bairro muito próximo a Jacú-Pêssego, desde o nascimento. O bairro de Ermelino está localizado entre Penha e São Miguel e era pouco conhecido, por quem não morava lá. O bairro é um bairro dormitório e seus moradores tem seu subsídio fora da zona leste. Há alguns anos milita culturalmente na região tentando reforçar a produção cultural na periferia e atuando junto a coletivos em busca de mais equipamentos culturais.

Atua principalmente na Organização Coletiva de Produtores e Artistas, “Muros que Gritam”. Um coletivo de grafite e artes visuais, que nasceu na região, favorecendo a própria cultura que já existe. Ermelino já desenvolveu atividades culturais, de forma autônoma e independente do fomento do estado e ultimamente ocorre uma junção dos coletivos em rede, visando a pressão ao poder público para questões de subsídio para o fomento cultural.

A relação com a Jacú-Pêssego é uma relação de trânsito, acesso, relações de amizade e parcerias. Acompanhou a construção, sabe de alguns tramites que ocorreram na região, as justificativas da construção. Não sabe falar se favoreceu seus residentes tanto quanto favoreceu o escoamento da produção econômica para outras regiões.

Para o entrevistado o principal benefício da Jacú-Pêssego, foi a ligação com alguns bairros como Ermelino, São Miguel, Itaim. Acredita que o prejuízo principal seja por causa de algumas remoções e das transformações geográficas que nunca tem um consenso, afetando principalmente aqueles que possuem baixa renda, apesar da facilidade de locomoção. A Jacú-Pêssego foi feita a favor do grande capital, sem pensar nos residentes, que muitas vezes participaram da construção, mas são excluídos dos benefícios.

A zona leste não teve planejamento. É uma região que cresce da expulsão dos residentes dos grandes centros. Já existia um estabelecimento desordenado em Ermelino, São Miguel, de diversas pessoas, principalmente nordestinos na década de 1960. O poder público chegou depois pensando no grande capital, surgindo essas grandes vias como a Jacú-Pêssego, sem a preocupação com os já residentes. Isso ocorre em todos os territórios periféricos, não é uma exclusividade da zona leste. Existe um descaso com a pessoa humana, é o capital em detrimento das pessoas. Deve-se pensar nas pessoas em primeiro local.

O entrevistado não teve nenhuma participação na tomada de decisão, nem tem conhecimento de alguém que participou. Acha importante a participação das pessoas, porém percebe que somente na atualidade as pessoas têm participado mais de decisões públicas.

Entrevista Diego

O entrevistado Diego Morroni, 27 anos, engenheiro ambiental, nasceu na região próximo a Jacú-Pêssego. Mudou a cerca de 3 anos para a cidade de Cananéia litoral sul de São Paulo. Porém continua frequentando a região, pois a família e amigos ainda residem no local.

Desenvolveu TCC de engenharia ambiental sobre o córrego Itaquera, com o tema: “Análise das Pressões Urbanas na Bacia do Rio Itaquera”. Além disso, atua na ONG ALMA - Aliança Libertária de Meio Ambiente desde a fundação praticamente a mais de 10 anos. A ONG realiza trabalho que integra arte e educação ambiental, na região da COHAB II, zona leste, às margens da Jacú-Pêssego. O entrevistado iniciou com projetos de teatro para conscientização ambiental sobre a reciclagem e logo após começou a desenvolver trabalhos com a comunidade sobre a percepção sobre os rios e córregos da região. Dentre eles, destaca-se o Espetáculo Deságua, cujo foco era a sensibilização, de forma lúdica sobre a questão da água, principalmente no meio urbano.

As percepções da Jacú-Pêssego pelo entrevistado mudaram no decorrer da sua vida. Primeiramente, durante a infância, para ele era apenas uma avenida e após um esgoto. Somente ao iniciar a faculdade que o entrevistado modificou sua percepção, notando que não era um esgoto e sim um rio, porém, segundo palavras do próprio entrevistado “um rio que deixou de ser rio, um rio que está morrendo, respira pela ajuda de aparelhos”.

A Jacú-Pêssego foi um projeto megalomaniaco, na visão do entrevistado, pois uma avenida, no extremo leste de São Paulo, década de 90 tendo oito faixas era absurdo, atualmente ligando o rodoanel já não atende as demandas. Ela foi muito importante devido ao estabelecimento da colônia japonesa e pelo abastecimento de produtos agrícolas. “Atualmente tem uma margem verdinha, um respiro de meio ambiente, mas O sistema capitalista transforma o rio.”

Para o entrevistado Ao invés de uma avenida poderia ter sido feita outra coisa, metro suspenso, um transporte de massa superficial, mantendo o leito. Poderia também ter conservado os meandros para manter a percepção do rio, “deixar o rio com cara de Rio”, manter as matas ciliares. Também poderia ter sido construída uma rede urbana fluvial.

O entrevistado não teve participação na decisão sobre a jacú-pêssego, não conheceu ninguém que teve, mas acha que é importante porque com isso é possível sentir os anseios da comunidade para o projeto, “pois a pessoa tem que saber o que acontece na sua região. É um dever do cidadão. A participação da cidade é ineficiente, são sempre os mesmos grupos. Deve-se estimular a participação”.

Entrevista: Heloísa

Heloísa Lopes do Carmo, 28 anos, geógrafa. Mora na Zona Leste de São Paulo a 18 anos. Para a entrevistada a Jacú-Pêssego é uma rota nova, principalmente para caminhões e com isso muito esburacada e ruim para pedestres. A entrevistada, apesar de residir na região não possui muita relação com a Jacú-Pêssego mas acredita que ela trouxe um pouco de desenvolvimento para a região, com ampliação do comércio. Para quem já reside no local aumentou o movimento e também promoveu desenvolvimento para a região.

Como prejuízo a entrevistada destaca a estrada beira o córrego e que teve uma forte impermeabilização, sem mata ciliar. Sempre quando chove tem muito alagamento na região. A entrevistada trabalha no CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências) mapeando alagamentos na cidade de São Paulo e sempre tem alagamentos na região.

A entrevistada acha que deveria ter sido realizado um estudo melhor. A entrevistada não lembra o que tinha antes. Mas tem certeza que não teve um estudo de impacto ambiental correto, pois um técnico não permitiria uma avenida muito próxima ao córrego, como é a Jacú-Pêssego.

A entrevistada não conhece ninguém que teve participação na tomada de decisão e também não participou. Acha que a participação da população é muito importante porque quem mora na região sabe o que a região precisa e o que atrapalha. E poderia opinar melhor.

Entrevista Sylvania

A entrevistada Sylvania, 48 anos, pedagoga e historiadora, professora da rede pública estadual, mora na região desde o nascimento e utiliza quase que diariamente uma parte da Jacú-Pêssego, para chegar ao seu trabalho.

Para a entrevistada a Jacú-Pêssego tinha um lado positivo que era a facilidade do tráfego para a Anchieta e Imigrantes. “Deu uma desafogada no trânsito, principalmente para caminhões.” A avenida facilita a chegada ao ABC, economizando tempo e quilometragem.

Porém, esta facilidade agravou a questão da violência. Assaltos e rachas são comuns na região colocando em risco a vida de pessoas que utilizam a via. Existe uma grande falta de policiamento tornando o local perigoso. A avenida serve de rota de fuga para bandidos, que facilmente conseguem escapar para estradas. A região não apresenta segurança, radares, “não tem movimento é meio deserto”. Por conta disso a entrevistada tem evitado transitar pelo local.

A região cresceu demais sem investimento na questão de segurança. A avenida deveria ter sido construída pensando na questão do trânsito, como radares e outras formas de controle de velocidade e na segurança.

Sylvania não teve nenhuma participação na tomada de decisão e não conhece ninguém que teve, contudo acha importante a participação da população, pois a comunidade local conhecem melhor os problemas e poderia sugerir melhorias.

ANEXO B – Entrevistas realizadas com envolvidos no histórico do TICP

Texto da entrevista de: Gabriella Radoll

O NEP é sediado pelo LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade), onde atuam os professores Euler Sandeville e Raquel Rolnik. O Euler sempre teve interesse pelo direito a paisagem, iniciando antes os trabalhos do laboratório e aos poucos ele foi acolhendo a Raquel, recém chegada e sem espaço físico para estabelecimento do laboratório. Eles tiveram uma similaridade de visões, de mundo, mas cada um com seu enfoque.

Quando a entrevistada entrou, o NEP já estava se articulando (não se lembrando se tinha outro nome antes disso ou se era NEP), quando entrou, em 2007, a Ciça já era mestrandia do Euler. Na época estava sendo desenvolvido um estudo de Governança das Águas sediado no PROCAM, onde atuou como estagiária a partir do ano de 2008.

Uma das principais pesquisadoras atuantes no laboratório era a Ciça, que deve ter uma memória mais viva ainda desse processo. As pesquisas desenvolvidas pelo NEP sempre pautaram e partiram da sensibilização, na busca a partir da visão dos moradores, da visão da população que vivem ou transitam naquela paisagem os seus significados. Apesar das pesquisas trabalharem a partir do campo, e os encaminhamentos das pesquisas decorrerem deles, as metodologias eram bem fundamentadas, ao mesmo passo que permitiam abertura. Essa amarra era atenciosa, e era feita, muito em parte, por receio da crítica por parte da academia.

A Ciça foi a que mais mergulhou em tudo, pois ela desenvolveu uma pesquisa-ação, a pesquisa dela resultou numa ação, conseguindo construir um espaço na Brasilândia, um espaço de memória de história, o meu acabou indo muito mais no trabalho de metodologia de análise da paisagem, sem abandonar a visão do NEP, que permeava todas as pesquisas a partir da questão da participação, da questão da sensibilização das pessoas e do despertar do olhar também, mas cada um pegou um caminho dentro disso.

Na época em que a entrevistada entrou a Ciça estava desenvolvendo esse trabalho da Brasilândia, e era impressionante ver toda a rede de contatos que ela desenvolveu no mestrado e depois no doutorado, essa amplificação da rede e todos esses contatos que ela estabeleceu lá. Estava a Andréia, atualmente em Santa Catarina, a única que trabalhava dentro do NEP com uma questão que não era vinculada a região metropolitana de São Paulo, mas todos os demais eram vinculados a região metropolitana, pois era um interesse dele.

Tinha a Claudia Soares no qual a entrevistada se encontrava com frequência, para as leituras, para discussão de textos, discussão das pesquisas. Esse foi um lado forte do NEP, pois você nunca se sentia um pesquisador sozinho, isolado, o que é muito importante, pois com frequência você acaba ouvindo que na pesquisa você acaba ficando só, em um grande bolo e você não vê articulação nenhuma. A busca da articulação entre as diversas pesquisas desenvolvidas sempre foi muito forte. Apresentações dos trabalhos, no estado em que se encontravam eram promovidas para o grupo e o apoio entre pesquisadores sempre foi sentido.

A entrevistada fez iniciação científica com o Euler em uma área de impacto do rodão sul, lá no Embu das Artes, e de lá ficou 1 ano trabalhando nisso, e depois veio o convite de participar do plano de manejo do rodão sul pela geografia da USP. O Euler era o coordenador da equipe de infraestrutura que era a entrevistas, a Larissa e o Rafa. Começaram a trabalhar nessas questões do plano de manejo do rodão sul, sempre com uma preocupação social. Muitas reuniões eram promovidas com os grupos da área social,

principalmente antes de apresentar para o grupo maior, que envolvia todas as áreas. Aos grupos sociais da EACH cabia o estudo do turismo e da socioeconomia.

A DERSA contratou a geografia da USP, sendo esta o grande guarda-chuva de todas as áreas. Sempre que os grupos do estudo social iam a campo, íamos com eles, além dos nossos próprios campos. O foco desses campos para o NEP era verificar a apropriação, entender quem eram as comunidades do entorno, como que elas tinham vínculos com aquelas áreas, como que elas eram utilizadas, porque o rodão chegou sendo isso uma desconstrução em um sentido. E também o impacto desses parques pelo poder público. Para muitas prefeituras o estabelecimento dos parques eram um “elefante branco”, porque de repente teriam que gerir esses espaços, mesmo que as prefeituras contassem já com dificuldades de manter os parques que já geriam na época.

Após isso a entrevistada entrou no mestrado e estava com a Priscila e a Melissa e a Simone, não sei da onde veio a alcunha, mas nos nomeávamos as flores do sul, pois nós três estudávamos a zona sul da RMSP, cada uma com um viés de pesquisa. A Priscila com uma visão institucional, para entender mais da parte da legislação, a parte do impacto da legislação no território. E tinha ainda a Simone que fazia pelo PROCAM, e tentava entender melhor a questão da agricultura da zona sul de São Paulo e se envolveu com agricultores para conhecer como era o tipo de formação, o tipo de incentivo e qual era o papel deles nesse território. O da entrevistada continuou no rodão e do estabelecimento de um parque natural. O da Melissa foi no Cantinho do Céu e todo o processo que ela viveu tendo atuado inicialmente como participante do escritório que estava desenhando e implantando o projeto urbanístico da região e enquanto pesquisadora, até que ela entrou em um conflito interno e se demitiu do escritório em que trabalhava, seguindo o campo como pesquisadora do NEP.

Depois disso o NEP recebeu um convite pra participar do plano de manejo da APA do Tietê, que estava bem confuso, pois tinham contratado a USP Leste, mas deu um problema no contrato. Então chamaram a geografia e voltou um caos completo de coordenadores. O NEP chegou em um momento bem crítico. Era a minuta de lei da APA e o papel do NEP foi tentar compreender um pouco o território pela população e pelos moradores, visitando a área com alguns líderes na época, tentando entender o conflito por eles e verificando algumas inconsistências que existiam na minuta, que eram das mais estapafúrdias, como por exemplo, áreas que eles colocavam prioritárias para remoção, muitas vezes sem dados técnicos que justificassem a inclusão de uma área e a exclusão de outra. Tinha um problema muito grande, pois o conselho era muito envolvido naquela época, pois eles tinham que votar a lei da APA e havia uma desarticulação da população, uma desarticulação provocada. Eles boicotavam muitas contribuições pra direcionar certos encaminhamentos, uma visão política parecia basear diversas das ações e encaminhamentos. Foi nessa época que a entrevistada se desligou do NEP, pois o Euler estava mais ausente, e eu não estava dando conta de encarar as buchas, umas brigas e a entrevistada pediu um afastamento, e depois disso quem assumiu foi a Isabel, e ela entrou e eles deram sequência a esse trabalho. Nessa história toda foram uns 8 anos de pesquisas no NEP.

Uma das principais características do NEP é ser um grupo que sempre se ajudou muito, sendo isso muito importante e interessante, pois, sempre houve um envolvimento passional de todos, nunca foi muito “só estou aqui para fazer meu mestrado, tirar meu título” tanto que se exaltavam os ânimos, pro bem ou pro mal. Isso era uma coisa bem forte no grupo, eram pessoas muito envolvidas, com um querer muito diferente dos outros

grupos que a gente conhecia, principalmente na FAU, tinham a oferecer, era um lugar que a gente podia explorar outras tentativas acadêmicas, quase um lugar em que a gente pudesse criar diferente, acho que posso dizer impactante.

Depois que a entrevistada se afastou o Euler começou a articular com mais força a ULC. Mas já antes disso, acompanhou a entrada de diversas pessoas que se matriculavam nas disciplinas oferecidas pelo Euler. Sem a necessidade de algum pré requisito. Se a pessoa chegasse sem o fundamental, ou com médio, pós, doutorado poderia cursar pois a ideia era justamente tentar tornar mais democrático o acesso ao ensino, a universidade. Na medida do possível o Euler pedia pra gente auxiliar os demais, os que estavam pesquisando, que queriam desenhar um projeto de pesquisa, ou que já vinham desenvolvendo. Fazíamos leitura dos textos e discussão deles, indicávamos leituras, ou ainda, auxiliávamos na melhoria da escrita.

O NEP foi bem a busca de uma coisa diferente dentro da academia, foi um desejo muito grande, foi um acaso do acaso, e de repente a entrevistada encontrou ali, um lugar, onde as coisas começaram a tomar um corpo muito interessante. Foi nesse espaço que as pessoas tinham interesses diversos na pesquisa e que transpassavam as coisas da forma simplesmente (as morfologias), buscavam o sensível, almejava o lado mais humano da paisagem, das sensações e como a gente pode construir isso com o outro, sempre muito aberto a aprender com quem está lá vivendo, com quem está sentindo, acho que um dos objetivos principais era essa coesão entre pesquisador e o objeto pesquisado, é justamente isso, é não encarar como objeto, pois tem uma vida, tem um rebatimento, tem uma verberação, e ela pode alterar a sua forma de ver, tanto quanto ou vice versa.

A entrevistada não sabe como anda atualmente mas viu que o Euler pretende encerrar as atividades do NEP. Mas foi um momento muito rico, muito interessante, anos de pesquisa que abriram espaço para essa coisa nova, para essa possibilidade outra, vinculada a academia mas muito mais livre, muito mais aberta.

Texto da entrevista de: Larissa

O NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem) surgiu de uma ideia dos estudos que o Euler já vinha desenvolvendo com paisagem. Surgiu no âmbito do Labcidade, apesar do lab ter duas vertentes, a do Euler e a da Raquel. Foi uma confluência de orientandos e do Euler para estudar a Paisagem. Na época do surgimento do NEP, apesar de não serem obrigados, todos os orientandos tinham relação com os estudos realizados.

Os objetivos eram de ser um estudo colaborativo, de promover trocas (sendo uma premissa a troca). Era para ser uma plataforma colaborativa para cada pesquisa e cada região da cidade. Além das pesquisas, participaram de um convênio entre USP – FFLCH com a Dersa, para elaborar o plano dos parques para compensação do Rodoanel – trecho sul. Isso levava a maiores trocas entre a FAU, a FFLCH e a USP Leste, assim como entre os próprios pesquisadores do NEP. Também existiam muitas linhas de pesquisa na cidade. Algumas não sendo linhas formais como mestrado, TFG ou iniciação, mas a relação dos pesquisadores com a cidade.

As pesquisas geravam encontros com outras comunidades, formando rodas de conversas tanto na USP, quanto na comunidade. Um exemplo de encontro foi quando a entrevistada, o Rafa e o Euler, pegaram o caso do grupo Cicas, que era um grupo que atuava com música na periferia, estavam para ser desapropriados sem entender o motivo, e procuraram o Euler. Então elaboraram um projeto de pequenas reformas para melhorar o local que eles estavam, para efetivar a estadia deles lá. Sem remuneração, sem nada. O grupo (Cicas) procurou o Euler, que propôs ao NEP, quando Larissa e o Rafael se interessaram em colaborar.

Existe uma relação entre o NEP e a espiral da sensibilidade e do conhecimento, pois é um dos preceitos norteadores. O próprio trabalho colaborativo dialoga com isso.

A entrevistada estava presente bem no início do NEP, estando presente até na discussão do nome. O NEP possuía uma forma de atuação muito forte no sentido de contribuir e de colaborar. Ela entrou, inicialmente para trabalhar no projeto de convênio da geografia com a Dersa, ocorrendo propostas no grupo que a agradaram, como a as discussões sobre Paulo Freire, ampliando para os textos do Euler, os textos sobre paisagem, os textos do Milton Santos, Lefebvre... A entrevistada encontrou no LabCidade e no NEP uma discussão de que ela gostava, que ia para além da arquitetura, conhecendo outros grupos culturais, indo por exemplo, em um saraus, como o da Brasilândia.

A ULC é uma proposta para sair dos quadros formais da universidade, para entender modos de vida e de pessoas em outras paisagens, sem ser no campus da USP, casando muito com a paisagem compartilhada. Quando o NEP, mais o Euler, começou a se envolver com Perus foi surgindo a ideia de discutir o que era uma Universidade Livre Colaborativa. Quando a entrevistada participou a ULC era muito insipiente.

O envolvimento do NEP com a comunidade muitas vezes é criticado, pois deixa de produzir para a USP, para produzir para uma Universidade Livre,. Mas isto não deveria ser assim, pois a Universidade deveria ser mais colaborativa, trazendo mais aprendizado de fora para dentro, mais conhecimento popular e o próprio conceito de cidade. É muito triste, pois esta forma colaborativa não existe em quase nenhum instituto, sendo muito criticada, pelos que defendem uma forma convencional de produção acadêmica, como uma pesquisa pouco formal ou séria.

Texto da entrevista de: Patrícia Lima

O NEP surgiu com a proposta de estudos da paisagem como experiências partilhadas. A entrevistada inicialmente realizou um projeto de pesquisa com uma comunidade tradicional em Paraibuna, litoral norte de São Paulo. Projeto o qual poderia transformar em pesquisa de mestrado, sendo que, não tinha relação com a paisagem, somente com o resgate etnobotânico.

No Instituto Florestal, onde trabalhava, alguns pesquisadores falaram que o trabalho engloba algumas características que se enquadravam na proposta de pesquisa do Professor Euler Sandeville, desta forma, a entrevistada foi buscar contato com o professor Euler. A entrevistada entrou em contato e ele disse que pesquisava sobre paisagem em Perus e a chamou para uma conversa, convidando-a a participar das disciplinas.

Ela ficou feliz e um pouco assustada, pelo desconhecimento inicial sobre a região de Perus. Começou então a participar do grupo de estudos e descobriu que era muito interdisciplinar, pois tinha um biólogo, arquitetos e outras pessoas de diversas áreas. Sempre se debatiam textos que a fascinavam, pois cada um tinha uma visão e uma formação diferente. No momento das discussões dos textos, via claramente que a interdisciplinaridade complementava o conhecimento e dava uma nova base para as futuras discussões.

Esse grupo de pesquisas era muito diferente, pois na FAU todos eram muito iguais, com a mesma forma de visão. No NEP tinham biólogos, geógrafos, arquitetos, advogados, portanto bem interdisciplinar.

No início da participação nas disciplinas em Perus a entrevistada relatou que os alunos da FAU aparentavam não gostarem de cursar a disciplina em Perus, pois o local era muito precário (faziam na quilombaque), era quente (devido ao tipo de telha) e longe, a própria entrevistada achava longe. Porém ela gostava e gerava encanto, pois era diferente e com o tempo a paisagem local foi fazendo parte dela.

Durante uma atividade da disciplina, a qual tinha como objetivo o reconhecimento do território o prof^o Euler dividiu a sala em grupos de estudos, sendo um grupo Perus e o outro Anhanguera, a entrevistada foi para o grupo Anhanguera. Na atividade foi elaborado um roteiro de entrevista para fazer com os moradores de cada distrito. Chegando lá parecia outro lugar, fora de São Paulo. Um lugar circundado pela mata atlântica, com pessoas acolhedoras, mas com dificuldades, sem transporte público, sem posto de saúde, sem hospitais, sem banco, sem mercado grande e sem área de lazer.

A entrevistada percebeu certo distanciamento entre Perus e Anhanguera e a comunidade de Anhanguera se sentia meio excluído de Perus, mas as pessoas amavam anhanguera, a paisagem estava dentro deles, mesmo com todas as dificuldades que cada morador passava pela falta de equipamentos públicos a paisagem e a amizade com os demais moradores fortaleciam o vínculo com o lugar. Com esse fascínio a entrevistada decidiu trabalhar com o distrito Anhanguera, nesse sentindo ela comunicou o prof^o Euler o seu interesse em realizar sua pesquisa no distrito.

Quando entrou no NEP, observava que o grupo já estava bem consolidado com vários alunos, e ela acompanhou uma transição, pois tinha um grupo saindo e um novo entrando. Atualmente vê um grupo que não participa integralmente das atividades do laboratório, ela acredita que um dos motivos possa ser o momento de transição da linha de estudo, desta forma foi criando um novo formato de pesquisa.

Mesmo com todas as dificuldades todos os trabalhos realizados foram enriquecedores e muito envolvente. Se fosse um grupo de estudos fechado, mais “quadrado” não teriam trabalhos tão interessantes como o grupo interdisciplinar do NEP. O modo de educação interdisciplinar do NEP é algo muito futurista, sendo contrário a FAU, que ao ver da entrevistada é muito fechado, em vista a relação de diferentes áreas do conhecimento. Essa ideia da entrevistada foi a partir de uma experiência que ela teve cursando uma disciplina na pós da Fau, quando ao se apresentar um prof^o indagou com ar sarcástico o pq uma bióloga estaria cursando uma disciplina da FAU.

O NEP é o Núcleo de Estudos da Paisagem. Derivado dos princípios da Espiral da Sensibilidade do Conhecimento, unindo a proposta de estudos da paisagem como experiência partilhadas. Os trabalhos realizados no NEP tem como característica fundamental a sensibilidade. Os integrantes do NEP não possuem somente uma postura de chegar, trabalhar, pesquisas e sim uma postura proativa, ética, amiga, companheira, ouvir seu amigo, bases da Espiral da Sensibilidade, unidos no NEP. Características que ficaram guardadas na memória da entrevistada, que com encantamento ela percebeu que seria o melhor grupo para a realização de sua pesquisa.

Alguns relatos sobre problemas passados, como questões da falta de ética de algumas pessoas foram discutidos no grupo, desta forma deixou claro os princípios do NEP, sendo eles pautados na questão ética, um dos motivos da aproximação da entrevistada no grupo. Pois segundo ela a maioria dos grupos existe fortemente a questão da competitividade (quem publica mais), roubo de pesquisas e etc. E a entrevistada não vê isso no NEP.

A Universidade Livre e Colaborativa dentre muitas propostas, as principais são: desenvolver atividade em conjunto, multiplicando o conhecimento científico dentro e fora da universidade, auxiliar grupos sociais, mas não de forma a ir usar e descartar e sim continuar auxiliando de forma ética. Garantindo ações educativas para uma aprendizagem ativa e solidária unido a construção colaborativa do conhecimento.

A entrevistada conheceu a ULC a partir das disciplinas de Perus. Ela ficava confusa no começo, pois os alunos perguntavam o que era essa tal de ULC, não entendendo que era uma universidade sem paredes e ela explicava que era uma universidade de todos.

A ULC foi criada pela experiência do NEP, com moradores de Perus, sendo feita para “tirar os alunos de dentro da Fau e propor uma nova experiência lá fora” e trazer as pessoas de fora para dentro. Isto era difícil pois os alunos da FAU não queriam ir muito para a periferia, em compensação o pessoal da Periferia ia para a Fau para mostrar a periferia, porém com um pouco de resistência, mas iam. O Intuito da ULC era compartilhar conhecimento. Funcionava bem, mas os alunos não reconheciam que a ULC não precisa de muros e de cadeiras. É uma nova forma de visão. Você aprende com o outro, não estando sentando ouvindo apenas uma pessoa.

A UCL pode se dizer que é um filho do NEP, o qual tem diversos projetos e pesquisas interligadas (estudo da paisagem em perus), organizado em parceria com moradores, lideranças e educadores da região, sendo realizado no formato da disciplina de graduação da FAU e pós graduação do Procam. A paisagem vivenciada e compartilhada durante as atividades fortaleceu o envolvimento de diferentes professores, somando forças para a UCL. Os professores parceiros como por exemplo a prof^a Sueli Furlan permitiram o compartilhar dos diferentes conhecimentos.

A ULC é uma Inovação da educação. A entrevistada nunca teve uma educação tão interdisciplinar como na ULC. As aulas permitiram absorver diferentes conhecimentos e compartilhar conhecimentos vivenciados. O conhecimento compartilhado que ocorreu durante as atividades realizadas na ULC é o que mais fascinou a entrevistada, pois o conhecimento pode ser construído a partir da relação de diferentes pessoas de vários níveis escolares e diferentes culturas.

Foi uma experiência maravilhosa. Paulo freire e outros estudiosos falam desse tipo de educação, mas isso dificilmente é colocado em prática. Esse tipo de formação é muito mais complexa que a educação formal, pois necessita que o educador se coloque como participante do conhecimento e não mais como detentor total do conhecimento, desta forma o educador desce do pedestal e se torna igual a todos. E a ULC faz isso, coloca todos no mesmo nível.

As disciplinas da ULC colaboraram para:

- 1- Formação do indivíduo,
- 2- ética e trabalhar em grupo
- 3- amizade
- 4- Conhecimento de outras áreas
- 5- Sensibilização pela paisagem. Quando você estuda a paisagem, dentro da paisagem. É diferente estar em perus estudando sobre perus, pois você conhece a cultura, as pessoas, a história. Etc.

Para a comunidade a ULC gera valorização, pois a comunidade se sente importante. Pois além de estudar o local, na ULC a comunidade teve a possibilidade de falar do local. A ULC ajudou a esclarecer muita coisa do plano diretor, e ao mesmo tempo o reconhecimento do morador em seu bairro. Muitas pessoas após as disciplinas perguntavam sobre sua continuidade.

O NEP favorece em suas discussões a descrição da paisagem vivenciada por cada um, paisagem essa que muitas das vezes passavam por despercebida. O conhecimento transdisciplinar do grupo e da ULC deveriam ser replicados em outras faculdades.

A partir da ULC foi discutido o plano diretor, além de projetar ações as quais poderiam ser realizadas pelos moradores. O TICP foi construído a partir das disciplinas na ULC. Numa disciplina foram traçados os principais pontos do território de interesse cultural, esses pontos foram construídos a partir da discussão dos

diferentes alunos e moradores da região, gerando um circuito turístico. A proposta foi ampliada e entrou na discussão do plano de diretor. A ULC fomentou discussões para o TICP.

Texto da entrevista de: Daniele Tubino

A experiência da entrevistada com o NEP começou, depois que este já estava estruturado dentro de um processo de trabalho, a partir de uma disciplina já em Perus com moradores, graduação e pós-graduação da USP. A atuação da entrevistada no NEP foi de contribuições práticas para a sociedade através de duas situações.

Uma contribuição direta com trabalhos no distrito de Perus, como elaboração de diagnósticos do local. O grupo era responsável por uma elaboração mais teórica e uma reflexão mais aprofundada do que acontecia na prática

A outra contribuição foi durante a crise hídrica em São Paulo no qual o grupo se articulou para propor uma ação dentro da USP, para contribuir com ações diretas que se revertessem num benefício para a sociedade. O Nep atuou como um grupo mais reflexivo para articulação das reflexões e propondo iniciativas.

A entrevistada tinha intenção de trabalhar com processos participativos e colaborativos na pesquisa de doutorado. Iniciou a pesquisa na internet de núcleos e grupos que desenvolvessem esse tipo de trabalho e, dentro da USP, encontrou a ULC (Universidade Livre e Colaborativa) através do Euler, tendo informações a partir do site da ULC, onde estavam descrito as ações em conjunto com a comunidade.

A ULC é uma universidade conectada com as comunidades em que não há distinção do ambiente acadêmico e do real. A conexão entre a universidade e a comunidade e na Universidade as pessoas da comunidade não são necessariamente doutores ou mestres. Qualquer pessoa pode colaborar na construção do conhecimento. O conhecimento não precisa se dar num âmbito formal, pode ser informal, não somente acadêmico que principalmente deriva da prática. A ULC inclui todos os tipos de conhecimento e tenta fazer uma construção transdisciplinar.

O NEP é muito estruturador das ações da ULC. O NEP é responsável por articular a reflexão mais teórica e organizar as ações. A ULC engloba um grupo maior, mais prático. Então o NEP como uma parte mais acadêmica, mais técnica, talvez e mais estruturadora. O NEP é um grupo menor da ULC responsável por articular as ações que acontecem na ULC e na produção de artigos, mais acadêmica.

A ULC teve um impacto para ver como fazer um conhecimento transdisciplinar. Verificou uma forma extremamente transversal de produzir conhecimento, no momento que engloba todos os tipos de saberes, tanto de pessoas que não tiveram acesso, como doutores, mestres e outros acadêmicos para construir um conhecimento coletivo. Isto teve um passo importante para respeito mútuo das pessoas, que não somente um conhecimento técnico tem valor, mas um conhecimento prático, decorrentes da experiência é importante para diferentes soluções de um problema que um conhecimento explicitamente técnico não daria conta de resolver, ou seja, uma visão teórica sem a prática, sem um olhar da experiência.

Através da ULC, foi possível ver na prática como a construção desse conhecimento pode acontecer. Isto é uma função complexa, porque demanda diálogo, demanda saber ouvir, saber falar, porque tem uma diversidade muito grande na ULC.

A entrevistada participou de uma disciplina em 2014/02, chamada potencialidades e gestão da paisagem. A disciplina contribuiu muito para uma articulação da comunidade. Os envolvidos com os problemas do distrito de Perus, com participação de líderes-chaves, nessa disciplina. A ULC, através da disciplina, pode

levar um conhecimento técnico para que a comunidade reivindicasse diversas ações melhorias. Portanto, a disciplina da ULC foi importante para a articulação, quanto o refinamento do conhecimento sobre legislação, sobre conhecimento do território que sustentam o embasamento para essa comunidade reivindicar melhorias.

A disciplina foi importante para viver a experiência da relação de conhecimentos formais e informais. Desmistificar perder preconceitos em relação a uma população mais carente, sem um conhecimento técnico e científico mais apurado, mas com uma importante contribuição que tem que ser ouvida e complementar aos conhecimentos acadêmicos. Os conhecimentos acadêmicos perdem muito sentido se não estão em contato com essa experiência prática e com as pessoas que estão envolvidas nesse conhecimento.

Uma relação fundamental é estabelecida pela ULC e pela TICP. A ULC foi essencial para propor a TICP. Os conhecimentos mais teóricos e mais técnicos foram fundamentais para organizar essa proposta e em parceria com essa comunidade. O formato da proposta e a forma dessa proposta, banners, estudos produzidos, isso tudo foi ancorado na ULC. A TICP é quase um resultado da ação da ULC, na área. O TICP foi um resultado da ULC, não teria acontecido sem ela.

Entrevista: Gabriel Fernandes

O Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) é um grupo de pesquisa liderado pelo prof. Euler Sandeville Jr. que iniciou suas atividades há cerca de 10 ou 11 anos. O grupo atua a partir de entendimentos comuns sobre paisagem, destacando-a enquanto experiência partilhada, sob influência de correntes e metodologias de trabalhos de campos e estudos como os da memória, territoriais-urbanos, entre outros, recebendo aportes de disciplinas como a geografia cultural, a antropologia, entre outras.

Além disso, trata-se de um grupo influenciado por aquilo que Euler conceituou como a “espiral da sensibilidade e do conhecimento”. A espiral é uma proposta para além da academia, trata-se de um manifesto que propõe a construção de conhecimento de forma partilhada, sensível e criativa, calcada na experiência. O NEP se constitui ainda como o conjunto de propostas e trabalhos de seus pesquisadores, flertando com diversas correntes consolidadas na FAU como os estudos urbanos e os estudos da paisagem. Ele destaca, porém, pelo aporte de conhecimentos de outras áreas como geografia cultural, antropologia, etnografia e memória (oral, escrita etc.). Destaca-se por incorporar diferentes elementos aos estudos urbanos como a subjetividade, a memória e a pesquisa com observação participante.

Já a Universidade Livre e Colaborativa (ULC) é uma proposta que o Euler vinha construindo há muito tempo e que convergiu com propostas de outros coletivos atuantes na cidade. Consiste na aplicação dos princípios da espiral juntamente com a não criação de hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão, rompendo com a distância entre trabalho de campo e de gabinete, com fronteiras de coleta e análise de dados, entre pesquisador e pesquisado. Isto se aproxima da ideia de Paulo Freire do educador-educando. A ULC se materializou com os trabalhos desenvolvidos em Perus entre 2012-2015 onde a proposta mais se destacou.

O NEP, portanto, se caracteriza como um grupo de pesquisa, como um presença mais institucional. A ULC, por outro lado, possui uma proposta mais tensa e mais ousada para produção de conhecimento através do contato e da colaboração com os vários sujeitos que atuam na comunidade. Ambos atuaram em uma mesma interface, nos trabalhos desenvolvidos em Perus, mas a ULC se caracteriza por não querer, em princípio, se institucionalizar.

A ULC surgiu da convergência dos desejos e anseios formulados por Euler há alguns anos, que cultivava a ideia no NEP, com os sujeitos que atuavam em Perus, em particular. Os grupos de cultura de perus já tinha uma ligação com a ideia da ULC e em certo momento as propostas se revelaram coincidentes. O NEP objetivava romper o tripé tradicional “ensino-pesquisa-extensão” de forma hierarquizada e os grupos de Perus romper com a forma tradicional com que a academia atua a periferia, na medida em que a periferia é normalmente tida apenas como um experimento para academia: ela é estudada e depois a academia vai embora.

Para o entrevistado a ULC representa um momento de aprendizado pela tensão. Uma proposta que demandaria responsabilidade e uma sensibilidade para os desejos diversos que se convergem na ULC. Quase uma confirmação de que é possível produzir conhecimento de forma colaborativa com sujeitos diversos, de culturas e níveis diversos.

É uma convergência de diferentes saberes populares e eruditos, de campo e de gabinete. Porém é preciso não idealizar a experiência, no sentido de achar que pelo fato de simplesmente estar calcada em princípios tão bonitos ela fatalmente seria bem-sucedida a priori. São várias as dificuldades e contingências com as quais é preciso lidar.

A ULC trouxe em Perus uma serie de lembranças muito bonitas, mas trouxe contradições. O entrevistado via patrimônio cultural, por exemplo, numa pura construção ideológica, como imposição de valores. Em Perus, viu o oposto. Um grupo de pessoas, querendo se apropriar do local da fábrica.

Porém percebeu que na ULC ocorrem às vezes pequenas disputas de poder. Pequenos grupos disputando o poder dentro das ações que estavam acontecendo.

As disciplinas mostraram para academia que é possível a construção de conhecimento em campo. Gerou situações novas de aprendizados. Construiu uma identidade própria.

Para a comunidade fortaleceu relações que já existiam, para que os grupos voltassem a se encontrar e se mobilizar. Colaboraram inclusive para o retorno do movimento de reapropriação da fabrica. O entrevistado não sabe se a ULC protagonizou o fortalecimento e a ajuntamento destes grupos ou se influenciou. Potencializou interfaces entre grupos que já existiam, aumentando esses grupos e remobilizando-os em torno do movimento de reapropriação da fábrica.

Para os alunos a ULC além de conteúdo ou elementos que foram abordados tiveram a experiência de fazer a disciplina. Discutia-se de fato discutindo uma organização comunitária fazendo uma organização comunitária. Por exemplo: um dos assuntos foi o da ecologia da paisagem. Mais relevante até do que os conteúdos inerentes a esta “matéria” era a maneira como a coisa foi discutida em campo, produzindo conhecimento local.

As disciplinas influenciaram diversas tomadas de decisão como as do parque linear, do plano diretor e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. A ideia por trás do território foi do Euler. Mas toda a discussão para que o território entrasse no PDE foi resultado das disciplinas da ULC. Não fosse a mobilização promovida no contexto da ULC, não haveria sequer a discussão dos territórios ou a indicação do TICP em Perus. A criação destes foram muito influenciados pelos laços que ela potencializou.

Ninguém achava que era possível fazer uma disciplina em campo e ela se fez, unindo diferentes níveis. Ninguém achava que seria possível inserir no plano diretor aquelas questões, mas se conseguiu promover um dispositivo novo. Isto não teria ocorrido sem as disciplinas. A ULC integrando de um lado as motivações da comunidade e do outro o papel da academia.

Texto da entrevista de: José Queiroz - Soró

A Quilombaque já vinha discutindo e pensando questões sobre o bairro, a região e o desenvolvimento local e sistematizamos no Plano Inclusão Social em Desenvolvimento Sustentável Local Macro Norte. A partir dele e com outros coletivos criamos a Rede Viva Periferia Viva. Num determinado momento surgiu o conflito da Quilombaque com o projeto do Parque Linear, pois a área onde estava a Quilombaque seria desapropriada e no lugar construiriam quadras poliesportivas.

Lançaram um manifesto – FICA QUILOMBAQUE - declarando ocupação e que dali não sairiam e iniciaram a articulação com outros moradores que estavam na zona de desapropriação do parque linear. Num evento na Quilombaque o Coletivo CICAS – uma ocupação na Zona Norte apresentou o Euler, professor da FAU que os estava ajudando no processo de regularização por lá. A apresentação ficou tensa, pois o pessoal que conduziu a elaboração do projeto do Parque Linear era da FAU. O Euler explicou que não era a FAU inteira que estava nisso e desta conversa nasceu a iniciativa de promover uma ação educativa junto aos moradores ao longo do percurso do rio sobre o projeto e questões ambientais e urbanas. O processo durou uns 5 meses, exibíamos o filme Narradores de Javé, discussões sobre o projeto, as histórias e as memórias, pois existiam famílias que moravam no local há mais de 150 anos. Deste processo foi nascendo um documento que questionava os imensos equívocos do projeto, os danos e abalos afetivos e de saúde para ser entregues a prefeitura e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Por insistência do Euler chegamos a fazer um re-encontro com a equipe que formulara o projeto. Fizemos também diversas reuniões e conversas com o poder público. Chegaram a concordar com mudanças no projeto, mas como não havia a menor perspectiva de recursos para realização da obra o assunto ficou congelado. A Quilombaque havia criado um projeto chamado Universidade Livre de Meio Ambiente e Cultura, inclusive com atividades em parceria com outras universidades. Então dessa relação-processo com Euler, que também tinha sonhos e tentativas de construir uma universidade livre e do encontro com o pessoal do Projeto Coruja, professores que promoviam um encontro mensal chamado Café Filosófico que também tematizavam o bairro, sua história e memória nasceu a Universidade Livre e Colaborativa com o objetivo de articular, produzir e disseminar conhecimentos sobre desenvolvimento do bairro e da região.

A ULC nasce do desejo de construir e congregar diversas formas e conhecimentos. O conhecimento acadêmico tem sua lógica, mas os outros também têm. A ideia é congregar esses conhecimentos. Tinha intenção de promover mudanças também na USP mas isto não aconteceu e hoje a parceria com a FAU praticamente se esgotou.

Mas no período de 2012 a 2015 a ULC conseguiu unir diversos grupos, agentes, coletivos, lideranças, estudantes e professores de diversas áreas e em forma de encontros e oficinas resgatou e sistematizou diversas propostas e planos e fez renascer o movimento pela desapropriação da fábrica, agora rebatizado de Movimento Pela Reapropriação e Uso Público da Fábrica de Cimento Perus, a luta pela desapropriação e construção nela de um Centro de Cultura e Memória e Lazer dos Trabalhadores (proposta antiga dos Queixadas) e uma Universidade Livre e Colaborativa, não como um prédio mas uma articulação viva dos diversos conhecimentos e formas como os coletivos culturais como a Quilombaque.

Desta experiência e processo, principalmente do estudo e descoberta de potencialidades foi se desenhando e delineando os pressupostos para a definição do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

Perus Anhanguera Jaraguá (TICP). Estes pressupostos serviram de base para o Euler propor outros 10 TICPs pela cidade para serem inseridos no PDE – Plano Diretor Estratégico. Diante das dificuldades encontradas na Câmara Municipal, nos articulamos com o pessoal do Movimento Belas Artes que discutiam naquele momento a criação de um polo de economia criativa. Eles assumiram a proposta dos TICPs e nas negociações conseguimos aprovar o projeto já com a indicação de dois TICPs, o da Bela Vista Luz e o nosso Perus Anhanguera Jaraguá.

TICP é uma forma de enfrentamento para a lógica da cidade determinada pela especulação imobiliária. O projeto nasceu como frente para proteger o que resta de meio ambiente, na região. A serra da Cantareira tem um fator de regulação térmica e gerador de umidade para todo o planalto paulista. Quanto mais aumenta o desmatamento mais aumenta a temperatura.

Por questões e limites legislativos o TICP tem essa delimitação mas se compreende dentro dos marcos da Macro Região Norte da Grande São Paulo com cidades como Mairiporã, Franco, Morato, Caieiras e toda a região Noroeste e Norte da Cidade de São Paulo.

Sobre o território a Quilombaque e movimentos culturais de Perus tem uma certa divergência, não muito clara, pois o pessoal está interessando em falar do perímetro e a Quilombaque muito a questão econômica e a inclusão social. Essa não é uma ideia muito simpática para as questões culturais, pois descarta a questão econômica. Estão a dois anos debatendo essa questão, mas sem muito consenso. Pois para a defesa dos elementos fundantes do território, como parques, a ferrovia, os patrimônios tombados e a própria fábrica, seria não somente na relação das pessoas com esses elementos, mas de transformá-los em mecanismos de geração de emprego e renda, associados a questões econômicas.

A Quilombaque é um coletivo juvenil criado em 2005 que articula artistas e agentes e ações culturais. Nesta mesma época, voltando eu a morar em Perus, encontrei as antigas organizações e movimentos bastante desarticulados e desanimados, parados. E na contramão disso tudo demos de cara com jovens animados querendo mudar o mundo. Eram muitos jovens e com pouco conhecimento sobre as histórias e a memória do bairro, principalmente sobre a Fábrica e os Queixadas. Juntando outras pessoas e coletivos começamos a mexer com esta memória, pois entendíamos a importância dela para construir futuros. Principalmente com o Grupo Pandora de Teatro, que na época desenvolvia pesquisas e encenava uma peça chamado a Revolta dos Perus que contava toda essa história.

A luta para transformar a Fábrica em um Centro de Cultura Memória e Lazer vem desde os anos 50 com os Queixadas. Em 90 conquistamos junto a SMC instaurar um processo de resgate da memória oral, que durou 1 ano e resultou no tombamento da Fábrica e do Movimento Queixadas como patrimônio histórico material e imaterial da cidade e na recriação-criação do Movimento Pró-Centro de Cultura Memória e Lazer do Trabalhador. Desde então o movimento passa por altos e baixos mas, bem Queixada que é, adeptos da Firmeza Permanente resiste.

Acreditamos que os diversos recursos ambientais, patrimoniais tombados, singularidades como as Aldeias Indígenas Guarani, o Assentamento Sem Terra Irmã Alberta, a própria história e a memória são ativos capazes de fomentar uma outra perspectiva de vida, de cidade e conseqüente uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico, sustentável, não degradante, protetivo. E a experiência de Perus de, por mais de 30 anos, morar trabalhar e sonhar no mesmo lugar um amálgama para promover um processo de inclusão social em desenvolvimento sustentável local.

Texto da entrevista de: Paulo Goya

O entrevistado conheceu o Euler Sandeville Jr. em um debate organizado organizada por um vereador, que era para falar de questões do meio ambiente. O entrevistado se fascinou pela fala do Euler sobre cidade, das questões do meio ambiente a partir do conceito de paisagem. O discurso era totalmente distinto sem relação com o que todo mundo diz e repete. Com isso, conheceu o NEP e sua ligação com Perus. Perus ele conheceu após fazer um filme e se fascinando pelos estudos da paisagem e conhecer as ruínas da Fábrica de Cimento de Perus da qual em 2011 praticamente nada conhecia.

O entrevistado participou das ULC (Universidade Livre Colaborativa) através de seminários, encontros, disciplinas como ouvinte curioso. Paralelamente estava acontecendo a elaboração do plano diretor de São Paulo e a ULC serviu de subsídio para suas tomadas de posição. A universidade livre colaborativa é uma ideia genial didaticamente, politicamente, enfim, de uma riqueza absoluta. Nas disciplinas foi possível perceber o que é uma universidade, a ideia da universidade sendo um lugar pra chegar e ter um professor que colocava uma ideia para que esta fosse debatida, o que para o entrevistado é exatamente o que deve ser uma universidade..

Essa ideia da universidade é fundamental, não somente pelas disciplinas, mas pelas propostas que induzem os indivíduos à participação cidadã, fornecendo-lhes subsídios para os debates para a construção de cidades para o futuro.

A disciplina em si, seu caráter plural, fragmentado e fragmentário, permitem reflexões para a melhor compreensão dos problemas relativos ao Urbanismo. O entrevistado foi convidado a se manifestar sobre questões literárias, sobre o romance do último quarto do século XIX na França e suas correlações com os escritores da “geração perdida”, suas vivências e suas percepções da Paris dos anos 20. O que o levou a perceber a noção de Paisagem como coisa ‘fora do poder’, como tática para a construção da cidade democrática.

O entrevistado acredita que quando se participa junto do curso é o que é uma universidade e como ela na realidade deveria ser pensada. Misturar o conhecimento com as relações pessoais e suas paixões. Porque assim e somente assim se pode construir o TICP. Pode-se tirar vantagens destes formatos, destes encontros, pois fornecem a certeza de que a gente pode construir aquilo que é nosso sonho, uma cidade de todos pra todos.

A construção dos territórios é o que esta sendo proposto no Plano Diretor. Trata-se de toda uma proposta política, mais política do que realmente um modelo para a construção de algo novo para as cidades, são novos parâmetros de uma construção de uma coisa nova pra cidade de um novo parâmetro pra você organizar a cidade, o processo em si foi absolutamente capital, Sabemos que o Plano Diretor Estratégico é um ‘guarda-chuva’ sob o qual tudo deverá ser construído. A proposta do Núcleo de Estudos da Paisagem, e a metodologia da Universidade Livre e Colaborativa, são as táticas para a construção da São Paulo de todos para todos e que ao mesmo tempo questiona as diretrizes propostas pelo PDE. A definição, assim como a marcação do perímetro dos TICP, são táticas para a implementação das diretrizes do PDE. Mas acima de tudo permitem uma real apropriação por parte dos moradores/cidadãos dos seus territórios pois permitindo que os construam saibam posteriormente como geri-los e administra-los de maneira democrática.

Texto da entrevista de: Regina e Mário Bortoto

Em 90 com o governo da Erundina, com a gestão da Marilena Chauí, seu grupo vai coordenar o levantamento da memória da história do bairro de Perus junto com a fábrica e os Queixadas, com isso surge uma ideia de um novo grupo que pensa mais na questão cultural, e a vida cultural no bairro e juntamente com alguém

coordenando da mesma forma que a gente já fazia com a biblioteca municipal e as ações que fazíamos na praça, pois para nós, essa ideia de criar um Centro Cultural já era bem sedimentada. Tínhamos o centro cultural Ajuá, onde tiveram muitas ações com grafites de um rapaz que é artista plástico e que hoje é bem famoso, e com isso pensamos que poderíamos fazer uma espécie de embelezamento na região. Nós entendemos a cidade como algo que pode e deve ser ocupado, e isso fazia parte da nossa ideia, de não criar somente um lugar aonde seria apenas centro cultural, mas que a cidade, o nosso bairro e toda a população pudessem vivenciar isso.

Quando surge um projeto chamado **Coruja**, esse projeto é de formação de lideranças, que recebia um fomento da Holanda, trazido para Perus pelos padres monfortinos. Na época existia na igreja, pessoas para uma formação mais política e social, mas com o passar do tempo as pessoas saíram, as CEBs decaíram e chegou um padre chamado Leonardo, propondo em 94 – 95 no conselho paroquial que eu e Mario, retomássemos o projeto Coruja, que na época não era Coruja, era Formação de Liderança junto com outras pessoas pra ver quais as referencias que tinham na igreja que poderiam fomentar de novo as ações sociais e políticas no bairro, e a gente começa a fazer vários cursos, propor varias atividades...

A grana lá depositada, uma grana bacana, que a gente conseguia pagar os palestrantes, e ai a gente começa a pegar os meninos do Hip-Hop que vem de escola publica e começa a fazer a formação com eles, e ai o Queiroz (Soró) volta para Perus e começa a se aproximar desse pessoal do Quilombaue. Os meninos começaram na garagem do pai deles uma brincadeira com tambor e começaram a entender a cultura de uma maneira ampla, e ai eles começam a caminhar com as próprias pernas tendo o Queiróz como um mentor e nós como educadores, e ai surge à ideia do corredor cultural um pouco mais revisitado, o corredor cultural o que seria: O CEU Perus que já existe, o Quilombaue , a praça Inácia Dias e a fábrica, que pra gente sempre foi um modelo que inspira qualquer organização.

Sobre o movimento de reapropriação da fábrica.

O movimento deu uma erguida quando a Erundina fez a DUP, mas ai como não tinha recurso para desapropriação e a Luiza sai e entra Maluf e Pitta o movimento volta a cair, pois é outra pegada, é outro momento. E quando entra a Marta, nós temos um folego de novo, uma nova esperança, para a desapropriação da fábrica, mas para nós sempre é muito obscura desapropriação da fábrica, pois não se sabem quem é o dono, essas coisas todas.

Quando surge aquela outra demanda da desapropriação dos moradores para a criação do Parque Linear em Perus, ai que é curioso, porque ai afetaria não somente os moradores e também o quilombaue, ai os meninos perguntam: Como que vai tirar a gente, se não tiram o CEU?

Com isso nos tornamos uma bandeira de luta contra isso. Coincidência ou não o Euler chega em Perus para conhecer o quilombaue por conta das atividades culturais que tem lá, quando ele chega lá o Fofão e o Dedê fazem uma confusão enorme pois eles confundem a pessoa do Euler e a FAU com o escritório do Candido Malta, e eles acham que a FAU desenhou juntamente com a prefeitura um projeto que vai desapropriar um monte de gente que não deveria, sem conversar com a comunidade, passando por cima. Com isso o Euler explica que a FAU não tem nada a ver com isso e diz que quer entender essa situação. Ai o Fofão e o Queiroz colocam o Mário que já estava envolvido nessa luta para conversar diretamente com o Euler sobre o projeto do Parque Linear.

Nisso eu (Regina) também me coloco nessa conversa da desocupação e quando o Euler começa a entender o potencial em 2011, nós chamamos o Márcio e a Lena para fazer uma conversa lá no quilombaque, para discutir como podemos ampliar e sensibilizar e com isso começa a história da **Universidade Livre Colaborativa** com todo esse cenário que você imaginou.

Em 2011 o pessoal do Coruja que ainda estava na ativa juntamente com o quilombaque com seus vários atores, e quando chega essas pessoas junta também o núcleo da educação, o NEP e o Euler começa a se inspirar e começa a apresentar uma programação onde as disciplinas da FAU sejam abertas, e as disciplinas da FAU elas atraem muito pois elas dão uma certa visibilidade, as pessoas veem uma seriedade, e cria-se tudo isso.

Misturado a tudo isso vem o debate do Plano Regional que fizemos no sindicato e esse exercício foi muito grande. Começamos a entender as demandas da região e o Planejamento Urbano, com a discussão do plano de bairro, todo esse planejamento urbano é incorporado no movimento.

Pra nós a universidade livre colaborativa vem somar, pois nós sempre pleiteamos para a fábrica uma universidade pública e gratuita isso foi a nossa bandeira. Um dia nós percebemos que tinha outras pessoas em Pirituba, aliadas a igreja pleiteando uma universidade pública na região que sempre careceu disto, aí a gente montou outro grupo em defesa da universidade pública na região noroeste. Aí surgiu o Instituto Federal em Pirituba, mas isso é outra história. Quando vem a discussão da universidade pública que a gente queria que fosse na fábrica de cimento pois a gente tinha tudo pra ser lá, o Euler vem também com essa coisa da universidade (que até então não tinha o nome livre colaborativa) ele encampa essa questão defendendo uma universidade livre, só que em paralelo a isso até então o pessoal de Pirituba, vai visitar vários terrenos, e aí há um facilitador que este terreno onde o Instituto Federal que já tinha uma ideia de trazer uma universidade para a região era da prefeitura que não precisava desapropriar, aí a prefeitura doa o terreno para o governo federal e então começa a construir o instituto federal (que fica próximo à estação de trem de Pirituba).

Com isso, o Grupo de Perus então começou a entender a construção do conhecimento de uma maneira mais ampla, como “Porque precisamos de um prédio para construir conhecimento? Nós estamos construindo conhecimento” então não que a gente abra mão da parte mais cognitiva da coisa, mas achamos que poderíamos ter uma outra experiência mais livre, onde pessoas que não tinham uma titulação poderiam contribuir com seu saber, e aí o Euler vem com a proposta da Universidade Livre Colaborativa que caberia tudo o que acontece na região, então todas as ações da cultura, saúde, ambiente caberia nesse imã que se chama Universidade Livre Colaborativa, a disciplina da FAU é a que dava mais visibilidade, pois as pessoas que não abstraem tanto conseguiriam fazer aquele link, porque para as pessoas era difícil saber se “eu tô aqui com você, eu tô produzindo conhecimento”, aí a universidade livre colaborativa surge neste bojo todo.

Em 2014 com a agenda política que vai trabalhar com o Plano Diretor, pensamos como poderíamos entender dentro do planejamento urbano tudo o que está acontecendo, isso já um fruto de acúmulo de ideias, debates.

A princípio a ideia do Euler era ter 5 TICPS, um em cada região e um na central, mas por causa de disputa política e facilitar para que passasse no texto do Plano Diretor, então fechamos o acordo de apenas 2, o Jaraguá-Perus e Centro-Paulista, mas sempre com a ideia de que existem outros lugares na cidade que podem ter outras ticps. Porque o Euler entendia o território abrangendo toda a orla ferroviária que tem esses galpões sendo destruídos, e vai acabando com a memória industrial, com a memória do trabalho, com a ideia que existia uma força trabalhadora ali, então o que ele queria com isso, ele falava dos galpões da barra funda, imaginando a

flecha do futuro, então o território parte daí, pois em Perus ele diz que tem conexão com a ZL, e tem mesmo, pois a conexão está dada.

Segundo o Queiroz, os coletivos culturais têm uma força de conexão e que para eles o território está dado, então quando eles querem algo, eles estão todos juntos, defendendo, e é isso que inspirou o Euler, ele viu nessa capacidade de “defender a aldeia” a gente consegue tirar as nossas diferenças e se juntar em uma bandeira única naquele momento, é esta a força do território, é esta a capacidade de você entender como é possível se organizar. Porque não adianta você ter um território geográfico com potencial se não existe articulação nesse território que não consegue fazer as ações. Se não tiver a articulação de vários atores da região isso não sai do papel.

Com isso foi pensado quais as diretrizes para colocar no texto do plano regional. Uma das diretrizes que pensamos é que façamos ações integradas com o poder público municipal e os movimentos das comunidades de interesse deste território, agora para isso, como a Regina explicou, as secretarias não se conversam e não tem uma integração, aliás pelo contrário, e se você chama por exemplo a secretaria de saúde para fazer alguma coisa relacionada ao território e eles não aparecerem o que acontece? Nada! O poder público não vai cumprir o seu papel, então, pensamos em uma forma de grana, vamos imaginar que seja colocado no orçamento do ano que vem cem milhões para o TICP e aí em uma gestão compartilhada quem vai decidir esses recursos é a gestão se, por exemplo, fazemos uma ação e a secretaria de saúde não está, ela vai ser penalizada e ela por exemplo não vai receber nenhum recurso, pois assim você consegue segurar esse povo para eles cumprirem o papel que o poder público tem que cumprir.

Outro exemplo discutido é o Acampamento Irmã-Alberta. É um acampamento do MST que estão há 14 anos acampados em um terreno da SABESP, no limite da cidade de São Paulo com a região de Cajamar, é o único acampamento em área urbana. O terreno é da SABESP e a SABESP tinha a ideia de fazer um aterro de biosólidos nessa área (onde você pega todo o lodo que sai da rede de saneamento da região da SP e depositam nessa área). Fizemos um movimento há 14 anos atrás com o MST e eles acabaram ocupando aquele espaço, depois teve toda uma negociação pra transformar aquilo em um assentamento, mas como a SABESP é uma entidade público-privada os acionistas não querem e as negociações não prosperaram. E agora parece que tem um proprietário que quer comprar a área, e destinar uma parte para o MST e a outra parte ele vai fazer um empreendimento imobiliário, e o MST irá criar uma agrovila ali.

Existe um pedágio, e a pessoa que mora lá está dentro de SP, para ela ir para a escola e fazer compra ela tem que pagar o pedágio, agora neste sentido, pensando no território, como é que você faz sem articular, sem ter as pessoas para poder pensar? Então não é uma luta apenas do Irmã-Alberta, o território tem que entender e articular para isso, o Poder Público e a comunidade, para mim o mais importante é pensar na articulação educacional. A educação seria prioridade nisto, as escolas estarem juntas deste território. A ideia é o compartilhamento de ações que tem que melhorar a vidas das pessoas, independente da hierarquização organizacional.

Por exemplo, se você cria uma agrovila lá, eles poderiam fornecer alimentos orgânicos para todas as escolas do território, mas como você faz isso com um pedágio que atrapalha e encarece tudo.

A universidade livre de certa forma aglutinou vários conhecimentos e nós fizemos varias ações juntos para ampliar esse conhecimento, que hoje, por exemplo, nós somos uma referencia de discussão de planejamento urbano na cidade. O pessoal da SMDU nos procurou para saber como é o TICP, e nós quando pensamos em

plano regional nós não pensamos só no TICP, mas o TICP tem que fazer parte do plano regional, pois pode ser uma forma de regulamentar o TICP.

Pensa em questão de patrimônio, nós sempre lutamos em defesa da desapropriação e da transformação da fábrica. Quando a gente começa a trabalhar junto com a universidade com o NEP principalmente, um dia o Gabriel chegou pra mim e disse: “Olha Regina, você conhece a Rede Paulista que é outro conjunto de pessoas junto com a extensão e cultura” que era uma outra pegada e de repente quando eles viram, a Rede de Educação Patrimonial a ideia dela era fazer um banco de dados com os projetos de educação patrimonial que já existiam, organizar um pouco essa ideia de que as varias pessoas que trabalhavam em cima de que maneira entendia a questão patrimonial.

Com isso conhecemos a Simone e o grupo do qual participamos, essa minha presença, pra mim entrar pra rede, conhecer outras pessoas e começar a mergulhar, a estudar, a ler e a conversar sobre a questão do campo patrimonial, mudou a minha visão do patrimônio, pois a minha visão do patrimônio era aquela questão das seccionalidades, de se tem um lugar aqui e eu considero patrimônio, pois pra mim, patrimônio é pra preservar exatamente essas linhas que existem aqui, mas pra mim hoje é outra coisa essa questão do patrimônio, eu tenho outra ideia. Minha ideia agora é que não adianta ter um prédio, não adianta ter alguma coisa que eu faça o tombamento e congele e ninguém nem saiba que ele existe, que ninguém entre, muito pelo contrário, tem que ter um lugar onde as pessoas possam ocupar usar aquilo para melhorar a qualidade de vida, isso faz todo o sentido pra mim agora, o Dr. Mario falava isso, os Queixadas falavam isso a fábrica e as dependências dela, um lugar que signifique alguma coisa.

A universidade livre e colaborativa possibilitou isto, o acesso a discutir essas questões do patrimônio, a questão urbana.

O interessante é que quando a começamos a discutir lá no REPEP a Simone, que uma das pessoas chaves, ela tem uma visão nova do patrimônio que não é a questão do material, tem o imaterial, tem a historia, tem as memórias que você precisa estudar como patrimônio. E ela falou: “Vocês estão fazendo o que eu acho que tem que ser feito como patrimônio” lá na região, a historia da fabrica, de preservar a memória, de ler, de estudar e preservar o físico. É a fusão da historia com a utilização atual, o passado com o futuro, se não, não faz sentido. E o importante é que a gente não fica restrito a um grupo pequeno para estudar esse patrimônio, não, a gente quer que a comunidade toda entenda que aquilo é um patrimônio dela, para ela se apropriar.

Hoje o DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) tem um povo lá dentro que eles têm uma visão que o território é imprescindível, para o patrimônio, tanto é que agora eles querem que a gente vá conversar com o Bela Vista\Bixiga, para saber como é que a gente pode levar essa ideia do território para aquele território (Bixiga), que está dentro do Paulista\Luz mas é muito diferente do nosso. Mas a ideia do DPH agora é oficializar os territórios, normatizar isso dentro da Secretaria de Cultura para que as pessoas que vão fazer analises usar isso como padrão, porque se você não conversa com o espaço publico e faz a conexão com o urbano então pra que serve o patrimônio? Então o cara tem a casa dele e não pode mexer, mas a pinacoteca pode? Então dependendo do interesse do lugar eu posso mexer no bem que eu tombo, então qual o parâmetro para tombar, é imexível? Então eles vão pegar o território e estudar o território... está uma conversa bem interessante.

O NEP é assim, é o núcleo que era de alunos que o professor Euler articulava junto com o laboratório da cidade, e pra gente poder pensar melhor a disciplina, a programação as ações em relação a Perus, ele pediu que a gente enquanto morador, participasse junto do NEP, o grupo foi em varias reuniões junto ao NEP...

O NEP foi a forma que o Euler encontrou de trazer a comunidade pra dentro da universidade e levar a universidade para dentro da comunidade...

O Núcleo de Estudo da Paisagem já existia, pensando diferente a questão da paisagem, já estavam empenhados a entender a arquitetura além das linhas traçadas, entender essa coisa da relação urbana. Quando a gente vai pra lá que a gente já está fazendo as coisas em Perus, já está ligado ao Euler tentar pensar a universidade livre colaborativa, tentar pensar o território, tentar pensar as ações, como chegar de uma maneira onde os pesquisadores que estão lá debruçado na pesquisa, no estudo, conversassem com a comunidade, é como se fosse a prática e a teoria.

Como tudo isso era uma coisa institucional tinha que ter uma forma de fazer essa ligação, e o NEP de certa forma fez essa ligação.

A ideia de juntar a gente lá era integrar duas matrizes diferentes, existe um vucovuco no bairro, tem uma gente maluca lá que pensa também que é capaz de raciocinar, um tal de Queiros e tem uma gente séria que está pesquisando, que está estudando e transformando isso em conhecimento.

A ULC é muito maior que somente a parte prática do NEP, ela abarca tudo isso, tem o GT de educação, tem o movimento da fábrica, tem os coletivos culturais, o que surgir ela vai catalisando tudo isso, ela é muito abstrata e ao mesmo tempo muito simples, o GT da educação existe e uma vez por mês a gente senta lá pra estudar, o que é o ensino e a aprendizagem, pra gente é uma atividade da universidade livre colaborativa, o Quilombaque está fazendo suas ações, o Pandora está fazendo suas ações pra gente é a universidade livre colaborativa, está tudo vinculado com essa questão maior que é a produção do conhecimento, é como se entendesse a educação não só na esfera escolástica mas em um alargamento de horizontes, então quando eu sento com um morador, quando eu faço uma entrevista com um morador lá em perus e ele está me falando como é a historia do bairro, eu estou aprendendo com ele, então a universidade pra mim não é aquela questão pratica, ela tenta juntar os diferentes saberes para me qualificar melhor, qualificar as pessoas melhor. Eu penso que a universidade livre colaborativa faz isso.

Todas as ações que nós fazemos ela está embaixo desse guarda chuva chamado universidade livre colaborativa, mesmo que seja muito abstrato, ela esta trazendo para o bairro, para as pessoas esse conhecimento, não existe a classe, não existe a carteira, mas existe o conhecimento. A universidade sem paredes.

Dos movimentos culturais que fizeram parte da universidade

O Pandora é um grupo de teatro, é um coletivo cultural teatral, tem a Bagaceira que é aquele de varrer rua, tem o Street Dance, tem as ocupações do Hip Hop...

O Pandora ele ganhou o VAI no ano retrasado, só que ai acabou a grana e com essa grana ele alugou um espaço para se manter e fazer as ações, porem como a grana acabou ele tiveram que entregar o espaço, e o que eles fizeram? Juntou com outros coletivos e ocuparam um espaço publico dentro de uma praça lá em Perus, dentro de uma casa, pegaram essa casa que estava sendo mal usada, reformaram a casa, deram uma cara nova, e ocuparam e estão fazendo as atividades, e estão negociando com a subprefeitura a apropriação. O entorno da praça apoiou o movimento e eles estão lá.

O Hip Hop acampou em uma casa aonde era o Tele centro na entrada do Recanto dos Humildes, esse é outro grupo cultural que também não tinha uma sede, e viu o tele centro abandonado, ocuparam aquele espaço e reformaram e hoje estão fazendo atividades.

Texto da entrevista de: Eliane Manfre

O TICP antes de ter essa nomenclatura era chamado de corredor cultural e depois como território cultural, porque o grupo do Movimento Cine Belas Artes (MBA) não possuía o conceito da paisagem.

Quando o grupo estava batalhando pela reabertura do cinema, perceberam que o cinema estava em um conceito da esquina da Consolação com a Paulista onde já tinha a praça do ciclista e alguns teatros ameaçados descendo a consolação. Verificando que não valia a pena somente reabrir o cinema, pois ele era vítima da especulação imobiliária, assim como outros equipamentos culturais e outras áreas que também poderiam estar sendo ameaçadas com o passar do tempo.

Então o grupo pensou em um instrumento que pudesse amparar a região, porque ele possui um grande potencial cultural e uma função pública em relação a movimentação, em relação as pessoas que frequentam o lugar.

Através de alguns diálogos chegaram a conclusão que ali poderia ser um corredor cultural. Então realizaram um encontro na câmara municipal chamado de Segundas Paulistanas, uma iniciativa MBA e do gabinete do vereador Ricardo Young em março de 2014, chamado diálogo sobre os corredores culturais. Convidando outros grupos culturais (Motim – Movimento dos Teatros Independentes de São Paulo, Cerco Coreográfico, Terreyro Coreográfico, CIT Ecum – Centro Internacional de Teatro Ecum, que fechou, Via Libris-Passagem Literária da Consolação, Associação dos Artistas de Rua e Filafro - Filarmônica Afro Brasileira, músicos de rua, entre outros) para participar da discussão e ter mais colaboração para as ideias, tendo pela lista de presença 51 participantes.

Como estavam ocorrendo as discussões para o Plano Diretor Estratégico (PDE), este poderia ser um mecanismo inovador, o corredor cultural. Nessas discussões o arquiteto Frederico Vergueiro, comentou que ele achava que o termo corredor não era apropriado, pois remetia a ideia de local de passagem, não indo de acordo com o que o grupo esperava como resultado. Então ele sugeriu modificar para território cultural. Começou-se então uma batalha para que este instrumento pudesse ter uma aceitação no PDE. Com isso, questionaram-se sobre quais outros equipamentos culturais poderiam participar e que esse corredor fosse maior ainda. E assim esse corredor se transformando em um território englobaria outros teatros da Roosevelt, Com isso essa extensão aumentou e começou-se a discutir sobre esse aumento e a delimitação de um perímetro.

Começaram a ocorrer certas divergências no grupo. Alguns achavam que estavam agregando elementos muito distintos na paisagem do local e que seria algo amplo demais para ser feito um inventário e constituir em um único território, devendo talvez ser desmembrado enquanto que outros achavam que não, que poderiam ter alguns desmembramentos mas incluir como um território mesmo e identificar como luz paulista.

Cabe salientar que o grupo criou o território do cine Belas Artes e na Consolação (sentido centro) até a Roosevelt. A proposta até a Luz e até a Paulista, veio do Nabil, na época vereador e relator do PDE. Ele identificou em um mapeamento, que a maioria dos equipamentos culturais estava neste perímetro, da Paulista até a Luz, englobando uma grande quantidade de equipamentos, com características distintas.

Assim foram acontecendo diálogos e oficinas para o plano diretor. A entrevistada relatou que sentia que algo estava faltando neste conceito de território cultural, mas não entendia muito bem o que era e o que faltava para se ter uma conclusão com um fechamento mais interessante.

Em uma das audiências a entrevistada encontrou o Euler e ao fazer uma fala sobre o território cultural, ele fez uma fala relacionando com a paisagem. Após isso o Euler conversou com a entrevistada e disse que ficou com a sensação de que eles falavam de algo muito parecido que de repente poderiam associar e integrar para ganhar força no plano diretor.

A entrevistada falou sobre essa questão da paisagem para o movimento, não somente o do Cinema Belas Artes, mas também para alguns coletivos de dança e de música que se manifestavam. Os grupos estavam meio cansados, pois já tinham tido vários encontros e reuniões e os encontros demandavam muitos conhecimentos jurídicos.

Apesar da resistência de algumas pessoas, pelo não entendimento do conceito de paisagem, e até pela falta de tempo em explicar tal conceito, foi possível ajustar e integrar na proposta do PDE. Para eles era muito importante o conceito da paisagem, ligado ao direito de ir e vir e de estar na cidade. Com isso desenvolveram o conceito de Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP).

As discussões continuaram, sendo possível colocar isto no PDE, com várias correções e adaptações. Incorporando dois perímetros de TICP, o Luz – Paulista e o de Perus, que já estava em desenvolvimento pelo pessoal da região, devido a questão da fábrica de cimento. Foi muito importante a incorporação do conceito de paisagem para que se tivesse um instrumento eficiente e que desse conta de uma necessidade que já estava muito eminente nas pessoas. Não somente ligadas a cultura, mas ao direito da cidade.

A entrevistada entende o TICP como algo feminino, ao perceber a importância da afetividade e do sentimento no planejamento da cidade. Este instrumento urbanístico é importante pois deixa a cidade com uma relação mais humana, valoriza a história local, a educação não formal e a ocupação dos espaços.